



PROJETO
PEDAGÓGICO
DE CURSO

PEDAGOGIA

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ISEPE-GUARATUBA

Diretor Geral

Prof.^a Esp. Luiz Antônio Michaliszyn Filho

Coordenadora Pedagógica

Prof.^a Dra. Rosane Patrícia Fernandes

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Prof.^a Esp. Trindade dos Santos de Freitas

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof.^a Msc. Eliane Fatima Bordin

Prof.^a Msc. Karyna Brunetti Lucinda

Prof.^a Dra. Mariana Carolina Teixeira

Prof.^o Msc. Rosilda M^a Borges Ferreira

Prof.^a Msc. Rosane Patrícia Fernandes

Prof.^o Esp. Trindade dos S. de Freitas

CORPO DOCENTE

Prof.^a Dra. Ana Maria da Silva

Prof.^a Dra. Andrea Bulgaro Klock

Prof.^a Msc. Eliane Fatima Bordin

Prof.^o Dra. Iara França

Prof.^a Msc. Josililian Alberton

Prof.^o Msc. Karyna Brunetti

Prof.^a Dra. Mariana Carolina Teixeira

Prof.^a Esp. Marilena Motta Barbosa

Prof.^o Msc. Rosilda Maria B. Ferreira

Prof.^a Dra. Rosane Patrícia Fernandes

Prof.^o Esp. Trindade dos Santos de Freitas

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO.....	07
2 APRESENTAÇÃO.....	08
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO.....	09
3.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	09
3.1.1 Dados da mantenedora	09
3.1.2 Dados da mantida	12
3.1.3 Breve histórico da Instituição	12
3.1.4 Missão	15
3.1.5 Princípios	15
3.1.6 Objetivos e Metas	16
3.1.6.1 Objetivos Institucionais	16
3.1.6.2 Metas Institucionais.	17
3.2 CONTEXTO DA REGIÃO.....	19
3.2.1 Caracterização Regional	19
3.2.2 Geografia do Município	21
3.2.3 Demografia e Descrição Socioeconômica de Guaratuba e Entorno	21
3.2.4 Cenário Educacional	30
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA	31
3.3.1 Identificação do Curso	31
3.3.2 Justificativa	32
3.3.3 Concepção do Curso de Pedagogia.	32
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	36
4.1 OBJETIVOS	36
4.1.1 Objetivos do Curso	36
4.1.1.1 Objetivo geral	36
4.1.1.2 Objetivos específicos	36
4.1.2.1 Abordagem funcional	38
4.1.2.2 Abordagem comportamental	40
4.1.2.3 Abordagem quantitativa	41
4.1.2.4 Abordagem inovadora	41

4.2.1 Competências Gerais Docene	45
4.2.2 Competências Específicas Docente.....	47
4.3 INSERÇÃO REGIONAL.....	54
4.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	56
4.4.1 Matriz curricular	57
4.4.2 Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso.	66
4.4.2.1 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	68
4.4.2.2 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais.	69
4.4.2.3 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental	69
4.4.2.4 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação em Direitos Humanos.	70
4.4.2.5 Adequação dos Conteúdos Curriculares aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista	70
4.4.2.6 Coerência entre o PPC com as Diretrizes Curriculares.	72
4.4.2.6.1 Demonstrativo do Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacional	73
4.4.3 Ementário e Bibliografia	75
4.4.3.1 Adequação e Atualização das Ementas.	75
4.4.3.2 Descrição do Ementário e Bibliografia do Curso.	76
4.4.3.2.1 Conteúdo de formação básica.	76
4.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	78
4.5.1 Política de Ensino	84
4.5.2 Política de Pesquisa.	85
4.5.3 Política de Extensão.	86
4.5.4 Política de Integração com a Pós-Graduação.	89
4.6 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO	90
4.6.1 Estágio Curricular	90
4.6.1.1 Práticas Pedagógicas.	93
4.6.2 Trabalho de Conclusão de Curso.	98
4.6.2.1 Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso	99
4.6.3 Atividades Complementares	99
4.6.3.1 Acompanhamento das Atividades Complementares.	100
4.7 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	100
4.7.1 Metodologia de Ensino	101

4.7.1.1 Tecnologias de informação (TICS) no processo de ensino aprendizagem.	105
4.7.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	106
4.7.2.1 Da avaliação e do desempenho acadêmico.	108
4.7.3 Sistema de Avaliação do Curso e do Projeto de Curso.	110
5. CORPO SOCIAL DO CURSO.....	111
5.1. CORPO DISCENTE	111
5.1.2 Programas de apoio pedagógico.	111
5.1.2.1 Programa de nivelamento	117
5.1.3 Apoio as Atividades Acadêmicas.... ..	117
5.1.4 Programa de Monitoria	118
5.1.5 Programa de Acolhimento ao Ingressante.	118
5.1.6 Acompanhamento dos egressos	118
5.2 GESTÃO DO CURSO.....	119
5.2. Gestão do Curso	120
5.2.2. Coordenação de Curso.	120
5.2.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE	121
5.2.2.1 Composição	125
5.2.2.2 Atuação	125
5.2.2.3 Objetivo geral	125
5.2.2.4 Objetivos específicos	125
5.3. CORPO DOCENTE.....	126
5.3.1 Funcionamento do Colegiado do Curso de Pedagogia.	126
5.3.2 Titulação e Dedicção ao Curso.	127
5.3.3 Regime de Trabalho do Corpo Docente.	127
5.4. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	127
6. INFRAESTRUTURA.....	128
6.1. ESPAÇO FÍSICO GERAL	128
6.2. ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	130
6.2.1 Biblioteca	130
6.2.1.1 Formas de atualização e expansão do acervo.	130
6.2.2. Laboratórios e Ambientes específicos para o Curso.	131

6.2.2.1 Brinquedoteca: Funções e Objetivos	131
6.2.2.2 Informática Educacional	133
ANEXOS	

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

A partir do entendimento que o Projeto Pedagógico é o instrumento estratégico, tático e operacional do curso e que como tal deve ser organizado, monitorado e aprimorado para que o produto seja competitivo, sustentável e representante, a primeira opção dos envolvidos no processo, o colegiado do curso, inicialmente, e depois o Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia, buscam construir permanentemente um Projeto que permita aos gestores e ao coordenador do curso considerar o projeto pedagógico do curso uma linha condutora do currículo do curso, que ao ser colocado em prática fornece os elementos necessários para a consolidação do perfil do formado.

O projeto pedagógico do **Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba**, foi elaborado tendo como referências as Diretrizes Curriculares Nacionais¹. Entende-se, nesta proposta, que o Curso deve formar profissionais com visão ética, humana, estratégica para atuar no mercado local, regional, nacional e global. Para tanto, o Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba foi concebido em uma Matriz Curricular que visa não só cumprir as novas regulamentações, como também, priorizar uma formação mais humanista dos estudantes e atender as novas necessidades do mercado, que demandam um profissional qualificado, com uma visão integral, o que exige alinhar a formação escolar seguida pela qualificação dada pela prática do trabalho.

Desta forma, acredita-se conceber um curso que será orientado por um currículo moderno, flexível, atualizado e sintonizado com essas necessidades que o cenário organizacional contemporâneo acena.

É propósito do Instituto Superior de Educação de Guaratuba imprimir um estilo de atuação que marque, no cotidiano da execução das atividades programadas, a efetiva fidelidade aos compromissos sociais da instituição e do curso. Desta forma, o projeto

¹Sob a publicação da Lei 9.131, de 24/11/95, o art. 9º, § 2º, alínea “c”, que confere à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, **que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE**”.

pedagógico constitui-se em um instrumento centralizador das intenções, da organização, dos mecanismos de implementação, dos sistemas de acompanhamento e de avaliação de todos os processos e conteúdos educacionais eleitos para a formação de excelentes profissionais. As condições de acesso, as condições de oferta dos serviços, os critérios de qualidade para a progressão ao longo do curso e a terminalidade das etapas, foram planejados para habilitar os concluintes do curso a se tornarem profissionais eficientes e socialmente comprometidos com a docência e o desenvolvimento sustentável e a igualdade da condição de cidadania entre as pessoas, salvaguardando que o aprimoramento do saber é permanente.

1.1 Informações Preliminares

Mantenedora	ICAPES - Instituto Caiçara de Pesquisa e Ensino Superior
Nome da Instituição	Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba
Endereço	Rua: Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres, 101
Missão Institucional	Melhorar a condição de vida das pessoas e da sociedade promovendo ensino e formação profissional com ética e qualidade.
Curso	Licenciatura em Pedagogia
Modalidade	Presencial
Turno	Noturno
Número de vagas	150 vagas anuais
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019
Carga horária total do curso	3.800 h/a o que corresponde a 3.266 h/r
Integralização	08 semestres (mínimo) e 16 semestres (máximo)
Disciplinas de Libras	Obrigatória 80h
Docentes	Doutores: 4 , Mestres: 3, Especialistas: 1

2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia do Instituto Superior de Guaratuba é um documento desenvolvido por várias mãos, iniciado pela coordenação do curso de Pedagogia, perpassando pela coordenação pedagógica da IES e finalizado pelas reflexões do NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso e tem como finalidade alinhá-lo à legislação vigente, mapear e flexibilizar a estrutura do curso adequando a matriz curricular ao perfil do egresso, assim como, auxiliar no planejamento e promoção das atividades que atendam o cenário profissional, cultural e social do licenciando. Nesse sentido, apresenta um arranjo didático-pedagógico do funcionamento global do curso, envolvendo a organização didático-pedagógica, os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, bem como as possibilidades da prática educacional que se encontram articuladas para promover o ensino ministrado nas disciplinas, nas atividades complementares e nas atividades de pesquisa e extensão, consolidados nos projetos de pesquisa e eventos do curso.

O Projeto Pedagógico é balizado pelo PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da IES que estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação do licenciado em Pedagogia e demais cursos institucionais. Tem por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática, observando a questão da qualidade do ensino, nas suas dimensões, social, técnica e ética, como também, o processo educativo voltado à formação do aluno com competência técnico-científica e compromisso social. O Projeto Pedagógico do Curso buscou desenvolver uma articulação entre o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o PPI – Projeto Político Institucional, visando à integração e complementação dos Planos para atender os objetivos da IES.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

3.1 Contexto da instituição

A Faculdade do Litoral Paranaense foi credenciada em 2002, mas sua concepção se deu em 1999, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estava em plena expansão. Consubstanciada no Artigo 43 da LDB 9394/96, que fundamenta sua Missão Institucional, foi implantada a Faculdade do Litoral Paranaense, com o objetivo de, junto à cidade de Guaratuba, crescer em termos de cultura, conhecimento e economia, propondo uma integração dos diferentes níveis de ensino, seguindo sempre a proposta de atender às exigências do paradigma do século XXI, democratizando o conhecimento, levando o ensino ao aluno onde ele estiver, através da descentralização dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

Desde que iniciou suas atividades educacionais, a Instituição tem procurado oferecer uma educação contemporânea e de qualidade, objetivando a preparação adequada das pessoas para a vida cidadã e para o universo do trabalho, oferecendo alternativas para o desenvolvimento pessoal e profissional, buscando cumprir sua missão:

(...) de contribuir com a promoção do desenvolvimento regional sustentável, por meio da formação de pessoas qualificadas e comprometidas com a realidade social e mercadológica, capazes de desenvolver conhecimentos que possibilitem o crescimento da capacidade de racionalização, humanização, universalização e superação dos limites sociais, culturais e econômicos e que viabilizem uma consciência clara do valor da sustentabilidade econômica, cultural e ambiental e das dimensões multiculturais, transdisciplinares e dialógicas.

3.1.1 Dados da mantenedora

O ICAPES – Instituto Caiçara de Pesquisa e Ensino Superior – assumiu a manutenção da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba, em julho de 2010, desta forma, sucedendo o Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – ISEPE. A principal mudança foi a transferência da gestão administrativa, financeira e pedagógica para o mesmo local da oferta dos cursos, o que teve uma repercussão imediata e visível, tanto nos aspectos físico e estrutural como nos aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão. Durante os anos de 2010 e 2011, ocorreram as adequações necessárias para a efetivação dessa troca de manutenção, que se complementaram ao longo do tempo, como a transferência paulatina de todos os contratos de trabalho de professores e técnicos do ISEPE para o ICAPES. Como mantenedor da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba, o ICAPES é responsável por todas as relações financeiras, tributárias, trabalhistas, perante professores, funcionários, alunos e fornecedores da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba. O Instituto tem sua sede localizada na cidade de Guaratuba (PR). O quadro 1 apresenta os dados da Instituição mantenedora.

Quadro 1 – Dados da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO							
Mantenedora:	ICAPES - Instituto Caiçara de Pesquisa e Ensino Superior						
CNPJ:	12.464.371/0001-03						
Endereço:	Rua Joaquim Mengele de Almeida Torres					Nº.	101
Bairro:	Centro	Cidade:	Guaratuba	CEP	83280-000	UF	PR
Telefone/Fax:	(41) 3442-8500	Alvará de Funcionamento:		Nº 4141 de 16.08.2011			
E-mail	diretor@isepe.edu.br / coord.pedagogica@isepe.edu.br						

Fonte: ICAPES 2020.

Os pedidos de credenciamento para funcionamento de instituições são feitos pela mantenedora, assim como os de reconhecimentos e pleitos de autorizações de cursos, reconhecimentos, renovações de reconhecimentos e outros similares. Desta forma, o

ICAPES, por meio da transferência de instituições de ensino entre mantenedoras, assegurado pelas normas vigentes, previsto no Artigo 25 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, assumiu todas as responsabilidades legais sobre o funcionamento destas IES.

Em 2011, o ICAPES busca junto ao Ministério de Educação (MEC) a unificação das mantidas, o Instituto Superior de Educação de Guaratuba e a Faculdade do Litoral Paranaense, haja vista que as duas instituições são regidas por um só PDI, PPI e Regimento, como base no Parecer CNE/CES nº 218/2006. Conforme estabelecido no Estatuto do ICAPES, o mesmo tem por objetivo contribuir para elevação do nível educacional e cultural na região em que a mesma sociedade está sediada, principalmente nos campos da graduação e pós-graduação. Para a realização de seus objetivos, estas IES utilizarão os recursos disponíveis, tendo por finalidade precípua:

- a) criar, instalar, manter e administrar estabelecimentos de ensino e instituições de pesquisa e extensão;
- b) estabelecer e manter serviços educacionais e culturais, bem como serviços auxiliares e assistenciais correlatos;
- c) prestar colaboração e assistência a instituições similares ou outras entidades nos campos de sua especialidade.

Os dados do representante legal estão indicados no (quadro 2).

Quadro 2 – Dados do Representante Legal

IDENTIFICAÇÃO							
Nome:	Luiz Antônio Michaliszyn Filho						
Profissão:	Advogado e Professor						
Endereço:	Ver. Paulo Saporski Filho					nº.	1673
Bairro:	Cohapar	Cidade:	Guaratuba	CEP	83280-000	UF	PR
Telefone:	(41) 3442-8500		Celular:	(41) 981415-0797			
E-mail	diretor@isepe.edu.br						

Fonte: ICAPES 2020.

3.1.2 Dados da Mantida

Quadro 3 – Dados da mantida

IDENTIFICAÇÃO							
Mantida:	Faculdade do Litoral Paranaense e Instituto Superior de Educação						
Código:	2624						
Endereço:	Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres					nº.	101
Bairro:	Centro	Cidade:	Guaratuba	CEP	83280-000	UF	PR
Telefone/Fax:	(41) 3442-8500						
E-mail	isepe@isepe.edu.br / coord.pedagogica@isepe.edu.br						
Site:	www.isepe.edu.br						
REPRESENTANTE LEGAL							
Nome:	Luiz Antônio Michaliszyn Filho						
Cargo:	Diretor						
Endereço:	Ver. Paulo Saporski Filho					nº.	1673
Bairro:	Cohapar	Cidade:	Guaratuba	CEP:	83280-000	UF:	PR
Telefone:	(41) 3442-8500		Celular:	(41) 981415-0797			
E-mail:	diretor@isepe.edu.br						

Fonte: ICAPES 2020.

3.1.3 Breve histórico da Instituição

Há 20 anos produzindo ensino de qualidade, o Isepe Guaratuba reúne duas IES (Instituição de Ensino Superior); a Faculdade do Litoral Paranaense, que oferta os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção e Negócios Imobiliários; e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba, ofertando o Curso de Pedagogia. Ambas as instituições são mantidas pelo ICAPES- Instituto Caiçara de Pesquisa e Ensino Superior.

Bem avaliada e conceituada pelo Ministério da Educação, o Isepe Guaratuba se consolida a cada turma formada, são mais de 800 profissionais que conquistaram o mercado de trabalho em Guaratuba e região. A aprovação no Exame da Ordem tem sido uma constante entre os alunos do Curso de Direito, além de muitos alunos dos diversos outros cursos, sendo aprovados em concursos públicos, resultado de muita dedicação e carinho por parte da Instituição, fruto do empenho de toda uma equipe, de um corpo docente preparado (doutores; mestres; especialistas); e uma equipe de colaboradores comprometida com a instituição, com a cidade e com toda a região. A Faculdade Isepe Guaratuba foi credenciada em 2002, mas sua concepção ocorreu em 1999, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estava em plena expansão. Sua Missão Institucional é a de “Melhorar a condição de vida das pessoas e da sociedade promovendo ensino e formação profissional com ética e qualidade”.

Desta forma a instituição atende as exigências do paradigma do século XXI, democratizando o conhecimento, levando o ensino ao aluno onde ele estiver, através da descentralização dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu. O credenciamento junto ao MEC da Faculdade do Litoral Paranaense se deu através da Portaria/MEC nº 579 de 04/03/02 (DOU de 05/03/02); e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, através da Portaria/MEC nº 3.875 de 26/12/02. Os cursos foram autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação através das seguintes portarias (quadro 4):

CURSOS E PORTARIAS DE RECONHECIMENTO			
CURSO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	PORTARIA DE RECONHECIMENTO	PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
ADMINISTRAÇÃO	Nº 580 de 04/03/02	Nº 481 de 16/08/06	Nº 207 de 25/06/2021
PEDAGOGIA	Nº 523 de 11/06/07	Nº 286 de 21/12/12	Nº 918 de 27/12/2018

Fonte: ICAPES, 2021

O primeiro curso autorizado a funcionar foi o curso de Bacharelado em Administração em 2002, e nesse mesmo ano foi autorizado o funcionamento do Curso Normal Superior, com as habilitações em Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Licenciatura para a Educação Infantil, pela Portaria MEC e publicado em 27/12/2002. Criou-se assim o Instituto Superior de Educação de Guaratuba. Esse curso de licenciatura foi reconhecido em 31/01/2006 e publicado em 31/12/2006, porém em 2007, por necessidade de adequação às novas prerrogativas legais, o Curso Normal Superior foi transformado em Pedagogia pela Portaria nº 523, de 11 de junho de 2007, publicada no DOU em 14 de junho de 2007. O curso de Pedagogia teve seu reconhecimento e renovação, em 21/12/2012, publicado em DOU, através da Portaria nº 249, páginas 13-69, seção 1, em 27/12/2012. Em 2016 renovação do Reconhecimento Nº 749 12/2016 de forma automática e publicado DOU Nº 249, 28/12/2018. Em 2018, o curso teve a renovação do Reconhecimento Nº 918, 27/12/2018 de forma automática, sem a necessidade de visita do MEC, pois o IGC (índice geral de curso) nota “4” (quatro) – nota considerada satisfatória, o que dispensa a visita *in loco*.

Na busca da concretização de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, em 2006, por meio da Portaria/MEC nº 1.384, de 26/07/06, publicada no DOU de 27/06/07, retificada no DOU em 02/08/06, a Faculdade do Litoral Paranaense foi autorizada a ofertar o curso de Bacharelado em Direito. Esse curso passou pela primeira avaliação - *in loco* - para o reconhecimento e em setembro de 2012, houve a primeira formatura do curso de Direito da Faculdade do Litoral Paranaense Isepe Guaratuba. O curso então foi considerado aprovado tendo seu reconhecimento através da Portaria/MEC nº 124 de 15/03/13, publicada no DOU em 20/03/13. O Curso de Administração teve a renovação de seu reconhecimento, sem necessidade da visita do MEC, pois seu IGC (índice geral de curso) é “3” (três) - nota considerada satisfatória, o que dispensa visita *in loco*. De acordo com os resultados do ENADE 2012, o curso de graduação em Administração manteve o IGC “3” (três). E em 09/07/12 foi publicada a Portaria/MEC nº 124 renovando o reconhecimento do Curso de Administração da Faculdade do Litoral Paranaense. Ainda em 2012, foi autorizado o curso de Engenharia da Produção, o qual teve sua primeira turma aberta em 01/08/13. Também em 2013, foram autorizados os cursos Tecnológicos em Negócios Imobiliários e Gastronomia. As três últimas autorizações desta IES deram-se sem a necessidade de visita

in loco dos avaliadores do MEC, devido ao CPC (Conceito Preliminar de Curso) institucional ser “3”, conforme a Instrução Normativa/MEC nº04 de 31/05/13. Em 2015, foi autorizado o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, iniciando a primeira turma em 15/02/16. Sucessivamente no mesmo ano, ocorreram as visitas de Renovação de Reconhecimento dos cursos de Direito e Administração, tendo ambos seus reconhecimentos renovados com CC (conceito de curso) “4”, junto ao MEC. O Curso de Licenciatura em Pedagogia teve sua Renovação de Reconhecimento em dezembro de 2016 e também 27/12/2018 de forma automática. Por adequação à demanda regional, no ano de 2016, foi solicitado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES – a redução de vagas autorizadas para o curso de pedagogia de 300 (trezentas) para 150 (cento e cinquenta) vagas anuais, tal processo tramita sob código SEI nº 23.000.022778/2016-60 junto a SERES.

Em janeiro de 2017, a Faculdade do Litoral Paranaense teve renovado o seu credenciamento, através da Portaria nº 50, de 18/01/17, publicada no DOU em 19/01/17 e naquele mesmo ano, em 25 de outubro, o MEC reconheceu o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, atribuindo “4” para o Conceito de Curso.

Buscando oferecer ainda mais qualidade e maior diversidade de ensino, o Isepe Guaratuba realiza pesquisa de mercado com o intuito de identificar demandas que indiquem a criação de novos cursos. Atualmente a IES possui um Corpo Técnico Administrativo formado por 20 colaboradores e 35 docentes e um corpo discente com 300 alunos matriculados nos seis cursos oferecidos.

3.1.4 Missão

Para alcançar o respeito no contexto da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia, a Faculdade do Litoral Paranaense e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba têm por missão:

Melhorar a condição de vida das pessoas e da sociedade promovendo ensino e formação profissional com ética e qualidade.

3.1.5 Princípios

No cumprimento de sua missão institucional, essas IES têm como princípios norteadores:

1. Incentivo à paz, estimulando a harmonia universal.
2. Respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e à ética.
3. Consciência para uma sociedade livre, justa e solidária.
4. Desenvolvimento da cidadania, da fraternidade, solidariedade humana e respeito às diferenças e ao direito de expressão, liberdade e consciência.
5. Formação do profissional competente e responsável para o mercado de trabalho.
6. Estímulo à criação científica e cultural, mediante o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo, promovendo a integração entre a ciência, a cultura e a arte.
7. Criação de programas de educação continuada.
8. Preservação do meio ambiente e da diversidade cultural.
9. Prática de uma gestão democrática e participativa.
10. Defesa do ensino privado de qualidade.
11. Respeito aos princípios da legalidade, transparência, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade.

3.1.6 Objetivos e Metas

3.1.6.1 Objetivos Institucionais

a) Objetivo geral

Proporcionar um processo de ensino e aprendizagem com metodologias pedagógicas científicas, multidisciplinares e dialéticas, com práticas educativas diversificadas, que contribuam para a formação e qualificação do aluno ao exercício da docência, responsável e ético no desenvolvimento sócio-econômico-cultural na sua área de atuação.

b) Objetivos específicos

1. Realizar o ensino de conteúdos de formação geral, formação básica e formação específica e profissional com as correspondentes atividades práticas e complementares de cada curso.
2. Promover eventos acadêmicos e culturais.
3. Incentivar a criação cultural, a consciência de cidadania e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, divulgando-os através do ensino presencial e de outras formas de comunicação do saber.
4. Buscar a formação do profissional, responsável e ético.
5. Levar a efeito estudos metódicos dos problemas regionais e nacionais, à luz do contexto mundial.
6. Oferecer condições de prestação de serviços à comunidade, estabelecendo laços de reciprocidade e parceria.
7. Desenvolver trabalho de pesquisa e investigação, em especial os de iniciação científica.
8. Promover a extensão, visando à difusão dos resultados, da criação cultural e da pesquisa científica.
9. Formar profissionais e docentes aptos para o exercício de suas funções e para participação no desenvolvimento do estado e região, suscitando nos mesmos o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.
10. Estabelecer intercâmbio interinstitucional com diversos sistemas de ensino nacionais e estrangeiros, através da presença e da participação contributiva dessas IES.
11. Buscar incentivos à pesquisa por meio de parcerias com entidades públicas e privadas.
12. Incentivar a permanente interação com a sociedade, com fins educativos, científicos e culturais.

3.1.6.2 Metas Institucionais

Além de promover a continuidade da oferta do curso de graduação em funcionamento, na modalidade presencial, e a permanente atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), atendendo às exigências da legislação educacional. A IES buscará

autorização para novos cursos de graduação e Pós-Graduação, no redirecionamento do Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2021/2026, as metas das IES seguem descritas em diferentes etapas e formas, a fim de melhor acompanhar o alcance do proposto. Para a realização dos seus objetivos, foram estabelecidas metas a serem alcançadas conforme apresentadas a seguir:

1) Discussão de alternativas de mudança, mobilização de envolvidos diretamente com os cursos de bacharelado, licenciaturas e cursos tecnológicos, na concepção de propostas inovadoras.

2) Consolidação das iniciativas implementadas, avaliação de processos e resultados, com vistas à reorientação e aperfeiçoamento das ações em curso, desenvolvimento de pesquisa, de iniciação científica e de extensão, bem como, indicação de novos caminhos relativos ao ensino e à produção acadêmica.

3) Promoção de ações de responsabilidade social e de inclusão social, contribuindo com alunos de baixa renda para que permaneçam no curso, mediante incentivo de bolsas e descontos especiais nas mensalidades, propiciando, com o ensino superior, o desenvolvimento econômico e social.

4) Criação de programas de defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, inclusive participando, por meio de convênios e parcerias, de projetos com órgãos públicos e organizações empresariais locais e da região, estabelecendo, em nível externo, comunicações com a sociedade e, em nível interno, interação na comunidade acadêmica.

5) Possibilitar que os cursos superiores presenciais reservem até 40% de sua carga horária para serem ministradas por meio da tecnologia EAD e implementar cursos totalmente a distância.

6) Protocolar o pedido de credenciamento Institucional para a oferta de cursos a distância, 100% (EAD).

7) Unificação das Mantidas, em que a Faculdade do Litoral Paranaense incorpore o Instituto Superior de Educação de Guaratuba. O planejamento dessas ações visa à garantia dos objetivos estratégicos, que são fins ao cumprimento da Missão Institucional e o alcance

de da visão de futuro dessas IES. Já as relações de causa e efeito representam a correlação causal existente entre os objetivos listados no Mapa Estratégico dessas IES e apontam como um objetivo é impactado por outro. A estratégia pode ser definida, portanto, como um conjunto de hipóteses de causas e efeitos, sobre um objetivo, que impacta no alcance de outro. Desse modo, a cadeia de causa e efeito deverá permear todas as perspectivas do Mapa Estratégico, que pode ser verificado no PDI Institucional.

3.2 CONTEXTO DA REGIÃO

3.2.1 Caracterização Regional

O Município de Guaratuba repousa em posição geográfica privilegiada, visto possuir em seu entorno a Mata Atlântica, a Baía de Guaratuba e o Oceano Atlântico, sendo praticamente todo o Município uma Área de Preservação Ambiental - APA, conforme figuras 01, 02 e 03 abaixo.

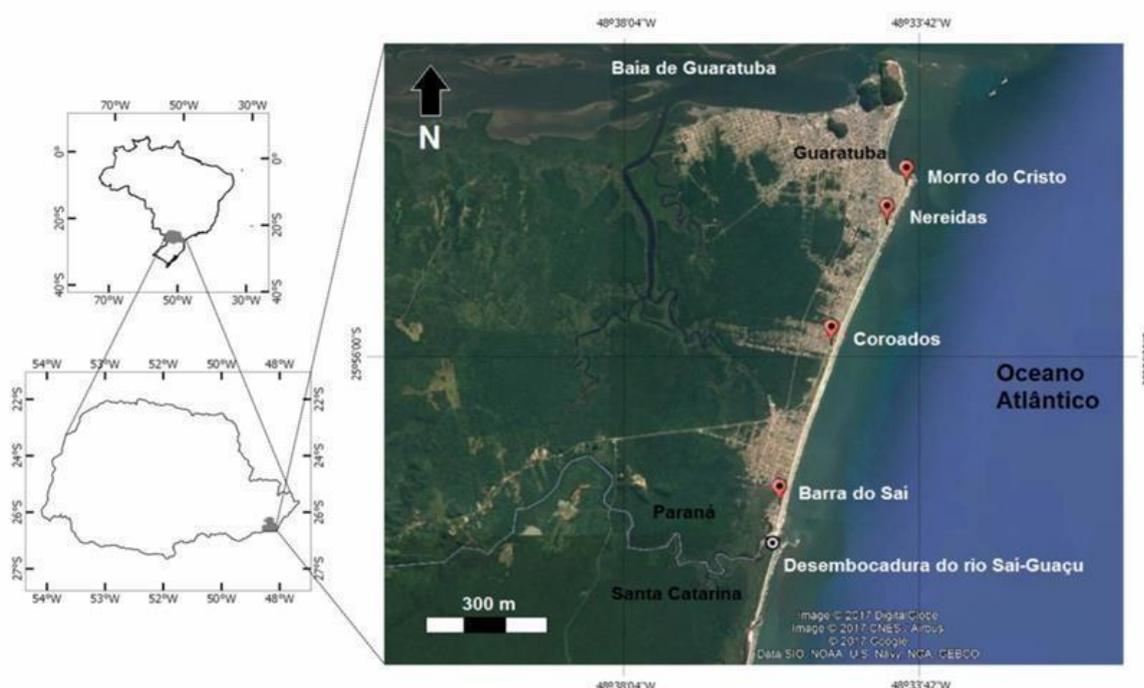


Figura 1 – Território de Guaratuba -PR.

Fonte: CONSELHO DO LITORAL (2002).



Figura 2 – Mapa territorial de Guaratuba-PR e os municípios limítrofes.

Fonte: Web (2020).



Figura 3 – Território de Guaratuba e Áreas de Preservação Ambiental.

Fonte: CONSELHO DO LITORAL (2002, p.81).

3.2.2 Geografia do Município

Guaratuba está entre os maiores municípios em extensão do Estado do Paraná (1.316,51 km²). Segundo dados de IPARDES (2019), a sede do município está localizada a 15m de altitude, possui área de 1.328,480 km² e dista 117,73 km de Curitiba, capital do estado, 65 Km de Joinville, em Santa Catarina, e 54 Km de Paranaguá. Seu clima é tropical superúmido, sem estação seca definida, com temperatura média de 22° C no verão e 18° C no inverno. Sua latitude é 25° 52' 58" Sul e sua longitude é 48° 34' 29" Oeste. Limita-se ao norte com os municípios de Morretes e Paranaguá, a oeste com o município de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, a leste com o município de Matinhos e Oceano Atlântico e ao sul com os municípios de Itapoá e Garuva no estado de Santa Catarina.(SCHEUER, 2010)².

A Baía de Guaratuba é a segunda maior do Estado do Paraná e uma das maiores do Brasil, tem cerca de 12 km, terra adentro, com uma largura variável entre 2 e 5 km. Bastante rasa, é formada por extensos baixios areno-argilosos e limosos, que emergem no baixo mar, e cortada por dois canais principais mais profundos, tendo entre eles uma linha de ilhas estreitas e alongadas.

Nas suas proximidades encontram-se belos manguezais, ilhas e rios que desaguam nela. Em seu interior e adjacências, estão diversos sítios arqueológicos, que se intensificam no entorno dos rios que a formam. Possui rica diversidade de fauna (inclusive marinha) e flora, conservando grande parte da Mata Atlântica. A cidade de Guaratuba tem 22 km de praias, das quais alguns trechos são poucos explorados turisticamente. (SCHEUER, 2010).

² SCHEUER, Luciane. Sazonalidade do Turismo no Município de Guaratuba – PR. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010.

3.2.3 Demografia e Descrição Socioeconômica de Guaratuba e Entorno

Na época de temporada de verão a cidade de Guaratuba, que na maioria dos meses apresenta uma população estimada de 35.986, chega a receber 1.000.000 (um milhão) de pessoas. A população rural é de 3.290 (11%) habitantes e a taxa de crescimento anual total é estimada em -3,67%. No ensino público fundamental existem 5.338 matriculados e no ensino médio 1.444, entre outras características demográficas. Por ser um município notadamente turístico e de prestação de serviços, os setores primários e secundários são menos relevantes, mas têm a sua participação na economia de Guaratuba. As atividades agrícolas apresentam um número expressivo, segundo o IPARDES (2019)³ é a aquicultura, a lavoura permanente (arroz, banana, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e tangerina) em relação a cultivo de banana, o Paraná é um dos maiores produtores desta fruta do Brasil e no Litoral do Paraná, esta atividade é desenvolvida por cerca de 400 famílias moradoras da localidade de Cubatão, no município de Guaratuba. São 3 mil hectares dedicados ao cultivo da banana. A produção anual chega a 96 mil toneladas e representa um ganho de 65 milhões de reais por ano (IPARDES, 2017). A pecuária e a criação de outros animais são pequenas na região. Segundo levantamento da produção agrícola realizado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura - DERAL (PMG, 2017), o camarão e o pescado marinho de captura, assim como a banana, estão entre os produtos que mais agregam valor de produção ao setor primário da economia.

No que diz respeito à produção industrial, o município recebe os royalties do governo federal, como forma de compensação financeira pela produção de petróleo e outros minerais. O setor industrial de Guaratuba está presente em todo o município através das atividades ligadas à construção civil, que representam aproximadamente 70% dos estabelecimentos industriais do município. (IPARDES, 2019). Há ainda uma ligeira diversificação para o ramo mobiliário, particularmente marcenaria, serralheria e alumínio, e a fabricação de alguns produtos alimentares.

³ IPARDES. <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais.Acesso> em 2019.
<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83280&btOk=ok>

Guaratuba possui o 4º IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) do litoral do Paraná, correspondendo a 0,717 (2017) e uma densidade demográfica (2017) de 27,09hab/km² (IPARDES, 2019). No ranking do IDH-M do litoral paranaense, Paranaguá encontra-se em 1º lugar com índice de 0,750, seguido por Matinhos com 0,743 e em 3º lugar está Pontal do Paraná com 0,738 (IPARDES, 2019). De acordo com (IPARDES, 2019) e o Censo do IBGE (2012), a renda per capita no município é de R\$ 782,92 (Valor de referência: R\$ 1094,00 – salário mínimo em 2019). Conforme IPARDES (2019), nas atividades comerciais predominam aquelas voltadas para a comercialização de alimentos, respondendo a praticamente 50% do total dos estabelecimentos comerciais cadastrados no município, dando destaque para o setor da construção civil representado pelos estabelecimentos que comercializam materiais de construção, dado os contínuos investimentos na construção e reformas de edificações. Na configuração do comércio local destaca-se a presença de supermercados, farmácias, lojas de vestuário, artigos de praia e postos de combustíveis.

No que se refere à oferta de serviços, nota-se uma maior diversificação, embora a natureza do serviço prestado alinhe-se às características gerais do município. Neste sentido, predominam os serviços voltados à hospedagem e alimentação, reparação, conservação, limpeza e diversão pública. O setor terciário, que é a base da economia, encontra-se estruturado para atender a atividade de veraneio como, lojas de materiais de construção, condomínios náuticos, bares e restaurantes, panificadoras, aviários, autopeças, distribuidoras de bebidas, açougues, farmácias, vídeo locadoras, academias de ginástica, dentre outros.

Matinhos, município separado de Guaratuba pela baía, tem 116,54 km² de área territorial e 17 km de praias, envolvendo vários balneários. Caracteriza-se por ser uma cidade praiana com temperatura média de 20 graus, com praticamente as mesmas características territoriais, econômicas e demográficas de Guaratuba. Possui uma população estimada em 33.450 habitantes, dentre os quais 204 na zona rural. Apresenta um crescimento anual de 6,6%. Há que se falar, também, da proximidade de Guaratuba, com as cidades de Paranaguá, Antonina e Pontal do Paraná, que abrigam portos (as duas primeiras) e abrigará (a cidade de Pontal), isso para destacar a diversidade produtiva do contexto econômico que abriga a Faculdade do Litoral Paranaense, apontando os portos vizinhos como grandes

mobilizadores da produção econômica do litoral do Paraná. O Estado do Paraná conta dois portos, quais sejam, o Porto de Paranaguá e o Porto de Antonina. Além desses, existe ainda em projeto já iniciado a construção do Porto de Pontal ou Porto do Mercosul. O Porto de Paranaguá, maior porto graneleiro da América Latina, localiza-se a 40 km de Guaratuba e começou sua história no antigo atracadouro de Paranaguá, em 1872, com a administração de particulares. Batizado de Dom Pedro II, em homenagem ao Imperador do Brasil. Sua inauguração aconteceu em 17 de março de 1935, com a atracação do Navio “Almirante Saldanha”.

Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto de Paranaguá que recebeu melhorias que possibilitaram sua ascensão a maior Porto sul-brasileiro. Atualmente, o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, unindo localização e estratégia a uma das melhores Infraestruturas portuárias da América Latina. Entre as principais cargas movimentadas em Paranaguá estão: Soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos.

No contexto histórico do Estado do Paraná, o Porto de Paranaguá foi a porta de entrada para os primeiros povoadores do Paraná, e desde a segunda metade do século XVI, o Porto sempre foi o principal exportador da região que mais produz produtos agrícolas do Brasil. Área total do Porto Organizado: 424,50 km². As áreas terrestres, em faixa e acrescidos de marinha, bem como as desapropriadas ou adquiridas através de compra ou cessão, compreendem atualmente a Área total de 2.350.000 m². Conta com o Cais público, que abrange 2.816 metros de extensão com 14 berços para atendimento simultâneo de 12 a 14 navios, e um berço com dolphins, na extremidade a Leste do Cais público, para atracação de navios Roll-On/Roll-Off. Conta ainda com Píer de inflamáveis= Berços, interno de 174 metros de extensão e, externo com 184 metros de extensão. Píer de Graneis Líquidos = Berços interno e externo com 244 metros de extensão cada. Píer de Fertilizantes (Terminal da Fospar) = Berços interno e externo com 235 metros de extensão cada. A sua área de influência, no entanto, corresponde a mais de 800.000 km², compreendendo o Estado do Paraná e parte dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e Rondônia. Inclui também o Paraguai, que dispõe de um entreposto

de depósito franco no Porto. Neste contexto, o Porto de Paranaguá apresenta-se como a melhor opção para a movimentação das cargas com origem ou destino ao Mercado Comum do Sul – Mercosul, afinal, a localização do Estado do Paraná como a melhor “esquina” do Mercosul, integra estrategicamente a economia brasileira com as mais dinâmicas do globo.

O corredor de exportação tem uma capacidade de embarque de 16 mil toneladas/hora. Conta com 300 metros de cais para atracação compartilhada de navios de veículos e passageiros. Fora isso, a obra contempla um retro área de 30 mil metros quadrados para a construção de um receptivo para turistas.

O Porto de Antonina, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção, o Porto de Antonina amplia a agilidade e qualidade dos serviços do Porto de Paranaguá, oferecendo dois terminais portuários: o Barão de Teffé e a Ponta do Félix. As principais cargas movimentadas em Antonina são congeladas, fertilizantes e minérios de ferro. No final do século XIX, com a conclusão da Estrada da Graciosa e do terminal ferroviário, ambos ligando Antonina a Curitiba, o Porto de Antonina intensificou suas atividades tornando-se, em 1920, o 4º Porto exportador brasileiro. As mudanças na economia mundial após a Segunda Grande Guerra Mundial, e o fim do ciclo da erva-mate, determinaram o declínio da economia da cidade e das atividades de seu Porto, culmina nos anos 70 com a paralisação da indústria Matarazzo, importante geradora de negócios e empregos.

A partir dos anos 80, Antonina, com aproximadamente 20.000 habitante e privilegiada por suas atrações naturais, passa a consolidar seu perfil de cidade turística, berço de manifestações folclóricas e culturais, integrando seu potencial turístico à sua vocação portuária. Como porto complementar do porto de Paranaguá, sob administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em conjunto abrange mais de 800 mil km², incluindo todo o Estado do Paraná, dos estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo, Rio Grande do Sul, além dos países da Bolívia, Argentina e Paraguai. O Porto de Paranaguá, maior porto graneleiro da América Latina, localiza-se a 40 km de Guaratuba. Atualmente, o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, unindo localização e estratégia a uma das melhores Infraestruturas portuárias da América Latina. Entre as principais cargas movimentadas em Paranaguá estão:

Soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos. Área total do Porto Organizado: 424,50 km². O Porto de Paranaguá fechou o ano de 2021 com movimentação recorde de 51,5 milhões de toneladas. Esse número representa um aumento de 14,2% em relação a 2020.

O Porto de Antonina fica localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção, o Porto de Antonina amplia a agilidade e qualidade dos serviços do Porto de Paranaguá, oferecendo dois terminais portuários: o Barão de Teffé e a Ponta do Félix. As principais cargas movimentadas em Antonina são congeladas, fertilizantes e minérios de ferro. O Porto de Pontal do Paraná ou Porto do Mercosul teve sua definição para ser construído em 2012, quando o governo estadual e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) anunciaram o início dos trabalhos para a construção do Porto do Mercosul, que ficará localizado em Pontal do Paraná, na localidade da Ponta do Poço. O terminal, cujo orçamento inicial é de cerca de R\$ 400 milhões, será bancado totalmente com recursos públicos, em princípio. A Ponta do Poço é a única área disponível no Paraná para a construção de um novo porto. Mas o local é altamente estratégico, pois a profundidade na área onde será as cais é de 24 metros, o que permitirá a atracação de grandes navios. A profundidade média na bacia de evolução (onde as embarcações vão trafegar) é de 21 metros. Pelos planos da Appa, o novo empreendimento será um porto concentrador de cargas, com capacidade para receber grandes quantidades.

Itapoá, município localizado no litoral norte do estado de Santa Catarina, com extensão territorial de 256 km², distante a 260 km da capital Florianópolis e a 80 km de Joinville, possui 32 km de belas praias, possui as mesmas características territoriais e demográficas das demais cidades litorâneas e tem hoje sua economia alavancada em virtude das instalações portuárias do grupo Tecon – SC. Localiza-se a 28 km de Guaratuba, e possui uma população estimada em 2017 de 19.355 habitantes (IBGE). Segundo o site do IBGE (2010), Itapoá apresentou um impressionante aumento de domicílios ocupados, superando em 40% as estimativas do Instituto e posicionando Itapoá como o Município que apresentou o maior crescimento de domicílios ocupados do Brasil. Este fato pode ser associado à implementação do Porto no município. No ano de 2018, o Porto Itapoá registrou um novo recorde em suas operações, com 157,69 MPH (movimentos por hora)

por navio, e 36,69 MPH por equipamento, na operação do navio Pedro Álvares Cabral, do armador Aliança Navegação e Logística, que faz o serviço de cabotagem no Terminal. O último recorde do Terminal era de 2015, com 155 MPH. Com o incremento dos volumes no Porto, somada às obras de expansão, as condições para se alcançar índices superiores a 80 MPH ficaram comprometidas. Nesse momento, com partes das obras já concluídas, o Terminal retoma os patamares de produtividade do início de suas operações. Uma parte da expansão do Terminal foi entregue no início de março de 2018 com uma nova área de pátio de 60 mil m². A nova área adicionou uma capacidade estática de aproximadamente 4 mil unidades, abrindo um espaço importante para que as operações continuem sendo realizadas de forma ágil e segura. Com a nova área, o pátio de contêineres do Porto Itapoá passa a ter 210 mil m², com capacidade estática de 18 mil contêineres. As obras desta primeira fase de expansão devem estar finalizado mais 40 mil m² de pátio, totalizando 250 mil m², e mais 170 metros de píer, que passará a ter 800 metros de comprimento e, com isso, capacidade de movimentação do Terminal deve chegar em 1,2 milhão de TEUs/ano. O Projeto de expansão contempla ainda outros 200 mil m² adicionais de pátio, já com aterro em andamento, e 410 metros de píer (um berço), cuja evolução acontecerá nos próximos 3 anos.

Garuva, também município catarinense, está localizado dentro da reserva da Mata Atlântica, localizado a 36 km de Guaratuba. Segundo o IBGE tem uma população estimada no ano de (2019) de 17.479 habitantes. O município tem uma paisagem basicamente característica de áreas agrícolas e está na região nordeste do Estado, na microrregião de Joinville, a 226 km de Florianópolis e a 45 km de Joinville. Na avaliação dos setores produtivos de Garuva a agropecuária contribuiu com 5,9%, a indústria com 54,5% e os serviços com 39,6% do PIB municipal. Potencializam-se os municípios de entorno como provedores de demanda, visto que há facilidade de acesso entre tais municípios, bem como ambos os municípios estão em franco desenvolvimento. O litoral paranaense divide-se, geograficamente em: Litoral Norte (Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) e Litoral Sul (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba). Tais municípios estão inseridos em uma área de grande biodiversidade — em meio a santuários ecológicos, Parques Nacionais

e Unidades de Conservação –, os sete municípios tiveram de readequar a produção tradicional às exigências de preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Esse fator acabou determinando as vocações produtivas da região. No caso da agricultura, a impossibilidade de expandir as áreas de cultivo acabou levando à diversificação das atividades econômicas nos espaços já existentes, além da adoção de culturas amigas da natureza, como a plantação de palmáceas e banana, grandes destaques da região hoje, juntamente com o pescado e camarão marinhos. Entre uma série de outros produtos cultivados pela agricultura familiar no litoral paranaense destacam-se também a mandioca, o arroz, o gengibre e uma grande variedade de hortaliças.

A dificuldade de expansão das áreas de cultivo nos municípios do litoral levou os agricultores a buscarem formas de agregar valor aos produtos. É o caso das balas de banana de Antonina, da cachaça de Morretes, dos chips e farinha de mandioca e das compotas e conservas feitas com frutas e hortaliças da região. Coisa pouco difundida é o fato de existirem nesse contexto cerca de 50 fazendas, localizadas principalmente em Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, investem na criação de búfalos para produção de leite, carne e venda de bezerros. De acordo com o Censo Agropecuário de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), último levantamento regional disponível, o litoral do Paraná tem 3,5 mil animais. As primeiras propriedades bubalinas se instalaram na região há 30 anos, embora não seja a o rebanho de búfalos como sua principal atividade dessas fazendas. Diferente dos bovinos, os búfalos se adaptam com mais facilidade a regiões com solos considerados pobres, tanto em nutrientes quanto no relevo, como os terrenos acidentados e esse animal tem a capacidade de produção muito alta. Mesmo em pastagens com condições mais pobres, os búfalos apresentam desempenho muito superior aos bovinos, tanto em taxas de natalidade, quanto nas questões de saúde. O litoral é responsável pela produção média de três mil quilos de queijo de búfalo por mês, de acordo com a Associação Paranaense de Criadores de Búfalos (Abupar). Rico em cálcio e com alto rendimento – o dobro em relação ao bovino –, a destinação principal do leite bubalino é a produção da mozzarella.

O litoral do Paraná é responsável por cerca de 80% da produção de banana de todo o estado. A bananicultura se destaca principalmente em Guaratuba, no litoral sul, onde a produção é mais intensiva e tecnológica.

De lá saem, aproximadamente, 80 mil toneladas das frutas todos os anos. Com uma produção menos desenvolvida devido às restrições ambientais e a dificuldade de acesso, Guaraqueçaba lidera o cultivo no litoral norte. Alta produtividade e trabalho em família caracterizam fazendas de banana, em Guaratuba e Guaraqueçaba. Existe, inclusive o cultivo de banana orgânica, cuja produção está sendo comprada pela indústria de alimentos orgânicos que está transformando o produto em banana passa orgânica. Este ano deverão ser produzidos 20 mil quilos de banana passa, volume que será totalmente exportado. Ou produto comum no litoral é a Mandioca, cultivada em abundância nos municípios do litoral, a mandioca é a matéria-prima de uma tradição que resiste ao tempo: a produção artesanal da farinha de mandioca nas farinheiras do litoral. O grande diferencial do produto é a adição do amido, parte nobre da mandioca, queo deixa mais rico e saboroso. Quando feita sem o produto, a farinha tende a ficar mais seca e perde em sabor.

As plantações de palmito são beneficiadas pelo clima úmido e chuvoso do litoral, que faz com que a região seja considerada a melhor do estado para o plantio de palmáceas. A produção de pupunha e palmeira real vem se consolidando com uma alternativa rentável para os cerca de 500 produtores do litoral, que precisaram buscar formas de aliar produtividade e preservação ambiental. A presença de 11 indústrias de beneficiamento do produto na região favorece ainda mais o cultivo das plantas rústicas, cujo manejo é simples e não exige grandes investimentos. Há destaque, também, para o plantio de hortaliças como das principais atividades produtivas da região litorânea. Fonte importante de renda para a agricultura familiar, a produção é absorvida pelo Litoral, Curitiba e Região Metropolitana. Junto com as frutas, as hortaliças produzidas no litoral são utilizadas para fazer conservas e compotas. A pesca é base do sustento de muitas famílias, a pesca artesanal ainda é predominante no litoral paranaense. Com exceção de Guaratuba, onde a atividade é mais industrializada, o restante dos municípios realiza a tradicional pesca de "sol a sol". Entre os destaques da região estão o pescado marinho e o camarão de captura. Aproveitando o grande potencial da região, estão sendo implantados projetos de cultivo de ostras e mexilhões em alguns pontos do litoral, em especial em Guaratuba. Em alguns municípios como Morretes existe destacadamente o plantio de cana destinado à produção de cachaça

afinal não é à toa que o dicionário Aurélio traz como sinônimo de cachaça a palavra "morretiana". Maior produtor de cana-de-açúcar do litoral paranaense, Morretes tem tradição na fabricação da bebida. Um exemplo é a cachaça orgânica produzida pela Porto Morretes. A empresa não utiliza produtos químicos em nenhuma das fases do processo de produção da cachaça, vendida para todo o Brasil, além de Estados Unidos, Canadá e Suíça. Outro produto que costuma ser plantado, colhido e industrializado, é o Gengibre, cuja industrialização vem ganhando força no Brasil, em suas regiões litorâneas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, litoral nordestino a algumas regiões de Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. No litoral do Paraná, a produção é manual e orgânica. Enfim, embora a força produtiva do litoral paranaense se assente na pesca e no plantio dabanana, seguem o rastro da produção, o plantio da mandioca, a criação de búfalos, o plantio da cana de açúcar e a produção de cachaça, o cultivo de ostras e mariscos, a olericultura e o plantio de gengibre, bem como a industrialização desses produtos para agregar valor, como a produção de balas de banana e gengibre, a conserva de hortifrutigranjeiros. Naturalmente que o turismo, agora otimizado, pela atracagem de navios de cruzeiro no porto de Paranaguá, somado justamente à potência portuária da região litorânea do Paraná e litoral norte de Santa Catarina, mais a capacidade da produção agropecuarista e dos pescados e frutos do mar criam um ambiente altamente interessante para se criar cursos superiores que formem profissionais na área da gestão, da organização contábil e da organização produtiva, objetivo maior da Faculdade do Litoral Paranaense.

3.2.4 Cenário Educacional

Quanto à educação, segundo dados do IPARDES (2017) com base em pesquisa realizada em 2016, o município de Guaratuba possui aproximadamente 5.338 alunos entre o ensino fundamental e 1.444 no ensino médio e aproximadamente 696 alunos matriculados nos dois estabelecimentos de ensino superior (particulares) do município. Esta informação conjectura uma demanda crescente a ser atendida pelo ensino superior. A cidade de Matinhos possui no ensino público fundamental 5.129 matriculados e no ensino médio 1.625 alunos (IPARDES, 2017). Existe uma mescla de moradores, já que com o passar dos anos alguns aposentados passaram a se instalar na cidade, pois a cidade de Matinhos está localizada a 2 km de Guaratuba. Já a cidade de Itapoá Santa Catarina possui 2.456 alunos matriculados no ensino fundamental e 733 alunos no ensino médio. A cidade de Garuva também localizada em Santa Catarina apresentava ano de 2017 cerca de 2.256 alunos matriculados no ensino fundamental e 790 alunos no ensino médio.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

3.3.1 Identificação do Curso

Apresenta a identificação do curso de Pedagogia.

Denominação	Pedagogia
Nível	Graduação
Habilitação/ Titulação	Licenciatura
Titulação conferida	Licenciado em Pedagogia
Regime Escolar	Semestral
Duração	8 Semestres ⁴
Carga Horária Total	3.266 horas/relógio
Turno/Período	Noturno
Integralização Mínima	8 semestres
Integralização Máxima	16 semestres
Formas Ingresso	Processos seletivos, Reopção de curso, transferências
Vagas Anuais	150 ⁵
Situação legal	Autorização através da Portaria de nº 523 de 11/06/2007. Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria nº 286, de 27/12/2012, D.O. U. 02/01/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria nº274, de 15/12/2016 D.O. U. 03/01/2017. Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria nº 919, de 28/12/2018 D.O. U.23/01/2019.
Início das Atividades	15/08/2007

Fonte: ICAPES 2021

⁴ Parcialidades a cada 800 h, ou 1 ano.

⁵ O curso foi autorizado com 300 vagas anuais, por adequação de demanda em 2018, houve a redução de vagas, passando a ser ofertado 150 vagas anuais, autorizada através da Port. Nº 441 de 08/2018 de 23/04/2018.

3.3.2 Justificativa

A abrangência formativa do Instituto Superior de Educação de Guaratuba alcança, além do litoral paranaense, que se divide geograficamente em: Litoral Norte (Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) e Litoral Sul (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba), também parte do litoral norte de Santa Catarina, bem como Itapoá e Garuva. Em ambos, os municípios estão inseridos em uma área de grande biodiversidade, repleta de santuários ecológicos, parques nacionais e unidades de conservação, cuja produção de bens, seja esta a partir da agricultura seja na esfera industrial, deve partir da adequação às normas e exigências de preservação e uso sustentável dos recursos naturais do meio ambiente. Fator este que é determinante nas vocações produtivas dessas regiões e que exige das instituições educacionais a formação de cidadãos críticos e responsáveis em relação ao meio em que se vive.

Devido à potencialização dos municípios de entorno a Guaratuba, onde está situado o Instituto Superior de Educação de Guaratuba, visto que há facilidade de acesso entre tais municípios, ao crescimento urbano que acontece neste litoral e, conseqüentemente, e por ser a única Instituição presencial no município e o crescente número de alunos matriculados nos anos que preenchem o Ensino Básico, tem-se a necessidade constante da formação e da promoção educacional de profissionais na área da Pedagogia, o que justifica e faz ser, o curso de Pedagogia desta IES, fundamental a esse espaço geográfico, estando como provedor da demanda educacional ao possibilitar a formação de profissionais autônomos e cidadãos, que são responsáveis de memória, da cultura local e de outras culturas provenientes do ensino crítico, da interdisciplinaridade e do debate de temas transversais dos quais tanto essa mesma região necessita.

3.3.3 Concepção do curso de Pedagogia

O Curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, desde sua implantação pela **Portaria nº 523, de 11 de junho de 2007, publicada no DOU em 14 de junho de 2007**, vem buscando continuamente um

trabalho interdisciplinar, que atenda as exigências do contexto educacional e do próprio espaço sociocultural em que esta IES está implantada, desfragmentando o conhecimento, a fim de formar profissionais professores pedagogos que não apenas tenham a capacidade de aprender conteúdo de uma maneira recortada, e sim que tenham a possibilidade de interpretar os conhecimentos que se encontram nessas experiências. Assim sendo, em 27/12/2012, o Curso de Licenciatura em Pedagogia desta IES teve renovado seu **reconhecimento, publicado em DOU, através da Portaria nº 249, páginas 13-69, seção 1, em 27 de dezembro de 2012 e renovação do Reconhecimento Nº 749 12/2016 de forma automática e publicado DOU Nº 249, 28/12/2018 a renovação do Reconhecimento Nº 918, 27/12/2018 de forma automática.**

O Curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, buscou como resultado final para ser aprovado⁶, uma matriz curricular que visa a não somente cumprir as novas regulamentações, qualificado, com uma visão mais integral da alfabetização que propicie e conduza o aluno à ampliação do seu conhecimento, a guarda de sua cultura, memória, dos fazeres e saberes e demais patrimônios de sua comunidade na qual este mesmo aluno atua como ator social. Portanto, este PPC traz uma linha aberta às novas pesquisas, à extensão e ao ensino o que exige alinhar a formação escolar às vivências sociais e à qualificação dada pela prática do trabalho.

Com este princípio, o PPC do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, em sua proposta dispõe-se a olhar para si mesmo, ao contexto em que atua e às necessidades desse mesmo contexto e do público pedagogo docente, tornando-se um instrumento de olhar atento às transformações, pois é isso que irá determinar sempre a

⁶ Todavia, sobre a aprovação deste PPC pelo Colegiado de Curso, é de bom senso esclarecer que esta veio na condição de que este PPC, embora aprovado, mantém-se em uma linha de formulação em aberto, pois o contexto educacional, mediante as exigências de mercado socioprofissional, cultural e político-geográfico, exige que uma IES esteja sempre em constante evolução. É do saber acadêmico que desde que o homem se organizou em sociedade, passou-se a valorizar o conhecimento e quem o detém; até mesmo porque é por ele que atores sociais, comunidades locais e regionais detêm também “poderes para além dos já conhecidos poderes econômico e político, isto é, detêm poder sobre sua vida e sobre suas escolhas”, conforme ressalta Nassar* (Doutor em Ciências da Comunicação, Professor e Coordenador do curso de Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Diretor-Presidente da Aberje).

* Fonte: NASSAR, Paulo & FIGUEIREDO, Rubens. **O que é Comunicação empresarial.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

renovação deste curso e desta IES, caso contrário estaríamos fadados ao envelhecimento e, conseqüentemente, acomodação do conhecimento.

O currículo do Curso de Pedagogia proposto pelo Instituto Superior de Educação abrange os conteúdos básicos essenciais preconizados pela legislação educacional na medida em que promove uma articulação do ensino das disciplinas de formação tradicional com as novas linhas do conhecimento de formação interdisciplinar, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino democrático/participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento da área da docência, como também viabilizar conexões que possibilitem, através do moderno conhecimento tecnológico, captar e compreender a complexa realidade social em que se vive e o ampliadíssimo universo de informações que influem no processo de tomada de decisão no mundo organizacional.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutam nos demais, formando um todo indivisível. O currículo apresenta, também, a possibilidade de realização de atividades complementares, no decorrer do Curso, que visam estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, incluindo projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, trabalhos sociais voluntários, cursos a distância, acompanhamento em audiências, além de disciplinas oferecidas por outros cursos, outras instituições de ensino, ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional. Constituem-se, portanto, em relevante instrumento para a complementação dos conteúdos básicos trabalhados em sala de aula, tendo por fim propiciar ao acadêmico o enriquecimento do saber de forma extracurricular, consoante sua escolha e preferência. Partindo do entendimento de que um curso é um percurso, faculta-se a cada aluno um grau de liberdade que lhe permita contemplar, além da formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área, uma vez que os conhecimentos característicos de uma área de atuação profissional incluem também o de campos de saber próximos.

Possui uma estrutura competente para a transmissão do saber acumulado, através da articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, totalmente adequada aos interesses e à realidade social da cidade de Guaratuba e sua região de influência imediata. É fundamental, para o êxito da proposta, que o foco de atenção seja desviado do ensino para a aprendizagem, razão de ser de todo o trabalho concebido, planejado e realizado. Os procedimentos docentes são meios e não fins num processo ensino-aprendizagem que tem como prioridade máxima fazer com que o aluno aprenda a conhecer, a fazer, a pensar e a ser, de uma forma mediada, o docente procura a busca pelo equilíbrio entre o saber e o conhecer do aluno. Ao longo dessa prática, torna-se imprescindível a retomada da concepção do que vem a ser o processo de produção do conhecimento, superando-se a imobilidade do conhecimento vinculado apenas à sua transmissão, para que se exercite a produção em parceria professor/aluno/comunidade científica. Certamente, uma concepção pedagógica diferenciada exige atenção e atualização constantes por parte do corpo docente e do colegiado do curso, correspondendo a um infatigável repensar e refazer do projeto pedagógico, no qual se legitimam as experiências e discussões teóricas. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem constitui-se em processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível em que alunos e professores se encontram, relativamente ao alcance dos objetivos desejados na formação do Licenciado em Pedagogia. O Instituto Superior de Educação optou por um curso seriado semestral, motivado pela ideia de favorecer o convívio dos alunos em “turmas”, possibilitando o desenvolvimento do sentido de grupo, favorecendo os trabalhos em equipe e a participação ativa do aluno no aprendizado. No que diz respeito à opção pelo regime semestral, em detrimento do anual, justifica-se pelo fato de permitir uma melhor distribuição do conteúdo dentro da carga horária disponível. O curso concebido pelo Instituto Superior de Educação observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, especialmente no cumprimento dos 200 dias fixados como calendário letivo mínimo das instituições de Ensino Superior.

A instituição estabeleceu um calendário anual que tem por base o módulo de 20 horas-aulas semanais, excluído o período de provas finais, sendo que as disciplinas, todas semestrais, têm carga horária fixada em múltiplo de 20.

O curso contém disciplinas com ementário de conteúdo adequado à sua proposta pedagógica, em perfeita harmonia com as respectivas bibliografias, ensejando um currículo

pleno, adequado à região litorânea, na medida em que busca dotar os futuros egressos de amplos conhecimentos dos vários ramos da ciência sociais, tornando-os hábeis na atuação em todas as áreas, como também, aptos para interagir na comunidade de modo a prevenir e solucionar demandas oriundas das questões relacionadas ao ambiente socioeconômico, e a promover a consciência da sustentabilidade.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA

4.1 OBJETIVOS

4.1.1 Objetivo do curso

Formar profissionais qualificados, autônomos, historiadores de si mesmos e de sua comunidade, através de um ensino superior de qualidade, em que o aluno é sujeito ativo do processo ensino/aprendizagem e que contribui para o desenvolvimento sócio- econômico-cultural da região litorânea do Paraná.

4.1.1.1 Objetivo Geral

Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos

4.1.1.2 Objetivos Específicos

Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;

- Tornar o licenciado para planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- Instrumentalizar o futuro pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;

- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- Habilitar o futuro pedagogo para o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Compreender a educação de jovens e adultos;
- Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Desenvolver competências no licenciado para produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.
- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional;
- Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento;
- Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Desenvolver, nos futuros educadores, o compromisso social e comunitário, levando-os a um trabalho interdisciplinar aprendendo a conhecer o contexto;
- Incentivar os licenciados a atuar no processo de intercâmbio social da sua comunidade com senso crítico e cada vez mais conscientes de seu papel social e da sua contribuição no avanço científico e tecnológico da região e do país;

- Estimular a formação de professores com rigor científico, tecnológico e didático pedagógico, orientando-se pela pesquisa/investigação, tomadas na construção e problematização do conhecimento e da (sua) própria aprendizagem.

4.1.2 Perfil do Egresso do Curso

A descrição do perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, atende a ao disposto no Parecer 5/2005 e na Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019.

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba contempla consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e de práticas, de forma que está apto para atuar na docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos

4.1.2.1 Abordagem funcional

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Superior de Educação de Guaratuba visa à Formação de Docentes de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), e tem como característica principal uma formação de profissionais pedagogos capazes de desenvolver características várias, bem como:

- Interesse pelo entendimento e posicionamento em relação ao problema da educação e da instituição escolar na contemporaneidade, particularmente no que se refere aos atuais processos de mudança nos paradigmas sociais e epistemológicos;
- Capacidade de gestão de sua formação continuada;

- Desenvolvimento de programas e atividades interdisciplinares para o enriquecimento cultural dos alunos;
- Domínio dos conteúdos e metodologias específicas a serem ministrados, ou supervisionados, ou coordenados por esses profissionais enquanto membros de uma comunidade educacional;
- Conhecimento dos processos de desenvolvimento afetivo-cognitivo da criança em idade escolar;
- Competência para utilização das novas tecnologias na produção, reorganização e transmissão dos conhecimentos;
- Atitude de investigação determinada por constante busca das informações em diversas fontes e uma postura crítica em face delas;
- Autonomia e criatividade para forjar alternativas de ação pedagógica face aos desafios postos pela realidade cotidiana onde se concretiza a suas práxis;
- Orientação de suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por princípios éticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade, acolhimento e confiança com os alunos;
- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas a serem desenvolvidas;
- Utilizar diferentes e flexíveis modos de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Fazer o uso de estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
- Enriquecer o ensino com estratégias de utilização de atividades lúdicas e simbólicas para a estimulação sensório-motora das crianças;

- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto pedagógico da instituição, atuando em diferentes contextos da prática profissional além da sala de aula;
- Participar de associações da categoria, estabelecendo intercâmbio com outros profissionais em eventos de natureza sindical, científica e cultural;
- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional;
- Ser capaz de gerir e organizar o trabalho pedagógico escolar da relação entre o modelo de gestão e a construção do projeto político pedagógico e dos fundamentos da gestão democrática compartilhada;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade, justiça, respeito, mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, atuando com profissionais e como cidadãos;
- Atuar em espaços escolares e não escolares na promoção da aprendizagem, respeitando as caracterizadas biopsicossociais dos sujeitos.

4.1.2.2 Abordagem comportamental

- A formação do pedagogo não deve se limitar aos aspectos técnicos da profissão. Neste sentido, os atributos de natureza humana relacionam-se à formação integral do aluno como ser humano. São desenvolvidos em diversas etapas, das quais a educação formal (oferecida pela escola) se caracteriza como uma etapa indispensável.
- A graduação funciona, portanto, como participante de um processo em queo formando é, sem dúvida, o principal agente de seu próprio desenvolvimento, sem que, todavia, possa ela restringir-se ao papel de mera instrutora, para assumir, por inteiro, sua função educadora.

- Desse modo, as seguintes características deverão ser cultivadas pelo aluno por meio de disciplinas e atividades específicas previstas nesse currículo:
- Autonomia intelectual que o capacite a desenvolver uma visão histórico- social necessária ao exercício da docência, como um profissional crítico e criativo, capaz de compreender a realidade e transformá-la;
- Comportamento ético na execução de atribuições e prerrogativas que lhe são imputadas.

4.1.2.3 Abordagem quantitativa

Nesta abordagem o foco da aprendizagem está nos sistemas de tratamentos de dados passíveis de processamento por técnicas quantitativas, dando às informações níveis de confiabilidade para a tomada de decisão e do mesmo modo, concernente aos métodos de pesquisa e suas implicações epistemológicas na produção de conhecimentos científicos em Educação.

4.1.2.4 Abordagem Inovadora

Um novo tempo nos aponta novas concepções de profissionais. Os professores já não utilizam apenas o quadro, o giz e o livro didático como instrumentos de trabalho. Não são mais aqueles que apenas transmitem informações, nem mesmo são os únicos detentores de todo o saber. O trabalho docente está se transformando, apontando para práticas inovadoras, que contribuem para a luta contra o fracasso escolar, que desenvolvem a cidadania, que recorrem à pesquisa, que enfatizam a prática reflexiva, que orientam as formações iniciais e continuadas, que estimulam a autonomia e a responsabilidade, que promovem aprendizagens significativas para o desenvolvimento pleno do educando (PERRENOUD, 2000). A escola de hoje requer profissionais mais críticos, criativos, que participem e ousem. Profissionais mais inteiros, isto é, com mais consciência pessoal e

profissional. Todo educador precisa ser um pesquisador de sua prática pedagógica imediata e ir até as raízes do conhecimento, construindo uma fundamentação teórica de qualidade. Só assim estará capacitado para sair do senso comum e da realidade imediata em que está para se tornar um visionário da realidade social. Na educação em que se objetiva o desenvolvimento integral do aluno, o professor deverá ser o elemento estimulador das múltiplas linguagens e inteligências, percebendo o conhecimento de forma não linear. Na escola conservadora, o compromisso maior do professor era com a execução do seu trabalho, não com o seu resultado. O professor cumpria planos e não pensava em sua prática. Uma das formas pela qual a Instituição contribui com a formação do novo educador tem início na formação acadêmica, tendo continuidade no exercício profissional. É, então, a partir de uma formação mais ampla que o educador se torna atuante em sua realidade social. O professor deve compreender que a integração com a comunidade é uma conquista, um objetivo que deve ser perseguido por todos aqueles que atuam de alguma forma na escola. É necessário que se encontrem estratégias para resgatar o entusiasmo coletivo, restaurar a confiança e a relação prazerosa entre os parceiros de uma mesma missão e organização. É essencial a criação de ambientes culturais diversificados que contribuam para o conhecimento e para a aprendizagem do convívio social, levando à compreensão de todos os fatores que se expressam no ambiente escolar, sejam eles políticos, sociais, culturais ou psicológicos. Onde existem pessoas e grupos de convivência, certamente existirão conflitos. E saber lidar com os conflitos é uma competência que o professor precisa desenvolver. Portanto, o professor precisa conhecer a natureza dos conflitos (interpessoais e intergrupais) para saber como intervir. Eles resultam de posições de desacordo e afetam a normalidade das pessoas e das organizações, sobretudo em ambientes de aprendizagem. Os conflitos interpessoais se originam das diferenças de opiniões, das diferenças de orientação, das lutas internas pelo poder e da competitividade entre os envolvidos no ambiente. O educador precisa desenvolver a competência de reconhecer-se e reconhecer o outro, numa relação dialógica, de afeto e entendimento, mesmo em situações de pensamentos opostos. Assim, demonstra segurança e compreensão para ensinar e educar. Na sua formação, há que se possibilitar a valorização das experiências e do respeito pelas pessoas, a crença no potencial cognitivo do ser humano, a visão das aprendizagens significativas e saber em benefício de quem e em benefício de que, ele deseja trabalhar.

É imprescindível pensar no professor como um mediador do processo de ensino aprendizagem. Deve ser aquele que leva em consideração os aspectos sociais, históricos e culturais neste processo e prima pela valorização da experiência do educando. Diante do paradigma da complexidade, em que a interligação dos saberes é peça fundamental, não se pode perder de vista que o conhecimento consistem em processo contínuo de construção e que, neste processo, estão presentes influências da sociedade, da história e da cultura. A docência precisa também refletir esse processo contínuo de construção da cidadania, enfrentando as defesas da consciência de valores para tornar o professor capaz de assumir suas responsabilidades, com retidão, coragem, otimismo e outras qualidades. Dessa forma, terá a competência necessária para atuar na missão de mestre neste esperançoso século XXI. As DCN para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica preconizam que a formação de professores deve estimular e desenvolver novas competências, como: compromisso com o ensinar; saber contar histórias; promover situações significativas de aprendizagem; mediar problemas e conflitos; servir de exemplo; enxergar o conhecimento de forma não fragmentada; saber trabalhar em equipe; ampliar o próprio repertório cultural; ter conhecimento teórico sobre grandes áreas do saber, para além da didática e da pedagogia; entender o aluno; estar aberto ao novo, mas com critério; estar preparado para ser o elo de comunicação entre a família e escola; saber gerenciar a sala de aula; aprender a aprender; entender o papel da televisão e da Internet; ter competência para ser orientador e também conselheiro. Estas competências são aqui assumidas e estão descritas no quadro específico mais adiante apresentado.

As Atividades Complementares, os cursos de extensão previstas na organização curricular, constituem um espaço apropriado para que o aluno construa seu conhecimento de forma diferenciada. São necessárias também outras atividades que envolvam todos os atores, de forma que cada um assume seu papel neste processo e propicie esta oportunidade aos alunos.

Com a Pandemia da COVID-19, a integração cada vez maior entre sala de aula e ambiente virtuais é fundamental para abrir a escola para o mundo para dentro da escola. Híbrido significa misturado, mesclado. A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre

combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias. Agora esse processo, com a mobilidade e a conectividade, é muito mais amplo e profundo: trata-se de um ecossistema mais aberto e criativo. O ensino também é híbrido, porque não se reduz ao que planejamos institucionalmente, intencionalmente, junto com os processos abertos, informais. Aprendemos através de processos organizados, juntos com processos abertos, híbrida significa partir do pressuposto de que não há uma única forma de ensinar. O trabalho colaborativo pode estar aliado ao uso das tecnologias digitais e propiciar momentos de aprendizagem e troca que ultrapassam as barreiras da sala de aula. Para tanto, o Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, desde o primeiro semestre de 2019 a 2021 com as sextas-feiras em formato síncrona, o discente pode utilizar o sistema *Modular MentorWeb* – Classroom e em fase de migração para o Sistema "2go" onde estarão envolvidos com propostas por meio de leituras e vídeos, resoluções de atividades, entre outras propostas. O curso prevê também a participação dos alunos em eventos promovidos pela IES como: Mostra Científica, Seminários, Encontros, Palestras, Ações Sociais e Semanas Intercursos.

4.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, tem em vista ofertar uma formação integral e sólida aos estudantes. A formação deve pautar-se na aquisição de competências e habilidades que permita ao estudante atuar em diversos campos profissionais, que envolva a área de estudo da pedagogia. Amparado nessa perspectiva formativa, o estudante será capaz de se preparar para lidar com situações-problema de seu cotidiano e resolvê-las, sejam elas de cunho teórico ou prático, acadêmico ou profissional. Nesse contexto, seguem as competências e habilidades necessárias, cuja aquisição deve ser o escopo central da formação do profissional licenciado em pedagogia, na qual corrobora em inteiro teor e inter-relacionam-se com as competências gerais da Educação Básica estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC Art. 2º da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, diz que a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o

desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Desta forma a grade curricular e as demais disposições regulamentadas e previstas neste PPC de Licenciatura em Pedagogia, permitem que o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba, adquira as competências gerais e específicas previstas na BNCC-Educação Básica.

As competências previstas na Resolução CNE/CP n.º 1/2006 para o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia estão previstas nas várias competências gerais e específicas descritas em comum acordo com a Resolução CNE/CP n.º 2/2019

4.2.1 COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva. 2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas. 3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. 6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.
11. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
12. Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
13. Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
14. Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
15. Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
16. Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
17. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
18. Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
19. Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

20. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
21. Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
22. Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
23. Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

4.2.2 Competências específicas docentes

Competências Específicas		
1. Conhecimento Profissional	2. Prática Profissional	3. Engajamento Profissional
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

2. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades

<p>2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens</p>	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características indenitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes</p>
<p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem</p>	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>

<p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino</p>	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis. 2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua</p>
---	--

<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidade</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes. 2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>
--	---

<p>3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL</p>	
<p>Competências Específicas</p>	<p>Habilidades</p>
<p>3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional</p>	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em auto avaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p>

	<p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes</p>
<p>3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender</p>	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p>

	<p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentiva os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança</p>
<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola</p>
<p>3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p>

	3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias Inter setoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.
--	---

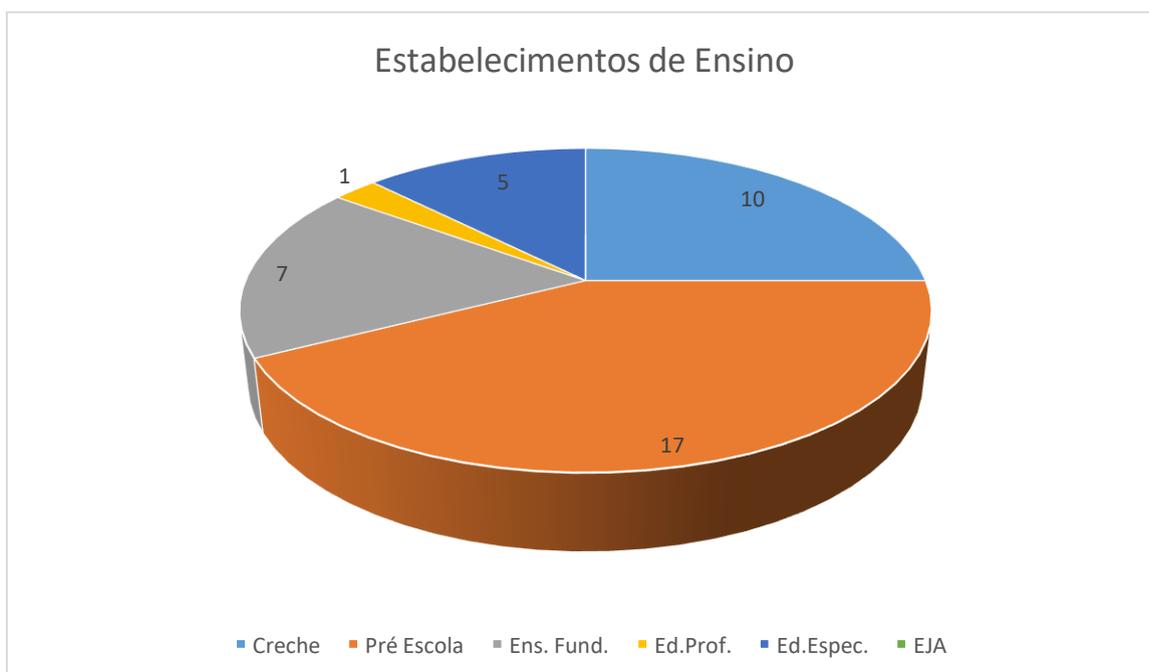
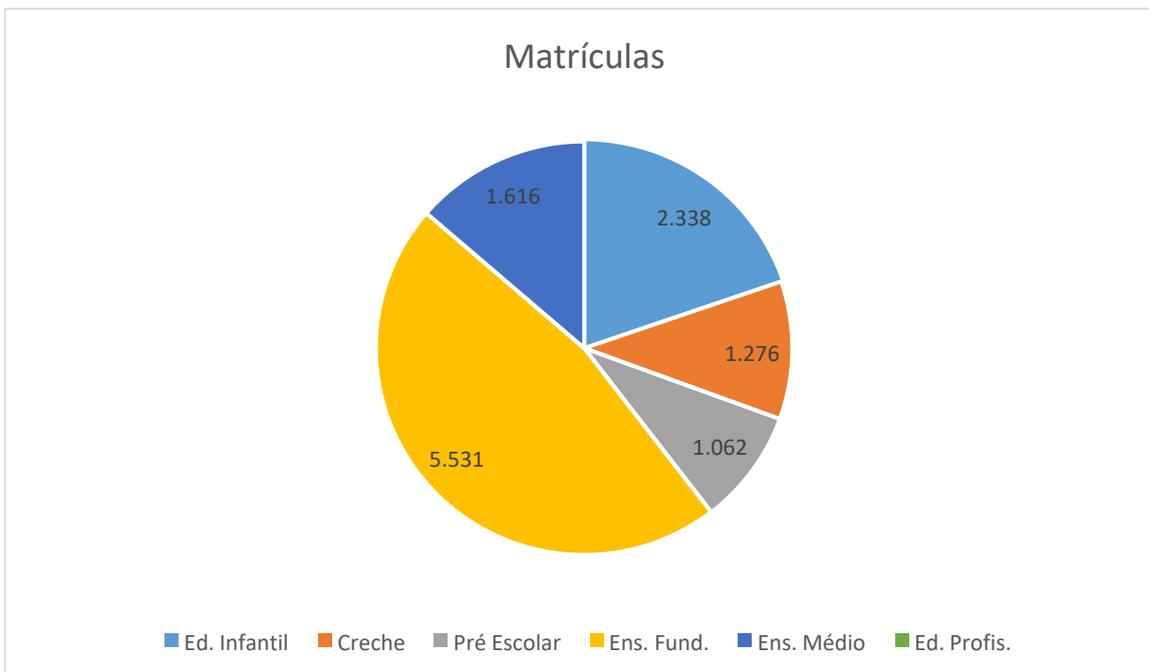
4.3 INSERÇÃO REGIONAL

A cidade de Guaratuba está localizada no Litoral Paranaense, a 70 km de distância da cidade de Joinville Santa Catarina via Rodovia BR 101 e a 130 km da cidade de Curitiba PR, via Rodovia BR 376. Ainda em seu entorno estão situadas as cidades localizadas no Estado do Paraná, como Matinhos, Caiobá, Paranaguá, Pontal do Paraná, Morretes e Antonina e cidades circunvizinhas do Estado de Santa Catarina (Itapoá e Garuva).

Devido a essa característica, a cidade de Guaratuba e as circunvizinhas possuem um grande número de que possibilitam a inserção e atuação dos egressos do curso de Pedagogia.

Na cidade de Guaratuba a IES é a única Instituição de ensino presencial que oferece o Curso de Pedagogia, com 4 (quatro) anos de duração, sendo uma opção para aqueles que desejam fazer este curso, sem que haja necessidade de deslocamento até as cidades de Paranaguá, Curitiba ou Joinville.

Conforme fonte do Ipardes (2019), o município apresenta 37 (trinta e sete) estabelecimentos de Ensino, com um número significativo de matrículas na Educação Infantil, Creche, Pré escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, num total de 9.617 (nove mil seiscentos e dezessete) alunos matriculados, cuja demanda requer a necessidade de profissionais que possam atuar. Segunda a fonte do Ipardes (2019), na cidade de Guaratuba, contemplam 3 (três) Agências dos Correios, 1 (um) Hospital Geral, Empresas da Copel e Sanepar e muitas Empresas, das quais os Egressos do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, pode atuar como professor, gestor, coordenador, pedagogo, pedagogo Hospitalar e Empresarial.



Fonte: Iparades 2022

4.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular obedece a uma sequência de componentes curriculares que preparam o discente para atuação profissional nas diversas áreas da docência, seja em ambientes de trabalhos privados ou públicos. A organização e administração dos conteúdos buscam fomentar a proposta de interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, preparando profissionais aptos a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, assim como, que permita uma formação baseada no perfil profissional do licenciado em Pedagogia. O curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia será desenvolvido regularmente em 08 (oito) semestres, sendo que a carga horária total para a integralização do curso é de 3.266 horas/relógio. A estrutura curricular apresentada neste PPC contempla a seguinte padronização: 01 (uma) hora-aula correspondendo a 50 (cinquenta) minutos. Em virtude disso, apresenta-se também a carga horária do curso em hora-relógio de 60 (sessenta) minutos e a quantidade total de horas-aula. Em resumo: os componentes curriculares com 80 horas-aula (04 aulas semanais) correspondem a 66,7 horas-relógio (60 minutos); os componentes curriculares com 40 horas/aula (02 aulas semanais) correspondem a 33,3 horas-relógio (60 minutos). O Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia é oferecido integralmente na forma presencial, no turno noturno, com aulas de segunda as sextas feiras, sendo que nas sextas – feiras as aulas são síncronas, podendo aos sábados serem considerados como dias letivos, nos quais as aulas poderão ocorrer nos turnos matutino, vespertino ou noturno.

4.4.1 Matriz Curricular

Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I, da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019 e no Art. 5º da Resolução CNE/CP n.º 01/2006.

O Art. 2º, § 2º, da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, estabelece que: § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

- I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;
- II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos
Como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico,
O sociológico, o político, o econômico, o cultural.

O Art. 11 da Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, traz a carga horária dos cursos de licenciatura, com a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desse conteúdo.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Seguindo as orientações da Resolução acima, os grupos curriculares deste PPC de Licenciatura em Pedagogia estará organizado como segue:

- Grupo I, a carga horária de 800 horas será trabalhada a base comum que compreende conhecimentos científicos, pedagógicos e educacionais.
- Grupo II, a carga horária de 1.600,4 horas irá trabalhar as aprendizagens específicas da área do curso e componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC.
- Grupo III, a carga horária de 800 horas será distribuída entre a Prática pedagógica (Estágio Curricular Supervisionado e Prática dos Componentes Curriculares I e II).
- Atividades Complementares, a carga horária de 100 horas, seguindo a Resolução CNE/CP nº 1/2006.

Para o Grupo I, o início será no 1º semestre, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

O parágrafo único do art. 12 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de temáticas que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo I, as temáticas obrigatórias previstas estão sendo atendidas, conforme demonstrado: Relação geral das disciplinas da base comum.

Assim, a carga horária do Grupo II constante neste PPC, deverá contemplar:

a) Formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil:

I - as especificidades das escolas de Educação Infantil – creche ou pré-escola – seus modos de organização, gestão e rotinas;

II - as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e Pré escolar; – os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCN's da educação infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento e a aprendizagem organizados nos campos de experiência da Educação Infantil conforme disposto na Base nacional Comum Curricular:

a) o Eu, o Outro e o Nós;

b) corpo, gestos e movimentos;

c) escuta, fala, pensamento e imaginação;

d) traços, sons, cores e formas; e

e) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

IV - a revisão das áreas e componentes previstos pela BNCC-Educação Básica como um todo, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

V - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes da Educação Básica

.VI - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

b) Formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino

Fundamental:

I - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

II - as áreas e componentes, previstos na BNCC-Educação Básica como um todo, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental em particular, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

III - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes e que devem ser aprendidas e avaliadas pelos licenciados desse curso de formação.

O § 1º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de habilidades que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte de estudos comuns referentes à formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e à formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, essas habilidades obrigatórias previstas estão sendo atendidas, através dos diversos componentes curriculares constantes no: Relação geral das disciplinas da base específica.

Estão atendidas também as habilidades previstas nos § 2º e § 3º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019, que têm a obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte específica de estudos para a formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e para a formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos

I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início. Este PPC na composição da grade curricular contempla a Resolução CNE/CP n.º 01/2006, em seu Art. 8º, nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação, contemplados no Grupo I e II, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciados a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos, contemplados no Grupo III, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas, sendo que Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, não prever atividades complementares e TCC como componentes da carga horária mínima do curso, essa carga horária foi acrescida para além das 3.200h.

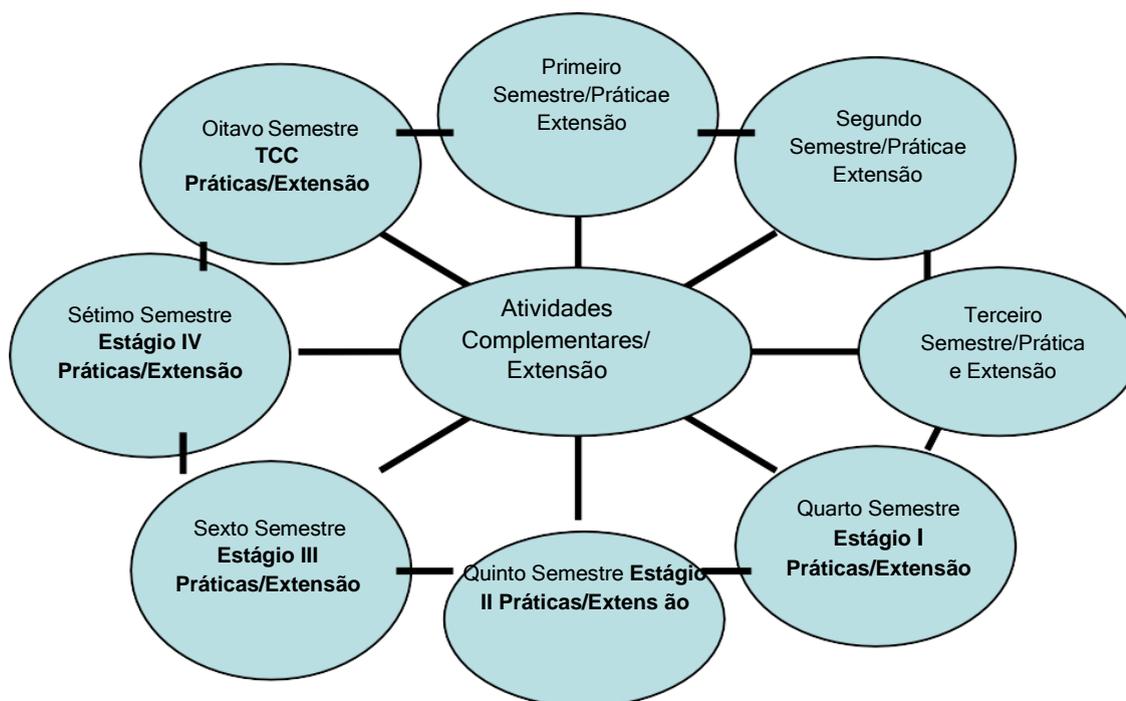
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Psicologia da educação	Políticas públicas e legislação na educação	Identidade e Diversidade, e Direitos Humanos	Libras – Língua Brasileira de Sinais	Educação Especial e Inclusiva	Metodologia e Práticas Geografia e História	Educação no Campo e Indígena	Eco Pedagogia e Sustentabilidade
Linguagem e Gramática	Didática e ética profissional	Curriculos, BNCC, Programas e projetos pedagógicos	Avaliação da aprendizagem escolar	Organização do Trabalho Pedagógico	Educação de jovens, adultos e idosos	Metodologia da Matemática	Gestão de projetos em espaços escolares e não-escolares
Práticas recreativas e lúdicas	Psicologia e aprendizagem	Alfabetização e letramento	Literatura Infanto-Juvenil	Met. E Prática no Ensino da Arte	Metodologia e Prática do Ensino de Ciências	Psicopedagogia	Empreendedorismo
Aspectos Antropológicos e sociológicos da educação	Educação das relações étnicas raciais	Fundamentos Ed. Básica e suas práticas	Comunicação e Produção de texto	Metodologia e Prática da Língua Portuguesa	Escola Mediação: Família, trabalho, lazer e saúde	ECA e Direitos Educacionais da Adolescentes e Jovens	Pedagogia Social
História da educação	Fundamentos da Ed. Infantil e práticas	Matemática e Estatística na Educação	Educação e Novas Tecnologias	Estágio supervisionado II – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Gestão Financeira e Trabalho Pedagógico	Estágio supervisionado IV – Formação de Docentes	Relatos e experiências de estágios - TCC
Atividades e práticas educacionais de extensão I	Metodologia da pesquisa em educação	Atividades e práticas educacionais de extensão III	Estágio supervisionado I – Educação Infantil	Atividades e práticas educacionais de extensão V	Estágio supervisionado III – Ed. Especial/EJA	Atividades e práticas educacionais de extensão VII	Atividades e práticas educacionais de extensão VIII
	Atividades e práticas educacionais de extensão II		Atividades e práticas educacionais de extensão IV		Atividades e práticas educacionais de extensão VI		Disciplina Optativa

Grupo I – Disciplinas Base Comum

Grupo II – Disciplinas Base Específica

Grupo III – Disciplinas de Práticas. Estágios Curriculares Supervisionados



4.4.2 Matriz curricular

Semestre	Código	Disciplinas	CH	Práticas	Estágio	H/A	H/R
1	1	Psicologia da Educação	80			80	66,7
	2	Linguagem e Gramática	80			80	66,7
	3	Práticas Recreativas e Lúdicas	60	20		80	66,7
	4	Aspectos Antropológicos e sociol. da Educação	40			40	33,3
	5	História da Educação	80			80	66,7
	6	Atividades Práticas Educacionais de Extensão I	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
2	7	Políticas Públicas e Legislação na Educação	40			40	33,3
	8	Didática e Ética profissional	80			80	66,7
	9	Psicologia e Aprendizagem	80			80	66,7
	10	Educação das Relações Étnicos Raciais	30	10		40	33,3
	11	Fundamentos da Ed Infantil e práticas	50	30		80	66,7
	12	Metodologia da Pesquisa em Educação	40			40	33,3
	13	Atividades Práticas Educacionais de Extensão II	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
3	14	Identidade e Diversidade e Direitos Humanos	80			80	66,7
	15	Currículos, BNCC, Programas e projetos Pedagógicos	80			80	66,7
	16	Alfabetização e Letramento	50	30		80	66,7
	17	Fundamentos Ed. Básica e suas Práticas	50	30		80	66,7
	18	Matemática e Estatística na Educação	40			40	33,3
	19	Atividades e Práticas de Extensão III	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
4	20	Libras – Língua Brasileira de Sinais	70	10		80	66,7
	21	Avaliação da Aprendizagem Escolar	80			80	66,7
	22	Literatura Infanto- Juvenil	60	20		80	66,7
	23	Educação e Novas Tecnologias	60	20		80	66,7
	24	Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	40		100	40	33,3
	25	Atividades e Práticas de Extensão IV	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
5	26	Educação Especial e Inclusiva	60	20		80	66,7
	27	Organização do Trabalho Pedagógico	70	10		80	66,7
	28	Met. e Prática no Ensino da Arte	50	30		80	66,7
	29	Metodologia e Prática da Língua Portuguesa	50	30		80	66,7
	30	Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	40		100	40	33,3
	31	Atividades e Práticas de Extensão V	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
6	32	Metodologia e práticas Geografia e História	50	30		80	66,7
	33	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	30	10		40	33,3
	34	Metodologia e Prática do Ensino de Ciências	50	30		80	66,7
	35	Escola Mediação: Família, trabalho, lazer e saúde	30	10		40	33,3
	36	Gestão Financeira e Trabalho Pedagógico	70	10		80	66,7
	37	Estágio Supervisionado. III – Ed. Especial/ EJA	40		100	40	33,3
	38	Atividades e Práticas de Extensão VI	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
7	39	Educação no Campo e Indígena	80			80	66,7
	40	Metodologia da Matemática	50	30		80	66,7
	41	Psicopedagogia	80			80	66,7
	42	Eca e Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens	80			80	66,7
	43	Estágio Supervisionado IV – Formação Docentes	40		100	40	33,3
	44	Atividades e Práticas de Extensão VII	40			40	33,3
Subtotal						400	333,3
8	45	Eco pedagogia e Sustentabilidade	80			80	66,7
	46	Gestão de projetos em espaços escolares e não escolares	70	10		80	66,7

47	Empreendedorismo	40			40	33,3
48	Pedagogia Social	60	20		80	66,7
49	Relatos Experiências Estágios - TCC	40			40	33,3
50	Atividades e Práticas de Extensão VIII	40			40	33,3
51	Optativa	40			40	33,3
I					400	333,3
Subtotal			400	400	3.200h/a	2.666h/r

Resumo:

ATIVIDADES FORMATIVAS	2.666 h/r 3.200 h/a
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400 h/r
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200 h/r
TOTAL HORA RELÓGIO	3.266 h/r
TOTAL HORA AULA	3.800 h/a

DISCIPLINAS OPTATIVAS		
Disciplinas	H/A	H/R
Pedagogia Hospitalar	40	33,3
Pedagogia Empresarial	40	33,3
Distúrbios de Linguagens	40	33,3
Temas Contemporâneos	40	33,3

4.4.2.1 Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso

Buscando coerência com o perfil desejado do egresso, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, define seu currículo objetivando o fato de que o Licenciado em Pedagogia deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Pedagogia, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Pedagogia e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação básica e comprometido e capaz de assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania. Além disso, há a necessidade de formar professores, com uma abordagem baseada na investigação científica. Dessa forma, eles se tornam capazes de participar ativamente no ensino. A matriz curricular do curso em questão apresenta disciplinas que vêm ao encontro das necessidades formativas do Pedagogo, além de abordar, na perspectiva da transversalidade, conforme demonstra o quadro a seguir:

CONTEÚDOS	UNIDADES CURRICULARES	AÇÕES E ATIVIDADES EXTENSIONISTAS RELACIONADAS A ESSAS TEMÁTICAS
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais - Libras	I e II Encontro de Intérpretes e Professores de Apoio de Surdos; Feira das Profissões; Apresentação Musical em Libras;
Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional	Educação das Relações Étnico Raciais; Aspectos Antropológicos e Sociológicos da Educação; Identidade e Diversidade e Direitos Humanos;	Dia da Consciência Negra; Poesias e Cultura afro "Mulheres Culinária Intercursos - Palestras e Exposições de artefatos indígenas; Outubro Rosa; Novembro Azul; Abuso Infantil; Mostra de Direitos Humanos; Melhor Idade em Ação;

Educação Ambiental	Metodologia e Prática do Ensino de Ciências; Eco Pedagogia e Sustentabilidade;	Semana Sócio ambiental Evento Extensão, Mesa Redonda: tema “ Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I” Vivências ambientais Instituto Guajú; Limpeza da Baía; Visita Técnica à Ilha da Pescaria (atividade de antropologia e patrimônio cultural arqueológico);
Direitos Humanos	Aspectos Antropológicos e sociol. Da Educação Educação das Relações Étnico Raciais; Aspectos Antropológicos e sociológicos da Educação; Identidade e Diversidade e Direitos Humanos; Educação de Jovens, adultos e idosos; Eca; Educação Especial Inclusiva.	I, II, III Mostra dos Direitos Humanos; Semana Intercursos com palestras voltadas aos direitos humanos; Palestras orientativas com temáticas de “Violência contra a mulher”; Abuso Infantil “18/05” Atividades com a Universidade Livre da Melhor Idade - ULMI
	Identidade e Diversidade e Direitos Humanos;	Participação UFPR “Tudo sobre mim, nada sem mim”
Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista; Inclusão das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais; Idosos;	Educação de Jovens, adultos e idosos; Educação Especial Inclusiva Direitos da Criança e do Adolescente; Língua Brasileira de Sinais - Libras	Participação na Câmara Municipal do Dia Mundial de “Conscientização do Autismo”; Visita às Entidades com: Apae; Apdavg; Projeto de Intervenção Alfabetizar e Letrar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Projeto de Intervenção – Literatura Infantil nas Escolas. Projeto de Alfabetização na Reciclagem – Pôr do Sol Projeto de Intervenção: “Leitura e Escrita no Processo Aprendizagem EJA”

Educação no Campo e Indígena	Educação no Campo e Indígena;	Semana de Intercursos – Apresentação do Cursos de Lideranças Indígenas; Visita Técnica na Ilha Cotinga.
Direitos Educacionais de Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	Identidade e Diversidade e Direitos Humanos; Educação de Jovens, adultos e idosos; Eca; Educação Especial Inclusiva Psicologia da Educação.	Visita Técnica a Câmara Municipal; Atividades de contra turno de crianças com vulnerabilidade social- “Casa Novo Horizonte”; Projeto Páginas da Liberdade (Arrecadação de livros da delegacia municipal) Minicurso ECA/ Justiça Reparativa.

4.4.2.2 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais – Libras

A Disciplina – Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS também está contemplada na Matriz Curricular deste PPC, conforme determina a o Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436/02, também denominada Lei de Libras, tratando dos aspectos relativos à inclusão de Libras nos cursos superior, na disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras.

4.4.2.3 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais

Ainda em conformidades com as DCNS e demais normativas educacionais ao Curso em Licenciatura em Pedagogia, este PPC formaliza em sua Matriz um currículo de curso que atende as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e situações de racismo, nos termos da Lei Nº 9.394/96 e com a redação dada pelas Leis 10.639/2003 e Nº 11.645, de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CES nº01, de 17 de julho de 2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Para tanto, sempre que possível, os temas serão tratados transversalmente em todas as disciplinas, no que diz respeito à produção e divulgação de conhecimentos pertinentes ao tema, bem como o estímulo para a superação de preconceitos e intolerâncias, buscando novas posturas diante da pluralidade étnico raciais e a valorização dos direitos humanos.

Os conteúdos programáticos incluindo os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o indígena na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à organização social brasileira, são assim tratados além de temas interdisciplinares, em suas disciplinas específicas, conforme se encontram na Matriz Curricular deste PPC e no quadro acima.

4.4.2.4 Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental

A Matriz Curricular deste Curso de Pedagogia atende também à LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, a qual dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e ao DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002, que a regulamenta. Atenta, ainda, à RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e por

entender que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental, esta IES propõe em seu PPI, com o qual este PPC dialoga intimamente, que sempre que possível todas as disciplinas abordem os temas referidos à educação ambiental e sustentabilidade de maneira transversal e nas disciplinas de Ciências Naturais: Fundamentos e Metodologia; Eco Pedagogia e Sustentabilidade.

4.4.2.5 Adequação dos Conteúdos curriculares à Educação em Direitos Humanos

Conforme disposto no parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, cujo objetivo central é a formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano, consubstanciado como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural, no curso de Pedagogia, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos ocorrerá das seguintes formas: Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico nas disciplinas de: Aspectos Filos. Antropológicos e sociologia da Educação, Educação das Relações Étnicos-raciais; Identidade e Diversidade e Direitos Humanos; Educação de Jovens e Adultos e Idosos; Educação Especial e Inclusiva; Eca e Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens; Pedagogia Social.

De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e interdisciplinaridade, nos demais componentes, a exemplo das atividades complementares, de extensão, e de pesquisa, desenvolvidas ao longo do curso; Ações institucionais como Seminários e Fóruns de discussão.

4.4.2.6 Adequação dos Conteúdos curriculares aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Para o atendimento aos aspectos pertinentes, relacionados com a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e que alterou o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a IES. No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é tratada nas disciplinas de Educação Especial e Inclusiva; Diversidade e Direitos Humanos; Eca e Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens.

Busca-se atender a Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), em seu art. 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. Assim, nos componentes curriculares serão trabalhados conhecimentos referentes ao processo de envelhecimento saudável e em algumas ementas este tema será abordado de forma direta em Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Aspectos Antropológicos e sociológicos da Educação e Educação Especial e Inclusiva.

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 versa sobre a acessibilidade como fator de inclusão. Para atender às demandas vinculadas a este quesito, a Faculdade do Litoral Paranaense, conta com o Núcleo de Atendimento ao Estudante e Psicopedagogia às Pessoas com Necessidades Específicas, que articula com a Coordenação para a viabilização de ações inclusivas.

Ainda para atender as demandas legais e sociais quanto a acessibilidade, promove a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações, incluindo uma série de atividades, a saber: campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica e colaboradores em diversos espaços com o objetivo de despertar o convívio com a diferença, fortalecendo o convívio com a diversidade; aplicação de cartazes contendo mensagens referentes aos cuidados necessários com os portadores

de deficiência física; apoio aos funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo. Os professores utilizam metodologias de ensino com recursos e estratégias que possam assegurar o uso de estilos de aprendizagem diferentes, promovendo acesso e permanência dos estudantes e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral no intuito de ampliar ao máximo sua Acessibilidade Pedagógica.

Os professores terão opção de programar algumas atividades utilizando plataforma digital, sendo que a recomendada é o Google Classroom. Para reafirmar o seu compromisso no acesso à informação. A instituição dispõe de laboratórios de informática, com acesso à internet cabeada e softwares disponíveis para aulas, ambiente virtual de aprendizagem, com disponibilização de conteúdo e atividades online.

Pensando-se no combate a retenção e evasão dos estudantes, a Faculdade do Litoral Paranaense – Isepe Guaratuba oferece apoio psicológico, psicopedagógico e de atividades acompanhadas (regime domiciliar); conta ainda com atividades do Núcleo de Apoio ao Estudante

4.4.2.6.1 Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares

O Projeto Pedagógico do Curso segue as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para Educação Básica, a Base Nacional Comum para Formação inicial de Professores da Educação Básica resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, o Curso de Graduação, estabelecendo sobre os Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam dentre outras coisas, e também que:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Assim sendo, o Presente PPC, contempla conteúdos que dialogam com a realidade regional, nacional e internacional, sob a perspectiva histórica e contextualizada, indicando sua aplicabilidade no âmbito das Instituições de Ensino e das comunidades em que se inserem, Resolução Nº2, de 20 de Dezembro de 2019 (que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação)

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam- se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Além desses, este PPC assume a todos os demais elementos apontados pela Resolução supracitada como componentes curriculares, bem como, as Atividades Complementares, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

4.4.2.6.2 Demonstrativo dos cumprimentos das Diretrizes Curriculares Nacionais

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação tem da Lei 9.131, de 1995, competência para “*deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação*”.

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação têm como princípios proporcionar autonomia plena na formulação da carga horária, indicar os campos de estudos e demais experiências de ensino/aprendizagem que irão compor o currículo, evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação, incentivar uma sólida formação geral, estimular práticas de estudo independentes, encorajar o aproveitamento do conhecimento, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, fortalecer a articulação da teoria com a prática e orientar para a condução de avaliações periódicas.

Como metas, essas diretrizes pretendem conferir autonomia para as IES na definição de currículos, propor carga horária mínima, ampliar a diversidade da organização dos cursos, contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades e, contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico da graduação.

Assim, o Instituto Superior de Educação Guaratuba, na constante busca da qualidade na formação de seus alunos, tem buscado usufruir de todas as condições de autonomia e sugestões contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de graduação que direcionem o curso para uma referência em seu campo de atuação.

A resolução CNE/CP nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em Nível Superior de professores para Educação Básica e institui a BNCC-Formação, defini os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam dentre outras coisas, e também que:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a

formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Assim sendo, o Presente PPC, contempla conteúdos que dialogam com a realidade regional, nacional e internacional, sob a perspectiva histórica e contextualizada, indicando sua aplicabilidade no âmbito das Instituições de Ensino e das comunidades em que se inserem, atendendo ainda aos seguintes campos interligados de formação, conforme o Art. 2º dessa resolução:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Além desses, este PPC assume a todos os demais elementos apontados pela Resolução supracitada como componentes curriculares, bem como as Atividades Complementares, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

4.4.3 Ementário e Bibliografia

4.4.3.1 Adequação e Atualização das Ementas

A elaboração, adequação e atualização das ementas das disciplinas e os respectivos programas do curso de Pedagogia é resultado do esforço coletivo do corpo docente, Núcleo Docente Estruturante, sob a supervisão do Colegiado e Coordenação do Curso, tendo em vista a integração horizontal e vertical do currículo, no âmbito de cada período e entre os mesmos, considerando a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como paradigma que melhor contempla o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico. Definidas as competências e habilidades a serem desenvolvidas, são identificados os conteúdos e sistematizados na forma de ementas das disciplinas curriculares, considerando a produção recente na área. Vale ressaltar que as atualizações e adequações são construídas, a partir do perfil desejado do profissional em face das novas demandas sociais do século XXI, das constantes mudanças e produção do conhecimento, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI, do PPI e das características sociais e culturais.

4.4.3.2 Descrição do Ementário e Bibliografia do Curso

A bibliografia dos programas de aprendizagem é fruto do esforço coletivo do corpo docente que seleciona dentre a literatura aquela que atende as necessidades do curso. Os livros e periódicos recomendados, tanto em termos de uma bibliografia básica quanto complementar são definidos à luz de critérios como: - Adequação ao perfil do profissional em formação, a partir da abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos imprescindíveis ao desenvolvimento das competências e habilidades gerais e específicas, considerando os diferentes contextos. - Atualização das produções científicas diante dos avanços da Ciência e da Tecnologia, priorizando as publicações dos últimos 05 anos, incluindo livros e periódicos, específicos rigorosamente selecionados, sem desprezar a contribuição dos clássicos. - Disponibilidade no acervo da Biblioteca.

Bibliografia básica

A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso. O Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba, encontra em plena execução dessa política, não apenas para atender às demandas do MEC, mas prioritariamente às necessidades e solicitações do corpo docente e discente. Através da Campanha de Atualização do Acervo, semestralmente as bibliografias dos cursos de graduação são avaliadas quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo. A quantidade de exemplares adquirida para cada curso é definida com base no número de estudantes e norteada pelas recomendações dos indicadores de padrões de qualidade definidos pelo MEC. É importante ressaltar que as referências bibliográficas básicas dos conteúdos programáticos de todos os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas do curso se encontram adequadas no que refere à quantidade de referências ao conteúdo das disciplinas e atualidade considerando os últimos cinco anos, sem desconsiderar as referências clássicas. Todos os exemplares são tombados junto ao patrimônio da IES. O Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba. Através dos serviços de pesquisa em bases de dados acadêmicas/científicas, os estudantes podem utilizar mais de quatro mil títulos. Como forma de apoio aos estudantes, a Biblioteca disponibiliza espaço para apoio e estudos individuais e em grupo além de laboratório de informática para pesquisas.

Bibliografia Complementar

O acervo da bibliografia complementar do curso de Pedagogia está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES e atende de forma excelente o mínimo de cinco títulos por unidade curricular. A bibliografia complementar atende adequadamente aos programas das disciplinas e as suas unidades programáticas. A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores, em conformidade com o perfil do Egresso, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso.

A política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Núcleo

Docente Estruturante e deliberada pelo Colegiado do Curso. O Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba, encontra-se em plena execução dessa política, não apenas para atender às demandas do MEC, mas prioritariamente às necessidades e solicitações do corpo docente e discente, através da Campanha de Atualização do Acervo, semestralmente.

4.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA

Os cursos de graduação em Pedagogia têm construído sua história no cotidiano das instituições de ensino superior, constituindo-se nas últimas décadas como os principais lócus da formação de educadores para atuar na Educação Básica – Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação dos (as) profissionais da educação no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. Em 2005, no escopo das políticas públicas foram instituídas as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia que têm como foco principal: [...] a formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (MEC, 2005, p.6).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Pedagogia, os (as) profissionais oriundos destes cursos, além da docência estarão aptos a participar na gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral. Nas DCNs é evidente a necessidade de articulação entre três eixos formadores: ensino, pesquisa e extensão. Esta perspectiva de trabalho contempla tanto [...] o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não escolares, a realização de pesquisas que apoiem essas práticas. (BRASIL, 2005, p.6).

Para se formar um (a) pedagogo (a) de acordo com as DCNs faz-se necessária a articulação entre os diferentes campos do conhecimento, tais como: o histórico, o filosófico,

o sociológico, o antropológico, o psicológico, o linguístico, o ambiental ecológico, o político, o econômico, o cultural. Para tanto, este curso promoverá a observação, a análise, a execução e a avaliação das práticas docentes e de suas repercussões nas aprendizagens, nas práticas de gestão, nos processos educativos escolares e não escolares, na avaliação, na organização e no funcionamento dos sistemas e estabelecimentos de ensino. O curso de Pedagogia do Instituto Superior de Guaratuba está em consonância com a legislação vigente e se reestruturou a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e suas atualizações, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017, para o curso de Graduação em Pedagogia, assim como, às resoluções, normativas e pareceres vigentes, tanto em âmbito nacional, regional, quanto institucional. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os seguintes documentos:

Legislações Gerais:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/96;

- Lei n.º 13.168, de 6 de outubro de 2015, que altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei n.º 9.394/1996.

Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação:

- Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, dispões sobre as DCN, para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magisterio da Educação Escolar Básica (cursos de licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda graduação);
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB nº 5, DE 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares

Nacionais gerais para a Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;

- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Leis, Resoluções e Pareceres do Curso:

- Portaria Inep Nº 272, de 28 de Junho de 2024. Dispõe sobre a Matriz de Referência do componente específico da Licenciatura em Pedagogia, no âmbito do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).
 - Portaria Nº 611, de 27 de Junho de 2024, dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
 - Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
 - Parecer CNE/CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006, que trata de reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005;
 - Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2028, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior.
- Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
 - Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e

institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024 (*) Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)
 - Requisitos Legais – SINAES.

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelece as políticas de educação ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 10.861/2004 - Lei do SINAES, que estabelece os princípios da avaliação da educação superior;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria MEC Nº 3.284/2003, que estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

- Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece a Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Artigo 99 da Portaria Seres/MEC nº 23/2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, de outubro de 2017- MEC/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021-2025) e o PPC do curso de Pedagogia

O PDI da Instituição serve como pilar de sustentação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), e conseqüentemente, é a base para a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação. Enquanto o PDI visa à qualidade do exercício acadêmico para o desenvolvimento técnico e político objetivando a qualificação profissional e a cidadania, o PPC, em conjunto com o PPI, descreve os critérios primordiais para a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa dos cursos de graduação, focando na construção do conhecimento através de vínculos com atividades de pesquisa e extensão. O PDI, por sua vez, dá suporte à criação dos demais documentos relacionados aos assuntos acadêmicos e pedagógicos (PPI e PPC) que precisam estar em total sintonia com a estratégia traçada no Plano Institucional. Apesar da diferença na elaboração do PDI, PPI e PPC nota-se que o mesmo tem em comum e principal objetivo de manter a qualidade do

ensino o que está de acordo com a proposta educacional da nossa Instituição.

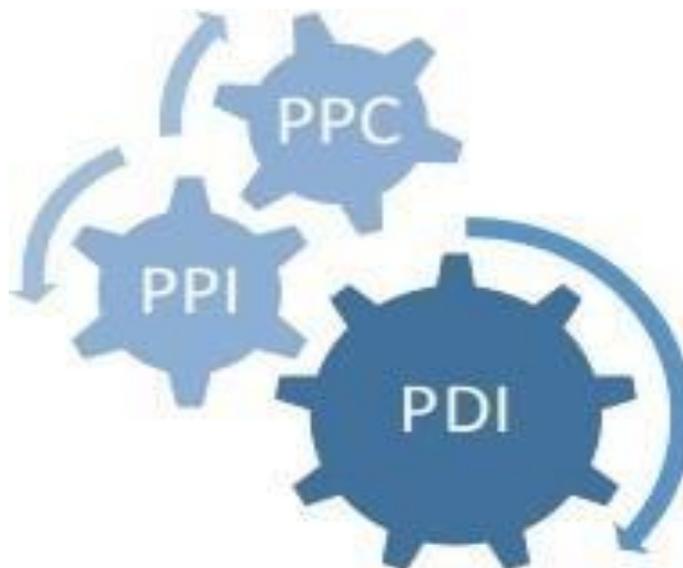


Figura XX: Sintonia entre o PDI, PPI e PPC.

A proposta pedagógica aqui explicitada para o curso de Pedagogia, se direciona no sentido de formar os sujeitos para atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos componentes curriculares pedagógicos do ensino médio, na educação de jovens e adultos, na gestão escolar e na atuação em espaços também não escolares, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa extensão de acordo com as diretrizes institucionais já definidas em seu PDI e PPI.

Em conformidade com a Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, do Ministério da Educação em vista das possibilidades advindas com o uso das tecnologias da informação e da comunicação nos cenários atuais, o curso de licenciatura em Pedagogia está em estudo e adaptações junto ao NDE e Colegiado, para poder ofertar, nos próximos semestres, carga horária parcial das suas unidades curriculares na modalidade a distância, até o limite 20% do total da carga horária do curso. Para tal finalidade, as aulas não presenciais poderão ser organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no Classroom, tendo como

tutores os docentes responsáveis pelas UCs. A utilização de parte da carga horária no AVA deverá ser informada no Plano de Ensino, assim como deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos. O curso de Pedagogia delineado para esta IES, preocupa-se com o contexto histórico no qual cada vez mais os sistemas educativos impõem uma pedagogia burocrática, que desconsidera a diversidade dos contextos nos quais os estabelecimentos de ensino se encontram como ensina Torres Santomé (2014). Na contramão dessa perspectiva esse curso pretende não ignorar a diversidade dos (as) discentes que recebe, pois é condição para esse grupo o respeito à realidade e à idiosincrasia do qual ele é oriundo. Esse curso dialogará com as distintas realidades dos (as) discentes, com suas trajetórias, suas experiências sociais, suas culturas, seus valores; revelando-os como sujeitos de relações políticas, econômicas, culturais; considerando que tipo de capital cultural, econômico, étnico-racial, geracional, orientação sexual, eles possuem. Assim sendo, primordialmente como projeto de formação e em atendimento ao que estabelece a Resolução CNE Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, o curso de licenciatura em Pedagogia garante em seu currículo

[...] conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos

Direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para tanto, o PPC está construído de modo a ofertar, como unidades curriculares específicas e como conteúdo que perpassam toda a sua organização em todos os eixos de formação, o que se encontra preconizado na Resolução supracitada. Além de abordar, na perspectiva da transversalidade, também se encontram evidenciados nas ementas e bibliografias das UCs.

4.5.1 Política de Ensino

O Instituto Superior de Educação de Guaratuba, focado numa premissa norteadora através o PDI, propõe uma educação capaz da promoção de situações de ensino e aprendizagem

sintonizada na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de competências. Nessa perspectiva, aliam, na realização das situações de ensino e vivências acadêmicas, abordagens que propiciem: o desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado.

- A busca da unidade entre teoria e prática.
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- A integração dos conhecimentos efetivada nos níveis interdisciplinar e transdisciplinar.
- A construção permanente da qualidade de ensino.

Desse modo, no âmbito do curso de Pedagogia, serão propiciadas situações que favoreçam o desenvolvimento de profissionais capacitados para atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em sua área de atuação. Para tal, serão desenvolvidas ações, dentre as quais: adoção dos princípios pedagógicos da educação baseada em competências, capacitação didático-pedagógica permanente do corpo docente do curso; valorização dos princípios éticos, flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica, atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso, levando em consideração as DCN, a dinâmica do perfil do Egresso do curso.

Além disso, atende-se ao PDI ao se utilizar diversas estratégias para auxiliar o aluno no processo de ensino/aprendizagem. Dentre elas: a oportunidade de recuperar o conteúdo realizar recuperações de avaliações; atendimento extraclasse, monitores para unidades curriculares críticas, reunião com discentes e com o colegiado semestralmente e acompanhamento do desempenho das turmas por parte da coordenação de curso e coordenação pedagógica. Ademais, constituem importantes estratégias de permanência e êxito atividades de integração, de natureza interdisciplinar, científica, cultural e socioambiental, incentivo ao estágio supervisionado não obrigatório e à política de assistência estudantil da instituição, via NAE (Núcleo de Atendimento ao Estudante e ao Docente), que inclui iniciativas como o acolhimento, avaliação psicológica e cognitiva e de adaptação curricular. Por fim, a formação do aluno é aperfeiçoada por meio do acúmulo de horas de atividades complementares e de extensão. A partir do ingresso do aluno no curso,

este deverá cumprir 200 horas de atividades complementares e 320 (trezentos e vinte) horas de cursos de extensão e 400 horas de Estágio Supervisionado, desde o primeiro período até o 8º período na matriz curricular contempla as práticas pedagógicas referentes ao total da carga horária da sua matriz curricular, sendo estas obrigatórias para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, conforme o Projeto Pedagógico do Curso – PPC. Estas atividades contribuem para a formação e o aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

4.5.2 Política de Pesquisa

As políticas definidas para a pesquisa no Instituto Superior de Educação, visam ao desenvolvimento da iniciação/investigação científica e tecnológica como instrumental pedagógico e social para consecução dos objetivos educacionais; incentivar o trabalho de iniciação científica, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a inovação tecnológica, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística e contribuir, significativamente, para a formação.

A pesquisa, no Instituto Superior de Educação, é entendida como um esforço permanente dos docentes e dos alunos no sentido de contribuir para o avanço da ciência por meio da criação e da reinterpretação do conhecimento. Deve-se concretizar, especialmente, nos grupos de pesquisa, com preferência para as áreas de concentração dos programas de Graduação e Pós-graduação (Lato Sensu).

A IES está em vias de implementar a sua primeira revista científica, com conteúdo interdisciplinares, denominada Diálogo Interdisciplinar Vol. 1 Ano 1

As linhas de pesquisa e áreas temáticas podem ainda ser aproveitadas para a capacitação de docentes, além de dar suporte aos programas de iniciação científica. O desenvolvimento da pesquisa e os esforços realizados nesse campo devem subsidiar as ações a serem empreendidas pela Instituição no atendimento aos anseios regionais, com a participação efetiva de alunos dos programas de iniciação científica e Pós-graduação, para que a Instituição cumpra seu papel de formação e aperfeiçoamento de pessoas.

4.5.3 Política de Extensão

As atividades de extensão consideradas nos seus diversos enfoques, inclusive de ação comunitária, permitem a articulação da Instituição com a sociedade. Como local

privilegiado do saber científico, a Instituição precisa abrir-se à comunidade e às exigências da realidade para gerar, em seu interior, um processo de produção de conhecimento novo, testado e alimentado pelo confronto com a realidade. Assim, a relação Instituição e sociedade ratifica a integração extensão-ensino-pesquisa à medida que estabelece contínua revisão do saber acadêmico.

No que tange às IES, o Instituto Superior de Educação, a extensão está embasada nas áreas de concentração de seus programas e a integração da extensão com o ensino e a pesquisa permitem que as ações emanem dessa relação e integrem as ações institucionais.

As atividades de extensão, diversificadas em modalidades e meios, devem catalisar recursos alternativos para a Instituição, favorecer o aprendizado prático dos estudantes (sem confundir-se com as práticas de estágio), envolvendo-os em projetos específicos; além disso, essas atividades de extensão, especialmente as de natureza desportiva, artística e cultural, devem visar à valorização e à estimulação da criação e difusão da arte e da cultura e serem realizadas em parcerias e/ou, preferencialmente, patrocinadas pela comunidade externa. Devem refletir o enraizamento da Instituição no contexto social, sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e para a produção do saber, recolhendo elementos para a contínua revisão do fazer acadêmico. Tais atividades devem ser amplamente divulgadas e a participação de docentes e funcionários, bem como da comunidade externa em que a Instituição se insere, deve ser estimulada.

A avaliação das atividades de extensão é pressuposto fundamental para o aperfeiçoamento dos aspectos políticos e estratégicos dessa área de atuação. Deve contar com a participação efetiva da comunidade externa, alvo principal dessas ações, cuja análise crítica permite constante evolução do processo.

Finalmente, as atividades de extensão constituem uma importante ferramenta para capacitar membros da nossa comunidade interna, seja através da participação em cursos de extensão ou no envolvimento com diferentes projetos desta natureza que podem funcionar como um importante campo para intensificar a produção acadêmica dos corpos docente e discente.

Portanto o Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba consideram a capacitação como um direito dos docentes para o exercício de sua cidadania

e para seu aperfeiçoamento profissional. Para tanto, de acordo com o interesse do curso, conforme deliberado pelo Colegiado de Curso e referendado pelas diretorias acadêmicas, devem ser oferecidos programas que visem ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos professores, na perspectiva da construção de um padrão de qualidade que venha a se constituir em diferencial competitivo da Instituição, conforme estabelece a Resolução Nº7, de 18 de Dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão, que altera (09/08/2023) o Art. 9º das atividades de Extensionistas, poderão ser desenvolvidas de forma remota, síncrona ou assíncrona, sem serem confundidas com a modalidade Educação a Distância (EaD). Programas e projetos com a participação ativa do estudante, podendo ter no máximo 20% (vinte por cento) da carga horária total das atividades de extensão e até 30% (trinta por cento) da carga horaria total de atividades ofertadas de formaremota síncrona ou assíncrona e RESOLUÇÃO Nº 03/2022– CEPE/ISEPE Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão. Na Matriz Curricular desde o 1º Período até o 8º Período, consta a disciplina de Atividades Práticas de Extensão I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, as quais o discente e o docente responsável pela disciplina desenvolve projetos de Extensão. Em Anexo Regulamento de Extensão.

EVENTO INSTITUCIONAIS	CH
Acolhimento integrador	40
Semana intercursos	40
JIFI's (Jogos e atividades de lazer Integrativos da IES)	40
Semana Sócio Ambiental	40
Mutirão de Limpeza da Baía de Guaratuba	40
Dia da Responsabilidade Social da IES	40
Mostra de Direitos Humanos	40
Feira de Profissões	40
Melhor Idade em Ação	40
Quintal Cultural	40

Noites Temáticas – Noite Junina; Halloween , etc	40
Coral – ULMI e Comunidade da IES	40
Balaio de Memórias e Histórias de Guaratuba	40
Prêmio “Empreendendo seu Próprio Futuro”	40
Páginas da Liberdade	40
Práticas Extensionistas NPJ	40
Práticas Extensionistas Escritório Modelo e Empresa Júnior	40
Práticas Extensionistas na Brinquedoteca	40
Yoga	40
Inglês e Francês Instrumental	40
Inclusão Digital - Informática Básica – (Word, Excel e PPT)	40
Arara Solidária (arrecadação de roupas, calçados, doces, brinquedos, cobertores, alimentos e materiais de higiene e limpeza, etc)	40
Educação de Jovens e Adultos	40
Organização de Eventos de Extensão	40

4.5.4 Política de Integração com a Pós-Graduação

Além da oferta dos cursos de graduação a IES oferece cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* há mais de uma década entendendo esta modalidade de ensino como um dos principais componentes do processo de educação continuada. Estes cursos têm seu público centrado em profissionais graduados (recém-formados ou não) motivados pela necessidade de aprofundar conhecimentos em suas respectivas áreas, construir novas oportunidades de atuação profissional ou de ascensão na carreira, aumentar a empregabilidade, desenvolver o pensamento crítico e reflexivo, preparar-se para a carreira acadêmica ou para concursos públicos, bem como para ampliar relacionamentos profissionais e acadêmicos. Os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* visam ao

aprimoramento profissional e à educação continuada de profissionais inseridos nos mais variados mercados de trabalho.

A política de criação de novos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* obedece inicialmente à demanda automática dos alunos (sobretudo recém-formados), e ainda às necessidades do mercado de trabalho da região. Isso tem contribuído para a apresentação de projetos que permitem ao aluno da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba dar continuidade a estudos mais aprofundados em sua área, permanecendo, por mais tempo, ligado à Instituição. Além disso, para o atendimento às demandas do mercado, a oferta de cursos de especialização tem crescido significativamente, observando a política institucional que estabelece sejam propostos, sempre que possível, cursos que tenham ligação com os cursos de graduação oferecidos, Gestão, Orientação Direção Escolar, Psicopedagogia, Educação Especial Inclusiva com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial Inclusiva com Ênfase em Transtorno do Espectro Autismo. Também, paulatinamente que os cursos sejam estruturados em módulos, de maneira que cada módulo constitua em si, um curso curto de Extensão e possa ser oferecido independentemente do curso de especialização.

4.6 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

4.6.1 Estágio Curricular

O Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba busca enfrentar os desafios que se colocam frente à formação de profissionais e professores pedagogos Docentes/gestores da educação, procurando provocar a articulação da teoria com a prática, indo além do caráter utilitário e pragmático do conhecimento, pois leva em consideração o caráter histórico crítico do conhecimento. Contudo, não ignora as necessidades e exigências do mundo contemporâneo, que contemplam o viés político do espaço educacional, voltando-se para uma proposta educacional como um instrumento de formação do homem integral, na busca de uma relação efetiva entre teoria-prática (*práxis*), o que implica em uma compreensão crítica da realidade para, então, modificá-la.

Tal pressuposto envolve o domínio de conhecimentos disciplinares, culturais, pedagógicos, didáticos e práticos que capacitem o indivíduo para um entendimento global de sua prática profissional como pedagogo Docente/Gestor. Nesse sentido, o estágio supervisionado, que consiste em um processo de planejamento e atividades práticas num contexto real de vida e trabalho, proporciona ao aluno uma oportunidade para a integração entre conhecimento teórico e prático e a reflexão dos saberes trabalhado durante este curso de graduação com licenciatura em Pedagogia.

O estágio tem por objetivo maior a integração entre a aprendizagem acadêmica e a compreensão dinâmica das instituições escolares de ensino. Ao participar de uma organização escolar em situações cotidianas, o aluno terá possibilidade de avaliar planos ou programas, testar ou aplicar modelos e instrumentos, construindo e/ou aplicando seus conhecimentos teórico-práticos. Assim entendido, o estágio aponta a situação ideal para a formação do profissional e do professor pedagogo, possibilitando-lhe conhecer e interagir com a adversidade do campo de trabalho. Nesse sentido, o estágio constitui-se, também, em instrumento de integração social do estudante, de seu aperfeiçoamento técnico-científico-prático e do aprimoramento do seu relacionamento humano.

As atividades práticas desenvolvidas no estágio devem ser entendidas como ações que demandam supervisão individual do aluno na situação de ensino/aprendizagem, com o objetivo de integrar diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura, os desafios e as necessidades dos eixos de formação profissional e o Projeto Pedagógico da(s) escola(s) onde se realizam os estágios.

Ao estágio, compreendem-se atividades de observação, participação e regência, nas quais o discente, futuro pedagogo, contextualiza e transversaliza as áreas e os eixos de formação curricular, associando teoria e prática. Dessa maneira, o estágio do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba incorpora três modalidades:

- I. conhecimento e integração do aluno às realidades sociais, econômicas e do trabalho de atuação de sua área de atuação profissional como pedagogo;
- II. iniciação à pesquisa e ao ensino na qual a realidade escolar é, também, seu objeto de ação-reflexão-ação;
- III. iniciação profissional no campo específico de sua formação.

Ressalve-se que as modalidades de estágio mencionadas podem ser desenvolvidas concomitantemente, em níveis diversos de complexidade e de aprofundamento. Nesse caso, a relação entre teoria e prática deve ser entendida como eixo articulador da construção e produção do conhecimento na dinâmica do currículo.

A primeira modalidade de estágio, entendida como instrumento de integração do aluno às realidades sociais, econômicas e do trabalho, possibilita a interlocução com os referenciais teóricos do currículo e permite ao aluno construir seu plano de estudos, optando pelos temas de aprofundamento a serem desenvolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na segunda modalidade, o estágio direciona-se para a iniciação à pesquisa e ao ensino, na forma de articulação teoria-prática, a partir do pressuposto de que a formação do profissional do magistério não deve desarticular-se da pesquisa. A reflexão sobre a realidade observada a partir de uma problematização constitui uma forma de iniciação à pesquisa educacional.

Já a terceira forma destina-se à iniciação profissional como um saber que busca orientar-se por teorias de ensino/aprendizagem, para responder às demandas colocadas pelas práticas pedagógicas.

Os aspectos básicos a serem observados nas atividades práticas supervisionadas encontram-se referendados, em nível nacional, pela Lei n.º 6494 de 07/12/77, Resolução 2004 - 01 Medida provisória n.º 1779 de 13/01/99 e em nível local/Instituto Superior de Educação, pela Resolução n.º 012/2004 e Regulamento da Central de Estágio.

De acordo com a legislação pertinente e levando em conta as peculiaridades da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia, o Estágio Curricular Supervisionado será realizado em instituições de ensino público ou privado.

A duração do **Estágio Supervisionado** é de **400 (quatrocentas)** horas de acordo com a legislação vigente para a formação docente, tendo seu **início** a partir do **4º Período** até o **7º Período**. No 4º período, realizados na Educação infantil; 100(cem) horas para o 5º período, realizados nos Anos Iniciais (1º ao 5º Ano); 100 (cem) horas para o 6º Período, realizados na Educação Especial e EJA; 100 (cem) horas para o 7º período, realizados na Formação de Docentes. Totalizando 400 (trezentas) horas de estágio supervisionado.

A distribuição da carga horária será de 100 (cem) horas de práticas, 40 horas de teóricas e Orientativas em sala de aula; totalizando 140h, por período.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Períodos	Modalidades	Estágios
4º	Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	100h/r
5º	Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	100h/r
6º	Estágio Supervisionado III – Ed. Especial/EJA	100h/r
7º	Estágio Supervisionado IV – Formação de Docentes	100h/r
	TOTAL	400h/r

A prática profissional na formação do professor que não prescinde da observação e da ação direta, poderá ser enriquecida com os recursos de tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras de ensino e estudos de casos.

As atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverão estar especificadas em um Relatório de Estágio que deverá ser feito a cada fim de semestre, comprovando o cumprimento da carga horária estabelecida. No relatório deverão constar, além das atividades realizadas no período de estágio, os locais de sua realização e outros tópicos a serem sugeridos pelo professor orientador, seguindo as especificidades de cada etapa do estágio.

Sabendo que o estágio engloba um conjunto de atividades relativas às diferentes áreas do conhecimento que envolve os eixos formadores do curso de Pedagogia, caberá ao estagiário realizar atividades acima propostas e outras que contribuam para o seu aprimoramento profissional, desde que aprovadas pelo professor orientador.

Ao final do estágio, o professor orientador promoverá a avaliação do estagiário, através da sua supervisão e orientação, da análise da ficha de acompanhamento, comprometimento e postura de pesquisador do aluno estagiário. Esta avaliação deve ter como objetivo fornecer informações sobre o desempenho do aluno e o seu progresso e

deve ser realizada obrigatoriamente pelo docente do curso, professor orientador do estagiário.

Deve-se, portanto, salientar que a avaliação é um processo contínuo, processual, não se restringindo a uma ou algumas atividades durante o desenrolar do processo pedagógico, devendo, porém, ser enfatizado o caráter formativo e orientador da avaliação.

4.6.1.1 Práticas Pedagógicas

A formação do pedagogo terá como ponto de convergência teórico-prático não somente os estágios supervisionados, mas atividades de ensino e de aprendizagem nas práticas pedagógicas, que assegurem o desenvolvimento de habilidades práticas (saber-fazer) e de convívio (atitudes) de forma contextualizada, de modo que articulem as experiências da formação e aquelas vivenciadas no espaço-tempo da ação docente. Nessa perspectiva, o curso se constituirá tendo a pesquisa como princípio educativo e, dessa forma, compreende-se que o fortalecimento do vínculo com a educação Infantil e básica exige a ressignificação da relação entre teoria e prática, assumindo a formação docente em sua dimensão investigativa. É importante ressaltar que a dimensão teórico-prática aqui proposta não se restringe às intervenções pedagógicas com ações isoladas, fragmentadas em atividades pontuais exigidas no contexto de determinada disciplina a serem desenvolvidas exclusivamente no espaço escolar. Tal como a compreendemos a educação é uma prática social e, portanto, ela se estende para todo e qualquer processo educativo intencional e interliga conhecimentos de vários campos disciplinares. Neste sentido, a prática como componente curricular será trabalhada não como momentos ou situações distintas do curso, mas como estratégia capaz de contextualizar e pôr em ação o aprendizado.

No âmbito deste PPC as práticas integram-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, e serão organizadas para que possibilitem a análise crítica de diferentes experiências educativas, assim como permitam o contato com as organizações e as pessoas em seu contexto histórico, social e cultural. Para tanto, as práticas iniciam no 1º Período primeiro e continua ao longo dos Períodos até o 8º Período os registros acontece no Plano de Ensino e conteúdos ministrados na Plataforma Mentor Web; em fotos, portfólios, relatos e outros.

O itinerário formativo dos graduandos em pedagogia e articuladas em eixos, por períodos, o que contraria, portanto, o que se pode compreender como um modelo fragmentado de formação no qual se estuda para, posteriormente, “aplicar”, no contexto de atuação, os aportes teóricos aprendidos no espaço-tempo da formação. Desse modo, a prática como componente curricular, conforme a entendemos, constitui-se como estratégia para a problematização e a teorização de questões pertinentes ao campo da educação e da pedagogia, consubstanciadas no contato direto com o campo do exercício profissional e como facilitadora da integração entre a formação acadêmica e a ação docente. Assim, essa dimensão prática permeará todas as unidades curriculares e terá como finalidade a articulação das diferentes áreas, por meio de procedimentos de observação e de reflexão, registro das observações realizadas e resolução de situações-problema. A prática como componente curricular no curso de pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, articula conhecimento e análise de situações pedagógicas e amplia as suas atividades para além da mera observação direta nas escolas. Desta forma, podem se desenvolver a partir de atividades que envolvam: o uso de tecnologias da informação e da comunicação, as narrativas orais e escritas de professores, as produções dos (as) discentes, as situações simuladas, os estudos de caso, a produção de material didático, dentre outros. Optou-se pela organização das práticas em eixos de formação. Tais eixos foram definidos visando integrar aspectos da formação em pedagogia que se constituem em demandas proeminentes identificadas no campo da atuação profissional do pedagogo como: diversidade e educação, infâncias, alfabetização de crianças, planejamento e avaliação, tecnologias, alfabetização de adultos e educação inclusiva, Ludicidade, Língua de Sinais, Literatura, Organização do Trabalho Pedagógico, Artes, Metodologias, Gestão, Pedagogia Social, Mediação Escola e Família. Assim, além de relacionar as unidades curriculares de cada período, as práticas integradoras pressupõem e induzem um diálogo transversal com outras unidades curriculares e atividades que fazem parte da totalidade da formação. Trata-se, pois, da possibilidade de relacionar o diversos conteúdo da formação acadêmica com as situações que se apresentam no campo da atuação.

A organização por eixos busca, ainda, superar a excessiva fragmentação do conhecimento, própria da organização multisseriada predominante na universidade, propondo uma forma de ação que se dê a partir das contribuições das diversas unidades

curriculares que constituem o itinerário formativo, visando a um profissional que dê conta de uma visão mais integrada do seu contexto de atuação. Trata-se de uma forma de trabalhar com o (a) discente, de modo que ele possa perceber o sentido com o qual determinado projeto de formação foi construído, quais relações podem ser estabelecidas entre todos os conteúdos curriculares e as intersecções entre os diversos saberes, assim como se estabelecem as relações no momento da ação. Uma organização desta forma pressupõe, portanto, o diálogo entre os docentes e das áreas específicas sob sua responsabilidade. Desta forma, e visando a uma prática que se efetive na perspectiva da flexibilidade e da experimentação, deixa-se aberta a organização da prática que pode ser desenvolvida em forma de projetos. As unidades curriculares instrumentalizarão e subsidiarão através de seus respectivos docentes a sistematização das práticas docentes e administrativas em situações institucionais escolares e não escolares.

O quadro abaixo demonstra as Práticas Pedagógicas do Instituto Superior de Educação - Isepe Guaratuba, estas práticas ficam registradas nos Planos de Ensino, nos conteúdos da UC, em portfólios, fotos, relatos e outros. Em anexo as fichas utilizadas nas práticas: carta de apresentação observações, entrevistas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS			
PERÍODOS	UNIDADES CURRICULARES	CH	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
1º Pe.	Práticas Recreativas e Lúdicas	20h	Resgates das Brincadeiras Tradicionais /Jogos Lúdicos Anos Iniciais E.F.
2º Pe.	Educação das Relações Étnicos Raciais	10h	Noite Temática ;Palestras; Webinar; Visita Técnica.
2º Pe.	Fundamentos da Ed. Infantil e suas Práticas	30h	Observação/coparticipação em escolas municipais/privadas.
3º Pe.	Alfabetização e Letramento	30h	Construções de Materiais Didáticos/ Aplicação das Aulas no Anos Iniciais do E.F., Educação de Jovens, adultos e Idosos.

3º Pe.	Fundamentos da Ed. Básica e suas Práticas	30h	Observação/ coparticipação/entrevistas/ em Escolas Conveniadas.
4º Pe.	Libras-Língua Brasileira de Sinais	10h	Observações /coparticipação com Instrutor Surdo; Atividades Lúdicas do Alfabeto em Libras; Apresentações artísticas em libras/ Noções libras para Ed. Infantil e Anos Iniciais E.F. em Escolas Conveniadas
4º Pe.	Literatura Infanto-juvenil	20h	Teatro com alguns personagens da literatura em Escolas Conveniadas.
4º Pe.	Educação e Novas Tecnologias	10h	Recursos tecnológicos; Sites Educacionais para Ed. Infantil e Anos Iniciais. Tecnologia Assistiva em Ed. Especial.
5º Pe.	Educação Especial e Inclusiva	20h	Confecções de Materiais didáticos; Observação e coparticipação em Escolas Especiais/Atendimento Educacional Especializado em Escolas Conveniadas.
5º Pe.	Organização do Trabalho Pedagógico	10h	Observação e Coparticipação em Escolas Ed. Infantil, Anos Iniciais em Escolas Conveniadas.
5º Pe.	Metodologia e Prática no Ensino da Arte	30h	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Anos Iniciais E.F.; Educação de Jovens, adultos e idosos; em Escolas Conveniadas.
5º Pe.	Metodologia e Práticas da Língua Portuguesa	30h	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Anos Iniciais E.F. Educação de Jovens, Adultos e idosos em escolas conveniadas.
6º Pe.	Metodologia e Práticas Geografia e História	30h	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Anos Iniciais E.F. Educação de Jovens, Adultos e idosos. Em escolas conveniadas.
6º Pe.	Educação Jovens, Adultos e Idosos	10h	Projeto Educativo/ Atividades Lúdicas Educativas: Leitura/ Escrita e Matemática.

6º	Metodologia e Prática do Ens. de Ciências	30h	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Anos Iniciais E.F. Educação de Jovens, Adultos e idosos. Em escolas conveniadas
6º	Escola Mediação: Família, Trabalho, Lazer e saúde.	10h	Roda de Conversas; observações / relatórios/ Projeto Família e Escola.
6º	Gestão Financeira e Trabalho Pedagógico	10h	Observações/entrevistas direção/coordenação.
7º	Metodologia da Matemática	30h	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil; Anos Iniciais E.F. Educação de Jovens, Adultos e idosos. Em escolas conveniadas
8º	Gestão de projetos em Espaços Escolares e não Escolares	10h	Visita de campo para observações e coparticipação nas associações de bairro, nos grupos culturais e/ou religiosos, no CRAS e nos diversos espaços socioeducativos, hospitais conveniados.
8º	Pedagogia Social	20h	Observações/coparticipação na aplicabilidade da Pedagogia Social.
	TOTAL	400h	

4.6.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso, em forma de relatos de experiências, denominado TCC é constituído pela apresentação do relatório do estágio supervisionado, o mesmo é componente curricular obrigatório, que obedece a um regulamento próprio com espaço previamente estabelecido na estrutura do curso e apresenta as seguintes características:

Trabalho Conclusão de Curso oferecido a partir do 2º (segundo) período do semestre letivo, trata dos primeiros passos na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Educação para a elaboração de Relatos de Experiências das práticas pedagógicas dos Estágios

Supervisionados, desde o 4º (quarto) Período até o 7º (sétimo) Período. No 8º (oitavo) Período a Conclusão deste relato.

Assim o TCC, originar-se-á da prática da pesquisa e/ou da prática do estágio supervisionado que, consistirá da Análise, do Estudo e da Avaliação de situações- problema, representativas da área pedagógica educacional e afins, visando à identificação dos fatores críticos essenciais para a solução de problema ou melhoria de performance, bem como de proposta de alternativas solucionáveis e/ou Plano de Ação. E tem os seguintes objetivos:

- Estimular nos alunos a capacidade de observar e descrever práticas, processos e procedimentos de pesquisa, desenvolver análise e diagnóstico de problemas estratégicos, táticos e/ou operacionais, elaborando propostas de soluções através da criação de alternativas devidamente avaliadas;
- Criar condições para que o aluno utilize os conhecimentos adquiridos durante o curso, bem como aplique na prática os referenciais teóricos disponíveis;
- Reforçar o elo entre a IES, as escolas públicas e privadas e os atores sociais na sociedade em que estão inseridos.

É facultativo aos alunos apresentarem outros estudos científicos, além da apresentação do relatório de pesquisa, na intenção de gerar conhecimento científico durante a graduação.

4.6.2.1 Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Relatos de Experiências dos Estágios é constituído pela apresentação do relatório do estágio supervisionado, o mesmo é componente curricular obrigatório, que obedece a um regulamento próprio com espaço previamente estabelecido na estrutura do curso e apresenta as seguintes características:

Trabalho Conclusão sob a orientação de um professor do curso, cabe ao estudante elaborar um projeto de estudo científico a ser desenvolvido por ele correspondente à disciplina de estágio.

Trabalho de Conclusão: no oitavo semestre o aluno faz o tratamento dos dados coletados durante seu estágio e redige o relatório monográfico/dissertativo/argumentativo de pesquisa que é submetido a uma banca examinadora, que emitirá um parecer avaliativo após a apresentação oral do estudante, de acordo com cronograma de apresentação organizado pela coordenação e professor da disciplina de TCC.

4.6.3 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, possibilitam interação teoria e prática e o incentivo à construção de conhecimentos, consubstanciando a flexibilização curricular e a interdisciplinaridade por meio da formação complementar do estudante. São atividades de extensão e de iniciação científica que promovem a integração e interação com a comunidade, ampliam horizontes para além da sala de aula, favorecem o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais, além de propiciar importantes trocas, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional. Os alunos do curso de Pedagogia são constantemente estimulados a participar, tanto nos eventos patrocinados pela coordenação do curso e instituição, como também fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes e transversais de interesse da formação do profissional, tais como: atividades acadêmicas a distância, seminários, iniciação à pesquisa, monitorias, programas de extensão, vivência profissional complementar; workshops, simpósios, congressos, conferências, trabalhos orientados de campo, entre outros. A carga horária das Atividades Complementares para o curso de Pedagogia é de 200 (duzentos) horas, obedecendo aos critérios estabelecidos no Regulamento da Instituição e o seu cumprimento é obrigatório para a integralização do currículo. Anexo o Regulamento das Atividades Complementares

4.6.3.1 Acompanhamento das Atividades Complementares

As comprovações (certificados, declarações e demais documentos) das Atividades Complementares do curso deverão ser protocoladas no Sistema Mentor Web via portal

acadêmico, submetidas à aprovação de uma Comissão de Acompanhamento, composta pelo coordenador do curso, pelo professor responsável pelos estágios supervisionados e/ou trabalhos de conclusão de curso e por outros professores designados pelo coordenador. Do mesmo modo, o Acadêmico, pode acompanhar o montante de suas horas através do extrato de horas solicitado à secretaria da IES via portal.

4.7 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

4.7.1 Metodologia de Ensino

Para esta IES, a sala de aula é um lugar que tem uma cultura própria, mas não única; cultura esta, que vai se definindo mediante as diferentes formas do discurso que se desenvolvem e se encenam nas situações da sala de aula cujo processo de aprendizagem de modo contínuo, formador e histórico, constitui-se num perfil que se desenha sobre o ensino à “compreensão” do mesmo. Este perfil, portanto, não crê que os problemas para aprender e pensar são decorrentes de certas aptidões e de inescrutáveis processos cognitivos, mas sim da compreensão e o aprender a pensar, que são resultados de complexas interações entre personalidades, interesses, contextos sociais e culturais e experiências de vida.

Esse fator leva também a reconhecer a complexidade conceitual e vital dos alunos e das situações de aprendizagem que vivem dentro e fora dos bancos acadêmicos. Assim, busca-se continuamente a superação da prática da pedagogia cartesiana, inserindo-se no contexto da inserção das novas práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos da Pedagogia dessa IES, uma formação que atenda às necessidades deles, das comunidades e do momento em que estão envolvidos IES e seus atores sociais.

Metodologias de ensino aplicadas ao curso de Pedagogia		
Método	Características	Vantagens
Aula expositiva	Linguagem oral utilizada pelo professor com o objetivo de transmitir informações logicamente estruturadas.	Permite apresentar visão global dos assuntos; motivar os alunos; transmitir experiências; flexibilidade.
Seminário	Levar o aluno a pesquisar sobre determinado tema, apresentá-lo e discuti-lo cientificamente.	Aprendizagem ativa, cria oportunidades para discussão.
Excursões ou visitas (estudo do meio)	Visita a Aldeias Indígenas, Hospitais, Empresas, Escolas dos Sonhos, âncora, museus	Proporciona um entendimento maior da informação. Desperta interesse e curiosidade.
Estudos científicos ou resumos	Busca obter a interpretação e a avaliação dos alunos sobre assuntos já tratados ou de forma prévia daqueles que serão abordados.	Comparar assunto escrito por autores diferentes; introdução a pesquisa de forma científica.
Estudo dirigido ou aulas orientadas	Orientação aos alunos do estudo aprofundado de determinando conteúdo.	Propicia o aluno a caminhar por si mesmo conforme seu próprio ritmo.
Lúdico	Confecções de jogos, materiais didáticos das metodologias.	Práticas Pedagógicas; Brinquedoteca, Laboratório de Ensino.
Estudos de casos	Apresentar fatos de situações ocorridas em CMEIS, educação básica, hospitais, empresas, com vista à sua análise pelos alunos.	Compreensão dos problemas em situações práticas; utilização de conceitos na resolução dos casos.
Laboratórios informática, Brinquedoteca e oficinas	Aula desenvolvida em laboratórios informática, brinquedoteca e oficinas.	Combinação da teoria e prática; desenvolvimento de habilidades psicomotores; uso de tecnologia e da arte.
Palestras	Explicação de um profissional da área sobre um conteúdo, aliado à aplicação prática.	Motivação profissional; discussão com pessoa externa ao ambiente Institucional.

Discussão e debate	Orientação da classe para que ela mesma realize, em forma de Cooperação intelectual, o estudo da Unidade Curricular em foco.	Desenvolvimento da visão crítica e capacidade de interpretação.
Resoluções de exercícios	Estudo ativo que proporciona ao aluno aprender com a prática.	Aplicação da matéria na resolução de problemas.

Esta visão é que nos leva a uma concepção diferenciada de avaliação, onde deixa o caráter seletivo, que tem como objetivo apenas classificar e promover o aluno e assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medidas os objetivos propostos para o processo ensino/aprendizagem estão sendo atingidos. Portanto, a avaliação para o Instituto Superior de Educação de Guaratuba tem uma dimensão orientadora.

Este PPC trabalha os diferentes momentos da avaliação durante o processo (resultados parciais) legitimando-os como produto apreendido em termos de resultado final. Para isso, as propostas de avaliação do curso priorizam a avaliação como:

- Contínua – deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino/aprendizagem;
- Sistemática – deve ser um ato intencional, consciente e planejado como parte do processo de ensino/aprendizagem;
- Integral – deve estender-se a todos os domínios do comportamento: cognitivo, afetivo e psicomotor;
- Objetiva deve ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no projeto curricular;
- Indissociável – da dinâmica de ensino/aprendizagem, deve ser coerente com o Projeto Pedagógico;
- Inclusiva – deve facilitar ao professor, quando detectar problemas e/ou dificuldades de aprendizagem;
- Abrangente – deve fornecer subsídios para avaliar o desempenho do professor e de outros profissionais envolvidos na formação acadêmica;
- Cooperativa – atuação ativa de todos os participantes do processo ensino/aprendizagem; é um processo de reflexão-ação-reflexão, assumindo uma vertente crítica e reflexiva da própria ação, visando analisá-la e melhorá-la.

Quando se fala em avaliação do processo ensino/aprendizagem, estamos nos referindo à verificação do nível de aprendizagem dos alunos. Basicamente, a avaliação apresenta 3 funções:

- Diagnosticar;
- Controlar;
- Classificar.

Relacionadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Estas três funções aparecem cotidianamente em sala de aula das seguintes formas:

MODALIDADE	FUNÇÃO	PARA QUE USAR	QUANDO USAR
Diagnóstica	Diagnosticar	* Verificar a presença ou ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens; * Perceber dificuldades específicas de aprendizagem, tentando identificar suas causas.	Início de semestre.
Formativa	Controlar	* Constatar se os objetivos estabelecidos foram alcançados pelos alunos; * Fornecer dados para aperfeiçoar o processo ensino/aprendizagem.	Ao longo do processo ensino/aprendizagem
Somativa	Classificar	* Classificar os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com níveis de aproveitamento estabelecidos.	Ao final do bimestre ou semestre.

Se a avaliação permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, ela permite também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino/aprendizagem, isto é, o êxito do trabalho do professor.

Nesse sentido, a avaliação tem uma função de realimentação dos procedimentos de ensino (ou *feedback*) à medida que fornece dados ao professor para replanejar seu trabalho docente, ajudando-o a melhorar o processo ensino/aprendizagem.

Este PPC, portanto, visando à integração do cidadão na sociedade com eficácia e competência, objetiva segundo propostas do processo de avaliação do ensino-aprendizagem:

- Transformar o espaço da sala de aula no ambiente para observação de desempenho do aluno com o objetivo de reformular ação didática;
- Realçar a dimensão diagnóstica da avaliação que favorece a emergência gradativa da autonomia, mediante o desenvolvimento da consciência verificatória que estimula a responsabilidade pessoal e a necessidade de complementação de lacunas de aprendizagem;
- Utilizar inúmeros procedimentos avaliatórios para compor o “retrato” adequado do aluno; tanto os procedimentos objetivos como os subjetivos deverão ser acionados no sentido de se obter a melhor configuração da classe e dos alunos em particular;
- Estabelecer metas conjuntas com os alunos, definindo com a classe o mínimo de qualidade esperado do estudante, após o processo de ensino-aprendizagem;
- Considerar a avaliação de aprendizagem como um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e de seu melhor modo de ser na vida.

Naturalmente o processo de avaliação do processo ensino aprendizagem do curso atende às normas legais do Sistema Nacional de Ensino e o que está estabelecido no Regimento Geral dessa IES, que segue

De forma a dinamizar o ensino, passou-se a utilizar a Plataforma *Mentor Web* e o *Classroom*, é um ambiente virtual de ensino e aprendizagem utilizado pelos professores do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, como ferramenta de apoio ao ensino presencial. O *Mentor Web* é um local onde o professor, em sua respectiva disciplina, cria um espaço virtual, acessível via *internet*, com o objetivo de gerenciar as atividades didático-pedagógicas voltadas à complementação e extensão das atividades desenvolvidas em sala de aula. Entre outros atrativos desta ferramenta, destacam-se: a) fóruns virtuais de discussão, nos quais a interatividade que ocorre entre

professor-aprendizes-conteúdo contribui para construção conjunta do conhecimento através das temáticas ali debatidas; b) comunicação constante entre professor-aluno através do esclarecimento individual de dúvidas, o que contribui para o rompimento da barreira tempo-espaço, permitindo um melhor direcionamento do aprendiz em seu estudo; c) disponibilização de exercícios, *slides*, textos e reportagens, imagens, vídeos e sons, bem como criação de *links* para entrega de tarefas.

4.7.1.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino Aprendizagem

O uso da Tecnologia da Informação na Pedagogia vem introduzindo uma nova dinâmica nas metodologias. A implantação das TICs deve promover um repensar na ação docente, pois essas tecnologias estarão sempre presente no dia a dia dos discentes. Nesse sentido Demo (2010)⁷ afirma que,

Lidar bem com computador, pesquisar na internet, produzir conhecimento com plataformas que facultam autoria, trabalhar buscas mais inteligentes de informação disponível, comunicar-se efetivamente, etc., vão se tornando habilidades indispensáveis para as ações dos docentes e para a vida.

Assim, a atualização dos equipamentos dos laboratórios de informática e de práticas e projetos é realizada de forma contínua, obedecidas às normas e políticas de uso, manutenção e atualização dos equipamentos. No que diz respeito, especificamente ao Curso de Pedagogia, destacamos os Laboratórios de informática que são espaços pedagógicos multiprofissionais que são utilizados pelos alunos e que dispõem de Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo estas implantadas ao longo do processo de ensino-aprendizagem do curso como um todo e não somente em algumas UCs.

⁷DEMO, P. Aprendizagens Virtuais. 2010. Disponível em: <pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/td5.html

_____ Educação Hoje. 2010b. Disponível em: <pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/td2.html

_____ Novidades Tecnológicas. 2010c. Disponível em: <pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/td4.html

4.7.2 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem

No curso de Pedagogia a avaliação da aprendizagem é entendida como um processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível no qual os alunos e professores se encontram, em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do profissional em sua área. É um processo indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, pois implica a realização de verificações planejadas para obter diagnósticos periódicos do desempenho dos alunos e professores.

Este Projeto Pedagógico trabalha os diferentes momentos da avaliação durante o processo legitimando-os como produto apreendido em termos de resultado final. É importante que haja clareza nas propostas de avaliação do curso priorizando-se a avaliação como:

- Contínua: deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem;
- Sistemática: deve ser um ato intencional, consciente e planejado como parte do processo de ensino e aprendizagem;
- Integral: deve estender-se a todos os domínios do comportamento: cognitivo, afetivo e psicomotor;
- Objetiva: deve ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no projeto curricular;
- Indissociável: da dinâmica de ensino e aprendizagem, deve ser coerente com projeto pedagógico;
- Inclusiva: deve facilitar ao professor, quando detectar problemas e/ou dificuldades de aprendizagem;
- Abrangente: deve fornecer subsídios para avaliar o desempenho do professor e de outros profissionais envolvidos na formação acadêmica;
- Cooperativa: deve ter atuação ativa de todos os participantes do processo ensino e aprendizagem.

Portanto, a avaliação é um processo de reflexão-ação-reflexão, ao assumir uma vertente crítica e reflexiva da própria ação, com o objetivo de analisá-la e melhorá-la, como bem menciona Zabala:

Quando falamos de avaliação não estamos a falar de um facto pontual ou de um ato singular, mas de conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esses conjuntos de fases ordenam-se sequencialmente (são um processo) e atuam integralmente (são um sistema). Por sua vez a avaliação não é (não deveria ser) algo separado do processo ensino-aprendizagem, é um apêndice independente do referido processo (está nesse processo) e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (está num sistema). (ZABALZA, 1995, p.239).

O curso, na sua prática pedagógica, visando à integração do cidadão na sociedade com eficácia e competência, objetiva segundo propostas do processo de avaliação do ensino-aprendizagem:

- Transformar o espaço da sala de aula no ambiente para observação de desempenho do aluno com o objetivo de reformular ação didática;
- Realçar a dimensão diagnóstica da avaliação que favorece a emergência gradativa da autonomia, mediante o desenvolvimento da consciência verificatória que estimula a responsabilidade pessoal e a necessidade de complementação de lacunas de aprendizagem;
- Utilizar inúmeros procedimentos avaliatórios para compor o “retrato” adequado do aluno; tanto os procedimentos objetivos como os subjetivos deverão ser acionados no sentido de se obter a melhor configuração da classe e dos alunos em particular;
- Estabelecer metas conjuntas com os alunos, definindo com a classe o mínimo de qualidade esperado do estudante, após o processo de ensino-aprendizagem;
- Considerar a avaliação de aprendizagem como um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e de seu melhor modo de ser na vida.

Naturalmente o processo de avaliação do processo ensino aprendizagem do curso atende às normas legais do Sistema Nacional de Ensino e o que está estabelecido no Regimento Geral da Faculdade do Litoral Paranaense que segue:

4.7.2.1 Da avaliação e do desempenho acadêmico

Os docentes do curso de Pedagogia, tem autonomia para elaborar suas avaliações atendendo ao Art. 78, § 2º do Regimento Interno da IES, o qual determina que as avaliações da aprendizagem serão aplicadas em número mínimo de 03 (três) por semestre, visando à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e que constam previstas no

plano de ensino da disciplina.

Abaixo segue o texto do Regimento referente a avaliação e o desempenho acadêmico.

Art. 76. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina de forma processual, quantitativa, qualitativa e contínua, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 77. A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitidas aos alunos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos previstos em legislação específica.

§ 1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

§ 2º. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Geral.

Art.78. O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares e no exame final.

§ 1º. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de avaliações e determinar os demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados.

§ 2º. As avaliações da aprendizagem, em número mínimo de 03 (três) por semestre, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de avaliações escritas, sob a forma de testes dissertativos e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina, que poderão compreender:

- I. provas escritas, gráficas, orais, seminários e arguições;
- II. trabalhos práticos, inclusive extraclasse;
- III. pesquisa ou estágio, desde que sob orientação, supervisão e controle do professor;
- IV. relatórios de aulas práticas ou trabalhos equivalentes;
- V. elaboração de projetos, monografias, dissertações e tese e sua defesa;
- VI. outras formas que atendam às peculiaridades didático-pedagógicas de cada disciplina.

Art. 79. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez) sendo obrigatória a atribuição de notas bimestrais.

§ 1º. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação na data fixada, bem como ao que nela se utilizar de meio fraudulento.

§ 2º. Ao aluno que deixar de comparecer à avaliação na data fixada, poderá ser concedida segunda oportunidade, requerida, no prazo de 02 (dois) dias corridos.

Art. 80. Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e a demais atividades escolares é aprovado:

I. independente de exame final, o aluno que obtiver média de aproveitamento não inferior a 07 (sete) correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados durante o semestre letivo;

II. o aluno que, mediante exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 05 (cinco), resultante da média aritmética do semestre letivo e a nota do exame final.

§ 1º. As notas de cada avaliação poderão ser arredondadas em até 0,2 (dois décimos).

§ 2º. As médias são apuradas até a primeira decimal, sem arredondamento.

§ 3º. Fica reprovado, sem direito a exame final, o aluno que atingir média inferior a 04 (quatro) nas avaliações realizadas durante o semestre letivo.

Art. 81. O aluno reprovado por falta, mesmo que obtenha as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina obedecendo aos critérios de frequência e aproveitamento, estabelecidos neste Regimento Institucional.

Art. 82. É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas da série cursada, admitindo-se, ainda a promoção com até 03 (três) dependências.

§ 1º. O aluno, promovido para o período seguinte com disciplina (s) em regime de dependência ou adaptação, poderá matricular-se na (s) disciplina (s) de que depende, desde que observada a compatibilidade de horários.

§ 2º. O aluno com 03 (três) ou mais dependências deverá cursá-las primeiro e, posteriormente, prosseguir os estudos na série subsequente.

§ 3º. É assegurado ao aluno, desde que devidamente fundamentado, o direito de requerer a revisão das avaliações, solicitadas no prazo de 3 (três) dias letivos, a contar da data da divulgação do Edital da respectiva nota.

§ 4º. Podem ser ministradas aulas de disciplinas para alunos com dependência ou adaptação em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação de Curso, acarretando neste caso, ônus financeiro ao aluno.

Do mesmo modo, o professor poderá viabilizar estudos de recuperação paralela durante o período letivo, visando garantir o aproveitamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem. Para o aluno que não obteve conceito de aprovação, a avaliação da recuperação paralela está vinculada à participação nas atividades de recuperação de conteúdo, podendo ocorrer, por meio de aulas programadas em horários extras, listas de exercícios, trabalhos práticos ou outras formas propostas pelo professor, visando ao melhor desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Nos casos específicos de acompanhamento especial, alunos portadores de infecções, traumatismos ou outras condições especiais, bem como alunas gestantes a partir do 8º mês (oitavo mês) de gestação, poderão ser atribuídos como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com o acompanhamento desta instituição, sempre que tais exercícios forem compatíveis com seu estado de saúde e com as possibilidades da IES, conforme consta Regimento Interno.

4.7.3 Sistema de Avaliação do Curso e do Projeto de Curso

A gestão do curso de Pedagogia é realizada considerando os processos de auto avaliação interna como os relatórios da CPA e avaliações semestrais intermediárias, as ações do NDE e Colegiado de Curso e reuniões com os discentes, bem como, são ponderadas as avaliações externa como os resultados do ENADE e a visitas de atos regulatórios do Curso. No processo de auto avaliação institucional, são abordadas questões referentes à:

1) Aspectos da coordenação de curso (disponibilidade do coordenador, seu reconhecimento na instituição, seu relacionamento com o corpo docente e discente bem como sua competência na resolução de problemas e funções administrativas e de gestão);

2) Projeto pedagógico do curso (seu desenvolvimento, formação integral do aluno, excelência da formação profissional, atendimento à demanda do mercado, metodologias e recursos utilizados, atividades práticas, consonância do curso com as expectativas do aluno);

3) Disciplinas do curso e os respectivos docentes (apresentação do plano de ensino, desenvolvimento do conteúdo, promoção de ambiente adequado à aprendizagem, mecanismos de avaliação, relacionamento professor-aluno etc.). O relatório final do período avaliado é disponibilizado a todos os segmentos (docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e comunidade externa) e também encaminhado para o INEP/MEC.

As avaliações de itens específicos relacionados ao curso são encaminhadas, pela CPA, ao coordenador do curso, que as disponibiliza ao Colegiado e ao NDE para análise dos resultados da avaliação/recomendação e estabelecer diretrizes, ou consolidá-las, conforme o resultado da avaliação, para melhorar o Projeto Pedagógico do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, tem o papel de zelar pela integração curricular, pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e melhoria do processo ensino–aprendizagem do curso, para tanto assume importante papel no processo de avaliação permanente do Projeto do Curso. A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se dá de forma contínua e participativa. Semestralmente, os alunos são convidados a avaliarem, sob a ótica de diversas dimensões, os processos de ensino-aprendizagem nos quais se baseiam as disciplinas do curso de Pedagogia. O corpo discente dispõe de participação ativa e permanente mediante um aluno representante nas reuniões de colegiado do curso e nas reuniões do Conselho da IES. Por meio desta representação as demandas dos discentes são apresentadas aos órgãos colegiados, que as analisam e propõem as devidas providências.

5. CORPO SOCIAL DO CURSO

5.1 CORPO DISCENTE

5.1.2 Programa de apoio pedagógico

Através da Coordenação pedagógica e do Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Docente (NAE), a Faculdade do Litoral Paranaense e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba propõem-se a contribuir com a formação de qualidade dos acadêmicos, oportunizando a eles a participação em atividades diferenciadas da sala de aula, caracterizadas prioritariamente nas dimensões psicopedagógicas, social e profissional. Assim, o objetivo é o de sempre promover espaços de acolhimento, aprendizado, convivência e ressignificação das aprendizagens, que possam contribuir à ampliação da qualidade de vida dos alunos e demais possíveis interessados.

Estas ações dão ênfase ao trabalho em grupos, sem perder de vista a estratégia do encontro individual, pensado aqui como um espaço de acolhimento, diagnóstico e proposição de ingresso (ou encaminhamento) do acadêmico em um dos grupos de trabalho. A metodologia utilizada contempla, entre outros eixos, o apoio, acompanhamento e a orientação profissional ao acadêmico. Para tanto, desenvolver-se-ão as seguintes ações:

5.1.2.1 Programa de Nivelamento

No que se refere ao Programa Institucional de Nivelamento, a Faculdade Do Litoral Paranaense e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba o mantêm com o objetivo de oferecer ao aluno acadêmico, com dificuldades em acompanhar determinados componentes curriculares, as condições adequadas para a superação de suas dificuldades, especialmente no início do curso, permitindo que esse mesmo aluno acompanhe o processo ensino-aprendizagem em sua plenitude.

A oferta deste tipo de programa depende primeiramente da constatação da necessidade de sua oferta, através de avaliação feita pelo professor responsável pelo componente e pelo Coordenador do Curso. Para a oferta do programa, o Coordenador de Curso, juntamente com o professor responsável pelo componente e o professor que ministrará o nivelamento realizam um plano de ação, estabelecendo prazos, dias e horários das atividades, bem como os procedimentos necessários para promover efetivamente o nivelamento dos alunos para o acompanhamento do componente em questão. Posteriormente, os alunos são informados e convocados para participarem do nivelamento, mas em dias e horários diversos àqueles em que o curso regular acontece.

A realidade atual leva ao ensino superior um contingente de alunos com déficit do Ensino Médio, o que cria dificuldades acentuadas para os professores em seu desempenho docente e, mais grave ainda, leva os alunos com maior nível de dificuldades ao desestímulo, à insuficiência de aprendizagem e até a desistência do curso. Foi pensando nessa realidade que se elaborou o programa de nivelamento, dentro de uma política institucional que visa a

e elevar a qualidade do desempenho de todos os alunos, em especial dos discentes que cursam os períodos iniciais.

O trabalho do nivelamento envolve um conjunto de atividades, por meio das quais o aluno amplia sua carga horária e aperfeiçoa o seu desempenho, e se inicia com uma avaliação em sala de aula, feita por todos os professores que atuam nos componentes curriculares do primeiro período. O Programa Institucional de Nivelamento organiza-se da seguinte forma:

a) Objetivos

1. Capacitar os discentes para:

- Propiciar a recuperação e o aprimoramento de conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos;
- Acompanhar os componentes curriculares e/ou conteúdo do curso com o mínimo de dificuldades possíveis;
- Ser elemento de equalização dos saberes considerados pré-requisitos para o desempenho da Profissão; e
- Preparar as bases para o objetivo central do curso.

2. Desenvolver habilidades que permitam ao participante:

- Ter uma visão crítica de suas potencialidades e dificuldades;
- Perceber que os processos de aprendizagem não acontecem de forma igualitária para todos;
- Reconhecer que só se pode ensinar o que se sabe bem e que o domínio do conteúdo é essencial ao profissional e fator de segurança para o desempenho de suas funções;
- Reconhecer que dificuldades de escrita, oralidade podem ser sanadas e/ou minimizadas;
- Identificar-se como sujeito do saber e corresponsável por seu progresso e formação acadêmica; e

- Identificar tecnologias e ferramentas de apoio para minimizar e/ou sanar suas dificuldades.

b) A quem se destina:

- A todos os alunos recém-ingressados que apresentaram déficit nos conhecimentos básicos necessários ao prosseguimento dos estudos.

c) Metodologia:

Aulas explicativas via sistema online, no Classroom, debates, Chats, dinâmica de grupo, exercícios práticos e atividades extraclasse disponibilizadas via plataforma AVA;

- **Observação:** após observação e análise realizadas pelo professor do nivelamento e coordenação de curso, caso haja necessidade, poderão ser aplicadas aulas expositivas presenciais aos alunos que não conseguiram entender os conteúdos.

Programas e Políticas de Apoio Financeiro ao Estudante

Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade do Litoral Paranaense e no Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba, são oferecidos programas de financiamento estudantil como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, bolsas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI – e de outros programas que incentivam o Ensino Superior, são concedidos descontos no programa Auxílio Parentesco que visa a atender alunos do mesmo grupo familiar, além de desconto especial nas mensalidades de todos os cursos, para pagamento antecipado até o dia 10 de cada mês, negociação com alunos inadimplentes e parcelamento da dívida e convênios com instituições da sociedade organizada, oferecendo condições especiais nos valores das mensalidades.

O Programa Auxílio Parentesco é um programa que concede desconto na mensalidade, quando há mais de um estudante do mesmo núcleo familiar matriculado na Instituição. O valor deste desconto é para cada membro do grupo familiar, sendo este

entendido como o conjunto de pessoas que residem na mesma moradia, possuindo grau de parentesco como: pais, padrasto/madrasta, cônjuges, companheiros, filhos, enteados, irmãos, avós.

Esse mesmo programa, também abriga os egressos e os colaboradores do corpo técnico administrativo e corpo docente da IES.

Atividades que Estimulam a Permanência e êxito do Discente

Acolhimento aos alunos no primeiro dia de aula, reunindo-os no auditório para as boas vindas e apresentação dos docentes e servidores que o acompanharão durante a jornada acadêmica;

– Promoção de atividades lúdicas no início de cada semestre letivo, com o objetivo de integrar os alunos entre si e aos alunos das diversas fases do próprio curso e dos demais cursos do IES;

– Divulgação dos editais de apoio ao estudante e de estágios;

– Oferta de projetos de pesquisa e extensão, com possibilidade de bolsa ao aluno;

– Reuniões pedagógicas,

– Participação em atividades esportivas e nos Jogos do IES;

– Possibilidade de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores.

A participação discente nas decisões dessas IES é sempre incentivada por meio de seus órgãos colegiados e comissões, entre eles o Comitê de Gestão, o Colegiado dos Cursos e a Comissão Própria de Avaliação – CPA, visto que o funcionamento delas está alicerçado numa gestão participativa e democrática por meio desses órgãos, nos quais está prevista a participação efetiva do seu corpo discente e docente.

Atendimento Psicopedagógico e Social

Em relação à saúde daqueles que fazem parte das IES, seja da comunidade interna quanto externa, na Faculdade do Litoral Paranaense e no Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba há o trabalho do núcleo de atendimento psicopedagógico e social, realizado no sentido de aperfeiçoar o atendimento estudantil aos colaboradores

internos e externos dessas IES. Esse suporte psicopedagógico é um serviço desenvolvido por profissionais especializados, e o objetivo do serviço proposto é responder, individualmente ou em grupo, às demandas de Professores, Coordenadores, demais funcionários e alunos, a fim de promover a saúde dos relacionamentos, interpessoais e institucionais, que contribuem para o processo ensino aprendizagem. Sendo assim, esse atendimento é dividido em:

Apoio Psicopedagógico

A finalidade do apoio psicopedagógico é orientar e auxiliar na realização das atividades acadêmicas definidas pelos docentes das IES; ou ainda, sugerir o devido encaminhamento para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado. Ainda se incluem na prestação deste serviço o programa de nivelamento, as atividades extraclasse e o auxílio na elaboração de atividades acadêmicas.

Apoio Social

O objetivo do apoio social é o atendimento às demandas sociais apresentadas pela comunidade acadêmica através de análise sistemática e apresentação de projetos que visem ao fortalecimento do indivíduo e à melhoria da qualidade de vida. Poderão ser estabelecidos projetos voltados para os diversos segmentos como capacitação profissional e ampliação da formação intelectual e cultural.

Apoio à Pessoa com Deficiência e ou Necessidades Educacionais Especiais (PNEE)

O Apoio ao estudante com Necessidades Educacionais Especiais, faz parte do NAEC tem como objetivo promover acessibilidade a todos os espaços, ambientes, conteúdos, materiais, ações e processos desenvolvidos na Instituição, independentemente de suas características e especificidades, buscando integrar e articular as atividades desenvolvidas para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais. A equipe multidisciplinar é responsável por assessorar e acompanhar a execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades educacionais especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se:

adaptação de recursos instrucionais; material pedagógico e equipamentos; eliminação de barreiras arquitetônicas; adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de língua de sinais (LIBRAS); proposta de adaptações para atividades avaliativas. O Núcleo também promove formação continuada aos docentes, tutores, equipe de informática e produção de materiais didáticos e coordenação de cursos, formação continuada para garantir que toda a comunidade possua conhecimento necessário para o atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais.

• **Grupo de Apoio Integral - GAI O Grupo Apoio Integral (GAI)**

Tem como objetivo apoiar o desenvolvimento emocional e espiritual da comunidade Institucional, bem como a valorização do diálogo com a sociedade a partir de uma cosmovisão integral do ser humano. Para isso, conta com sacerdotes de Fé, psicólogos, assistentes sociais e voluntários preparados para desenvolver programas, eventos e ações de aconselhamento e acolhimento com foco na promoção de experiências de fé e do relacionamento com o sagrado.

5.1.3 Apoio as Atividades Acadêmicas

A Coordenação do Curso é responsável pelo atendimento ao discente nas relações educacionais e interpessoais, de acolhimento, bem como em questões voltadas ao curso. Quando necessário, o coordenador leva as demandas para discussões com o NDE. Reuniões de pré-avaliação - São oportunizadas aos discentes com o objetivo de avaliar o processo ensino-aprendizagem em cada Unidade Curricular (Uc). Os resultados destas reuniões são transmitidos aos docentes das respectivas UCs e, quando necessário, levados ao NDE e ao colegiado de curso para discussão. O Núcleo de Apoio ao Discente (NAE) a Coordenação Pedagógica e Direção da IES - estas instâncias estão continuamente à disposição dos discentes e docentes do curso, o que pode ser observado a partir da avaliação constante no relatório da CPA no que se refere à relação entre gestores, técnicos administrativos e alunos. Realizam reuniões frequentes com os discentes para levantamento de demandas e esclarecimentos gerais sobre atos de gestão e questões pedagógicas, avaliação de relatório da CPA e encaminhamentos dados às questões levantadas, análise do planejamento semestral, entre outros. Apoio e serviços de Biblioteca

- orienta quanto ao uso da biblioteca, do sistema de gerenciamento de acervo, dos serviços disponíveis, dos espaços físicos e das demais estruturas da biblioteca etc.

5.1.4 Programa de Monitoria

É uma política voltada ao fortalecimento do vínculo acadêmico pedagógico entre estudante e instituição e tem como principal objetivo estimular sua participação em experiências acadêmico-pedagógicas que possam contribuir para o aprofundamento e enriquecimento da sua formação. Visa a estimular a cooperação didática junto ao corpo docente e discente, desenvolver no estudante habilidades para a carreira docente e oportunizar sua vivência nas funções de ensino, pesquisa e extensão.

5.1.5 Programa de Acolhimento ao Ingressante

É uma política voltada aos estudantes calouros com a proposta de promover ações de acolhimento, orientação e integração destes estudantes na vida acadêmica, acompanhando sua trajetória durante todo o primeiro semestre de ingresso na instituição. Suas ações se orientam a partir de três dimensões de acolhimento e inclusão: 1) Psicopedagógico, 2) Interpessoal/Social e 3) Acadêmica/Institucional. Para que se concretizem essas ações, os cursos elaboram semestralmente seus Projetos de Ambientação, com base nas especificidades da área, do seu projeto pedagógico e das características do seu público-alvo.

5.1.6 Acompanhamento dos egressos

Os acadêmicos egressos tradicionalmente perdem vínculo com a instituição formadora, permanecendo sem acesso ao intercâmbio com seus antigos professores e especialistas em suas áreas de trabalho. Entretanto, no que se refere ao Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba, estas IES estão cientes da responsabilidade na formação dos seus alunos egressos e disponibilizam mecanismos de acompanhamento e programas voltados para a educação continuada do egresso. Portanto, ao concluir o curso de graduação, o aluno formará um novo vínculo com a Instituição, através do recebimento de correspondências informativas, grupos WhatsApp, para participação em eventos acadêmicos, Pós-graduação, grupos de estudos, sugestão de leituras; além disso,

todos os anos acontece o “Encontro dos Egressos”, na Semana de Intercursos, o Egresso compartilha as suas experiências e relatos de sua atuação ou temas pertinentes ao Curso de Pedagogia. Receberá permanentemente correspondência eletrônica com os seguintes objetivos:

1. manter contato e reunir os egressos da Instituição;
2. obter informações sobre o profissional formado nas IES;
3. possibilitar o conhecimento das novas instalações, cursos e atividades que as IES oferecem;
4. abrir espaços científicos e tecnológicos para o desenvolvimento de projetos, publicações e pesquisas pessoais e profissionais;
5. manter o acadêmico egresso informado e atualizado sobre realizações e inovações que ocorrem nos respectivos cursos, para que ele possa fazer ajustes e/ou novas habilitações e cursos de atualização.
6. Avaliar o desempenho da Instituição, através da pesquisa respondida pelo formando;
7. Acompanhar o desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
8. Promover o intercâmbio entre ex-alunos; e outras Instituições;
9. Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição.

Toda a política de egressos dessas IES está calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

5.2 GESTÃO DO CURSO

5.2.1 Coordenação do Curso

O cargo de coordenação visa a garantir o bom gerenciamento do curso, levando em consideração os interesses da IES, do corpo docente, do corpo discente, da instituição e demais partes e atores sociais envolvidos na gestão e formação pedagógica dessa instituição de ensino. Portanto a visão do Coordenador de Curso precisa ser da totalidade, pois tem função essencial na integração do ensino, pesquisa e extensão.

Ressalta-se que a qualidade de um curso depende da autonomia que a instituição dá ao coordenador, e é neste sentido que o Instituto Superior de Educação de Guaratuba atua.

A Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia, professora Trindade dos Santos de Freitas, graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil, graduada em Educação Artística, pela Faculdade de Educação Musical do Paraná (FEMP), especialista em Educação Especial e Inclusão pela UFPR.

Com 35 (trinta e cinco) anos de experiência em Educação. Dos quais 30 anos em Redes Municipais (Curitiba e Campo Mourão, São Paulo), Estaduais (Campo Mourão, Nova Aurora e Guaratuba no Paraná e São Paulo SP), na docência na Educação Básica/Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Formação de Docentes e na Educação Especial, aposentada desde de 2015 (dois mil e quinze). No Ensino Superior há 16 (dezesesseis) anos, no curso de Pedagogia, e coordenadora do curso, desde 2012, com ministrações nas disciplinas, Didática I e II, Estágio Supervisionado I, II, III; Metodologia da Alfabetização e Letramento, OTPG I,II,III e IV; Práticas Pedagógicas; Metodologia da Arte e da Música; Currículos e Programas; EJA; História da Educação, Construção da Identidade e Autonomia; Pedagogia Empresarial e Hospitalar, orientadora e supervisora de TCCs e Artigo.

5.2.1.1 Atribuições e hierarquia

Conforme consta no regimento e no PDI, em linhas gerais:

- A coordenação de curso, exercida por um coordenador, é um órgão executivo que coordena, fiscaliza e controla as atividades do curso;
- O coordenador do curso é escolhido pelo diretor geral;
- Entre as competências do coordenador destacam-se: (i) distribuição de encargos de ensino, pesquisa e extensão, (ii) cuidados com documentos específicos, (iii) responsabilidade com o estágio, o projeto pedagógico, a distribuição de aulas, entre outras;
- Entre as atribuições, destacam-se: (i) convocar e presidir a reunião do colegiado e do núcleo docente estruturante, (ii) representação junto a órgãos da faculdade e autoridades, (iii) supervisão e fiscalização rigorosa as observâncias do regime escolar, da execução de programas, dos planos de curso e de estágios, (iv) sugestão de contratação e substituição do pessoal docente, entre outras.

Enfim, o cargo de coordenação visa garantir o bom gerenciamento do curso, levando em consideração os interesses da sociedade, do corpo docente, do corpo discente, da instituição e demais partes envolvidas. Sua visão precisa ser da totalidade, pois tem função essencial na integração do ensino, pesquisa e extensão. As ações de planejamento de cada semestre letivo, assim como os resultados do curso são expressos num relatório de gestão em que é dada publicidade à comunidade interna e externa da IES.

Ressalta-se que a qualidade de um curso depende da autonomia que a instituição dá ao coordenador, e é neste sentido que a Faculdade do Litoral Paranaense e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba atuam.

5.2.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

5.2.2.1 Composição

O NDE é o responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC e está composto pelos seguintes docentes, designados através de portarias da Direção da IES, organizado e atuando de acordo com a Resolução CONAES/MEC N° 1/2010.

Composição do NDE

Nome	Regime de trabalho	Titulação
Eliane F. Bordin	Parcial	Pedagoga/Psicóloga/Mestre
Karyna Brunetti Lucinda	Parcial	Pedagoga/ Mestre
Mariana C. Teixeira	Parcial	Pedagoga/Tecnóloga/Doutora
Rosane Patrícia Fernandes	Integral	Pedagoga/Matemática/Doutora
Rosilda M. Borges	Parcial	Pedagoga/Língua Portuguesa/Mestre
Trindade S. Freitas	Integral	Pedagogia/Artes/Especialista

Fonte: ICAPES, 2022

O Núcleo Docente Estruturante - NDE da IES segue regulamento próprio conforme abaixo:

Art. 1º. - O Núcleo Docente Estruturante é órgão de coordenação didática integrante da Administração Superior, destinado a elaborar e implantar a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência dos Conselhos Superiores, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Parágrafo Único - É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da Instituição.

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE é composto:

I. Pelo Coordenador do curso, seu presidente;

II. Por cinco docentes da área de conhecimento do curso que participam na integralização do currículo pleno do Curso, para mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos;

Parágrafo Único - O Coordenador será substituído nas faltas e impedimentos pelo membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE mais antigo no magistério.

Art. 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE reúne-se ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

§ 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador do Curso mediante aviso expedido pela Secretaria da Faculdade, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o "caput" deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Núcleo Docente Estruturante – NDE, salvo quórum estabelecido por lei ou por este Regimento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

§ 4º - O Núcleo Docente Estruturante – NDE poderá requisitar junto à Secretaria da Faculdade, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 4º - A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- a) leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- b) expediente;
- c) ordem do dia;
- d) outros assuntos de interesse geral.

§ 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante - NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

§ 2º - Das reuniões, lavrará um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 5º - Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 6º - Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

Art. 7º - Compete ao Núcleo Docente Estruturante - NDE:

- I. Estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;
- II. Auxiliar o Núcleo de prática empresarial constituído pela Empresa Júnior na fixação das linhas básicas de pesquisa do Curso;
- III. Definir o perfil profissional e os objetivos gerais do Curso;
- IV. Elaborar o currículo pleno do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
- V. emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;

- VI. Fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;
 - VII. Propor ao Coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
 - VIII. Participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso;
 - IX. Promover a avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no projeto de avaliação institucional;
 - X. Emitir parecer sobre a organização, funcionamento e avaliação das atividades de Estágios e das Monografias do Curso;
 - XI. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
 - XII. Analisar e homologar o cronograma das atividades do Curso;
 - XIII. Assessorar o Coordenador em outras atividades especiais;
 - XIV. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
 - XV. Sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
 - XVI. Avaliar o desempenho docente, discente e técnico-administrativo, segundo proposta dos órgãos superiores;
 - XVII. Zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;
 - XVIII. Auxiliar na análise das propostas de pesquisa institucional apresentado por docentes e alunos candidatos à iniciação científica;
 - XIX. Incentivar a elaboração de programas de extensão na área de sua competência e supervisionar a execução e avaliar seus resultados;
 - XX. Promover a interdisciplinaridade do curso;
 - XXI. Exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo Regimento Geral da Faculdade e de outras legislações e regulamentos a que se subordine.
- Art. 8º - O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

5.2.2.2 Atuação

O Núcleo Docente Estruturante é órgão de coordenação didática integrante da Administração Superior, destinado a elaborar e implantar a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência dos Conselhos Superiores, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE irão se reunir ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros para deliberarem sobre aspectos pertinentes ao curso.

5.2.2.3 Objetivo geral

Atuar no processo de concepção, consolidação, implementação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da IES.

5.2.2.4 Objetivos específicos

- Contribuir efetivamente para construção do perfil do egresso do curso;
- Zelar pela integralização curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Supervisionar as formas de avaliação desenvolvida no curso;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- Planejar e acompanhar as atividades complementares e de extensão executadas pelo curso;
- Participar da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, pelas Diretrizes Internadas estabelecidas no PPI, PDI e as estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação;
- Acompanhar as atividades relacionadas a participação dos estudantes do curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE;

- Exercer demais atribuições que lhes são explícitas ou implícitas conferidas pelo Regimento Geral da IES, bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

5.3 CORPO DOCENTE

5.3.1 Funcionamento do Colegiado do Curso de Pedagogia

De acordo com o Regimento, o colegiado do curso, além de outras atribuições e especificações, a constituição, o funcionamento e a competência do curso são:

- É um órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos didáticos e disciplinares;
- Reunir-se semestralmente, ou quando convocado;
- Deliberar, aprovar e encaminhar sobre questões relativas a ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, o colegiado é um órgão que visa democratizar as decisões nos aspectos didáticos, pedagógicos e disciplinares. Os integrantes dos colegiados precisam, sobretudo, conhecer os trâmites legais do curso e suas particularidades. É importante, mas não definitivo, que os participantes tenham aderência de graduação, pois a necessidade de se conhecer as especificidades em relação aos conteúdos ministrados no curso é de total importância. Todavia, pelo fato da eleição para os integrantes do colegiado ser uma prática democrática, a entrada de integrantes que não se configuram nesses moldes não é empecilho para o bom desenvolvimento do seu funcionamento ou propósitos. Os assuntos discutidos pelo colegiado do curso são apresentados para deliberações do NDE e registrado em ata. As atas de reuniões são digitalizadas e encaminhadas para conhecimento e providências dos setores da IES: Direção, Coordenação Pedagógica, CPA – Comissão Própria de Avaliação.

As atas de reunião do Colegiado são apresentadas para conhecimento dos representantes dos discentes em reunião específica.

5.3.2 Titulação e dedicação ao curso

O quadro 19 apresenta o corpo docente com a titulação e o regime de dedicação ao curso.

Corpo Docente, Titulação e Dedicção ao Curso

Nome do Docente	Titulação	Dedicção ao Curso
Ana Maria da Silva	Doutora	Parcial
Andrea Bulgaro Klock	Doutora	Parcial
Eliane de Fátima Bordin	Mestre	Parcial
Josililian Alberton	Mestre	Parcial
Iara França	Doutora	Parcial
Karyna Brunetti Lucinda	Mestre	Parcial
Mariana Carolina Teixeira	Doutora	Parcial
Marilene Motta Barbosa	Especialista	Parcial
Rosane Patrícia Fernandes	Doutora	Integral
Rosilda M. Borges Ferreira	Mestre	Parcial
Trindade dos Santos de Freitas	Especialista	Integral

5.3.3 Regime de Trabalho do Corpo Docente

Os professores da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba trabalham contratados pelo regime CLT, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e as IES são signatárias da Convenção Coletiva de Trabalho, pagando o Descanso Semanal Remunerado e Hora Atividades. A substituição eventual do professor se dá com a contratação de professor substituto pelo tempo que se fizer necessário.

5.4 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O quadro de pessoal do Corpo Técnico-Administrativo da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba é constituído por colaboradores que exercem atividades de gestão técnica, de serviços administrativos e infraestrutura geral e assumem o compromisso de respeitar os princípios, valores, objetivos e finalidades das Instituições. A admissão e o enquadramento na carreira do Quadro de Pessoal do Corpo Técnico-Administrativo ocorrem mediante processo de seleção realizado de acordo com a regulamentação regimental e legal, como também, de acordo com a legislação trabalhista vigente. A capacitação e atualização do corpo Técnico-

Administrativo ficarão sob a responsabilidade da Direção Administrativa, estabelecida pela Mantenedora. O Regimento Institucional das IES normatiza a questão do corpo técnico-administrativo da seguinte maneira:

Art. 102. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem como atribuições os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba, sendo sua admissão feita com anuência da Mantenedora, no regime CLT e de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria.

Parágrafo Único. Cabe ao corpo dirigente da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto Superior de Educação de Guaratuba - ISEPE Guaratuba zelar pela manutenção dos padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, ao oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários, de acordo com os princípios definidos em regulamento específico.

6. INFRAESTRUTURA

A Faculdade do Litoral Paranaense e o Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE Guaratuba funcionam na Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres, 101, no Bairro Piçarras, cidade de Guaratuba, no estado do Paraná, sendo que a Faculdade do Litoral Paranaense oferece os cursos de: Administração, Direito, Engenharia de Produção, Ciências Contábeis e o curso de Tecnologia em Negócios Imobiliários; já o Instituto Superior de Educação de Guaratuba abriga o curso de Pedagogia.

6.1 ESPAÇO FÍSICO GERAL

O espaço físico geral com determinação da área construída é apresentado no Quadro 20:

Quadro 20 – Espaço físico geral

LOCAL	ÁREA EM M ²
ANDAR TÉRREO	
Hall de Entrada	37,60 M ²
Corredor	79,80 M ²
Salas de Aula	294,00 M ²
Sala Maior	62,60 M ²
Laboratório Informática	58,80 M ²
Banheiros	30,00 M ²
Biblioteca	336,72 M ²

Práticas Jurídicas	42,20 M ²
Secretaria	97,00 M ²
Fotocópias	11,40 M ²
Laboratório de Ciências	58,40 M ²
Univ. Livre da Melhor Idade	23,40 M ²
Cantina	22,80 M ²
Dep. Financeiro	39,25 M ²
Almoxarifado	12,11 M ²
Dep. Pessoal	13,10 M ²
Corredor Financeiro	21,58 M ²
Pátio Coberto	340,50 M ²
Quadra Externa	492,80 M ²
Cozinha	41,50 M ²
Subtotal	2.115,76 M²
ANDAR SUPERIOR – 1º PISO	
Sala Direção Geral	38,73 M ²
Sala Direção Pedagógica	41,52 M ²
Bwc Sala Dir. Pedagógica	2,02 M ²
Sala Pós-Graduação	40,75 M ²
Sala de Professores	55,57 M ²
Bwc Sala de Professores	4,04 M ²
Salas de Coordenações	55,53 M ²
Laboratório Informática	40,85 M ²
Sala Administração	24,62 M ²
Banheiros	41,76 M ²
Sala de Mantimentos	33,06 M ²
Biblioteca	33,06 M ²
Salas de Aulas	327,00 M ²
Sala Multimeios	50,46 M ²
Sala de Coord. Pedagógica	42,63 M ²
Corredor	79,80 M ²
Ludoteca	37,00 M ²
Sala Grande 1	64,94 M ²
Neac	25,00 M ²
Sala Grande 2	108,20 M ²
Salas de Aula	409,34 M ²
Banheiros	40,88 M ²
Corredores	237,74 M ²
Subtotal	1.834,50 M²
ANDAR SUPERIOR – 2º PISO	
Salas de Aula	863,18 M ²
Sala Técnica de Informática	32,13 M ²
Banheiros	80,93 M ²
Corredores	269,80 M ²
Subtotal	1.246,04 M²
ANDAR SUPERIOR – 3º PISO	
Saguão de Eventos	EM OBRAS
Auditório	EM OBRAS
Cantina	EM OBRAS
Solarium	EM OBRAS
Banheiros	EM OBRAS
Subtotal	1.246,04 M²
TOTAL GERAL	6.442,34 M²

Fonte: ICAPES 2020.

6.2 ESPAÇO FÍSICO UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO

6.2.1 Biblioteca

O ambiente da Biblioteca das IES é claro, arejado, possuindo boas condições de iluminação; com o objetivo de melhor aproveitamento do espaço disponível e de proporcionar aos usuários um ambiente tranquilo e agradável que favoreça as atividades de estudo. A IES disponibiliza uma biblioteca com a seguinte estrutura: 06 computadores para pesquisas, 02 sofás; 01 balcão para atendimento; 01 mesa de canto para atendimento; 01 lixeira; 01 mural; 02 ventiladores de teto; 02 expositores de revistas; 28 prateleiras de ferro para livros; 14 mesas redondas para estudo; 96 cadeiras estofadas; 04 bancos de madeira; 02 mesas de madeira; 01 armário grande; 01 estante de ferro; 02 mesas pequenas; 01 mesa de secretária de canto; 01 armário pequeno; 01 escada de alumínio; 01 armário de usuários da biblioteca; 06 vasos de flores; 01 saboneteira (álcool em gel); 03 luzes de emergências; 01 câmera de segurança; 01 prateleira de madeira (de parede de 25m²); 01 telefones; 06 cortinas persianas; 01 circulador de ar.

6.2.1.1 Formas de atualização e expansão do acervo

A Política de Aquisição e Atualização do Acervo é implementada a partir de indicações das bibliografias básica e complementar dos docentes de graduação e de pós-graduação, de acordo com o projeto pedagógico do curso. Após ser analisada pela coordenação de curso, a bibliografia é encaminhada para análise da Biblioteca (existência do título no acervo, quantidade de exemplares, sugestão de substituição de títulos esgotados etc.). Com base nesta análise e considerando os critérios estabelecidos pelos órgãos avaliadores, elabora-se uma listagem final (livros e multimeios) que é encaminhada à Diretoria Administrativa e Financeira para orçamento. Após a aprovação do orçamento pela mantenedora, a compra é efetivada.

A Biblioteca controla as aquisições destes materiais desde o pedido, verificação de completude de dados, duplicidade, até o recebimento dos materiais, verificação de conformidade e estado físico para aceitação, patrimônio e cadastramento para incorporação ao acervo. O processo de aquisição de periódicos é direto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento centralizado pela Biblioteca, além do controle das aquisições e renovações de assinaturas, registro e controle de coleções de fascículos e exemplares. Nesse sentido, a Política de Desenvolvimento das Coleções da Biblioteca, que atende os alunos, estabelece os critérios para incorporação ao acervo de materiais recebidos através de doação ou permuta.

6.2.2 Laboratórios e Ambientes específicos para o Curso

6.2.2.1 Brinquedoteca: funções e objetivos

A Brinquedoteca é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, dentro de um ambiente lúdico, criado com o objetivo de proporcionar condições favoráveis para que as crianças brinquem, inventem, expressem suas fantasias, seus desejos, seus medos, sentimentos e desenvolvam sua criatividade.

A formação de um profissional competente requer o domínio da teoria concomitante à reflexão prática, baseada na experiência. Desse modo, a Brinquedoteca também pode ser percebida como um laboratório de brinquedos e materiais pedagógicos em cuja função reside proporcionar aos acadêmicos do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba a ligação da teoria com a prática através da assessoria na criação e montagem de brinquedos; além disso, é um espaço às pesquisas cotidianas no que se refere ao lúdico e aos jogos e que propicia ao aluno frequentador: observação do uso do espaço, análise do brincar conforme o gênero, faixa etária, classe social, temas de brincadeiras, entre outros; parceria com os professores das disciplinas, especialmente as metodologias; estudos, pesquisa, palestras, oficinas e cursos de extensão sobre a importância do brincar, o brinquedo e sua relação com a educação, organização de espaços lúdicos, e outros temas pertinentes; atendimento às escolas de educação infantil e ensino fundamental através de projetos e parceria; empréstimo de brinquedos aos alunos do

Instituto; criação e manutenção de home-page contendo os serviços oferecidos pela brinquedoteca, sugestão de atividades, de referências bibliográficas, de brincadeiras tradicionais e divulgação de eventos na área.

A Brinquedoteca pode também ter efeitos positivos para o processo de aprendizado, através de jogos, brinquedos e brincadeiras que estimulem o desenvolvimento de habilidades básicas e aquisição de novos conhecimentos.

As universidades, principalmente nas Ciências Humanas, buscam cumprir as metas do ensino, pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos através do lúdico. Nos cursos em que existe, a Brinquedoteca é encarada como um laboratório pelo qual professores e alunos do Ensino Superior dedicam-se à exploração do brinquedo e do jogo em termos de pesquisa e de busca de alternativas que possibilitem vivências, novos métodos de estudos, observações, realização de estágios e divulgação para a comunidade.

A ludicidade também pode ser destacada no trabalho em uma Brinquedoteca. Lúdico e empresa podem parecer, para muitos, assuntos que seguem trilhas opostas. Mas, as empresas que romperam os preconceitos e buscaram no jogo e nas atividades lúdicas novos caminhos para enfrentar os desafios da modernidade, aumentaram o desenvolvimento e a competência, a descoberta de talentos e seus funcionários estão mais criativos, estão sendo considerado o maior capital da empresa. A estratégia lúdica é considerada o ponto alto em programas de educação, treinamento, desenvolvimento, seleção e identificação de potencial.

É nesse amplo sentido que a Brinquedoteca se insere e desempenha importante papel na busca de novos valores para a sociedade. Para isso, a Brinquedoteca do Instituto Superior de Educação de Guaratuba tem como principais objetivos: auxiliar o educador a identificar os níveis e estágios da construção do raciocínio de seus alunos, para que este possa oportunizar o afloramento de múltiplas inteligências em si e em seu aluno, enriquecer as interações sociais, fazer perceber os limites básicos indispensáveis para o convívio em grupo: da responsabilidade, do prazer de brincar, descobrir, criar; organizar atividades vivenciadas em ambientes lúdico-pedagógicos, de acordo com as diversas fases do desenvolvimento infantil; criar e testar, com os acadêmicos, alternativas de aprendizagem:

jogos e brinquedos sucata e industrializados; incentivar o desenvolvimento de experiências de sucesso dentro do espaço escolar; oportunizar o desenvolvimento da autonomia.

Além desses, a Brinquedoteca objetiva contribuir para o processo de socialização dos alunos, oferecendo-lhes oportunidades de realizar atividades coletivas livremente, realçando a importância da interação entre eles, abrindo-lhes oportunidades de conhecer novos aspectos do mundo lúdico e dos jogos.

A Brinquedoteca do Instituto Superior de Educação de Guaratuba busca também resgatar a essência do ser humano pela via da emoção. Razão e emoção são as características principais do ser humano, pois um ser é racional e emocional na mesma medida e a Brinquedoteca facilita o equilíbrio entre elas.

Os acadêmicos do Curso de Pedagogia utilizam-se da Brinquedoteca para explorarem atividades práticas em várias disciplinas e ao mesmo tempo têm a oportunidade de atuar como monitores em projetos que envolvem os alunos de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Guaratuba, prestando um serviço social à comunidade local.

6.2.2.2 INFORMÁTICA EDUCACIONAL

O Laboratório de Informática do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, conta com um laboratório Informática com uma área de 58,80 m², disposta com aproximadamente 30 computadores. Que coopera tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, à administração e prestação de serviços à comunidade. O Setor vem se desenvolvendo de modo a permitir que o professor/gestor esteja inserido no campo da informática e dos avanços tecnológicos, garantindo aos docentes, alunos e servidores administrativos, a atualização, modernização e agilização de seus trabalhos.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA 2022
DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA - 1º PERÍODO - CARGA HORÁRIA – 80h
<p>EMENTA: O desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicosexual da criança. O construtivismo de Piaget; o sócio interacionismo de Vygotsky e o desenvolvimento dos valores e da moral de Wallon como conteúdos imprescindíveis à aprendizagem. Estudo dos principais teóricos do desenvolvimento e da aprendizagem.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BEE, H., A criança em desenvolvimento, 12 eds. Porto Alegre, Artmed, 2003.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>VIGOTSKY, L.S. Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem. 13 ed. São Paulo, Ícone 2014.</p>
<p>COMPLEMENTAR:</p> <p>BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia do desenvolvimento humano. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>LAKOMY, Ana Maria. Teorias cognitivas da aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2014.</p> <p>MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Org.). Psicologia escolar. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.</p> <p>WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p>
DISCIPLINA: LINGUAGEM E GRAMÁTICA BÁSICA
CURSO: PEDAGOGIA - PERÍODO: 1º - CARGA HORÁRIA 80h
<p>EMENTA Língua e linguagem. Variantes linguísticas: os registros linguísticos e a norma culta. Reconhecer a fonética e os fonemas e a contribuição desses na comunicação cotidiana. Identificar os processos de acentuação e de ortografia das palavras na língua</p>

materna. Situações textuais de concordância verbal e nominal. Uso e produção de textos expositivos e explicativos escritos; emprego de estratégias de redução de informação: esquemas, resumos e resenhas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICAS:

ANDRADE, M^a Margarida de. Henriques. **Língua Portuguesa: noções básicas** para curso superior. 9.ed. São Paulo: Atlas 2008/2009.

FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BAJARD. Elie. **Caminhos da escrita: espaço de aprendizagem**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 2003.

COMPLEMENTARES:

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 23 eds. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MARQUESI; Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

DISCIPLINAS: PRÁTICAS RECREATIVAS E LÚDICAS

Curso: Pedagogia - Período: 1º - Carga Horária: 80

EMENTA: Ludicidade como ciência. O jogo e a construção de representação: Piaget, Wallon, Vygotsky. Educação Ambiental. Espaços lúdicos Concepções e conceitos de Recreação e Lazer na relação com o universo Lúdico, sobretudo: Jogo, Brinquedo e Brincadeira. Estudo e vivências do Lazer e da Recreação nas diferentes fases da vida. Classificação e vivência dos tipos de jogos. A ludicidade e seu uso na educação. Habilidades desenvolvidas através da brincadeira. A infância e suas especificidades. Entendendo o brincar como um Direito da Criança e um facilitador/apoio para e no processo referente ao ensino-aprendizagem. A organização do espaço para o brincar. Utilização do jogo como meio para desenvolver o raciocínio lógico. O perfil do professor brincante e a valorização da cultura infantil na escola. Capacitação relacional do professor com crianças em atividades lúdico educativas. Considerações sobre a criatividade. Lúdico através da televisão, do computador e dos jogos eletrônicos: mitos e verdades.

Proposta de atividade lúdica para os diversos grupos. O uso de brinquedos e jogos no processo de aprendizagem. O jogo e a cultura: jogos tradicionais infantis

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE, Silmara Luz de. **Educação física: pré-escola**. Curitiba: Expoente, 1996

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MIRANDA, Nicanor. **200 jogos infantis**. 13. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A Ludicidade na educação**. Curitiba: IBPEX, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. São Paulo: Trajetoria Cultural, 1991

MACHADO, Marina Marcondes. **O brinquedo-sucata e a criança: a importância do brincar, atividades e materiais**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

QUEIROZ, Tânia Dias; JORDANO, Ivo. **Atividades práticas de dinâmicas de grupo e sensibilizações: educação infantil e ensino fundamental**. São Paulo: Rideel, 2004.

SUASSUNA, Dulce Maria F. de A; AZEVEDO, Aldo Antonio de (Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007

DISCIPLINA: ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLOGICO DA EDUCAÇÃO

Curso: Pedagogia - Período: 1º - Carga Horária: 40h

EMENTA: Os conceitos de cultura. Cultura e pedagogia. Educação como prática cultural. A escola também como local de construção de identidade. Reflexão filosófica sobre a prática educacional, abordagem antropológica, sociológica e teológica do Fenômeno Religioso, que permita compreender as principais tradições e manifestações, religiosas, culturais, regionais e locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003/2009.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Moderna, 2010.

HAVILAND, Willian A. [et al.]. **Princípios de antropologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: 34, 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba: Ed. Do Autor, 1952.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Fundamentos sócio antropológicos da educação**. Curitiba: IBPEX, 2008.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Curso de Pedagogia - Período: 1º - Carga Horária: 80h

EMENTA Breve histórico da educação vinculando educação e contexto histórico. Resgate histórico: da Antiguidade ao século XV. Características educacionais da Idade Moderna. A educação no Brasil colonial. O século XIX e a busca da identidade nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

COMPLEMENTAR

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no cotidiano histórico**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2011.

MANACORDA, M. A. **História da Educação - da Antiguidade aos nossos dias**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO I

Curso de Pedagogia - 1º Período - Carga Horária - 40h

EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Avaliação dos programas e projetos de extensão**. Curitiba: UFPR, 1997.

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Gisele do Rocio C.M. **Metodologia do ensino de projetos**. Curitiba: IBPEX

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científico e educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012/2015.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: POLITICAS PUBLICAS E LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO
Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária – 40h
EMENTA Conceito de Política Educacional. Organização do Sistema Escolar Brasileiro, e sua legalidade (LDB). A Legislação Educacional e a realidade Educacional. PCNs e sua importância no contexto Nacional da Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, BNCC para a Educação Infantil e Básica. Projeto Pedagógico da Escola. Regimento Escolar. Calendário Escolar. Colegiados Escolares. Recursos Financeiros para a Educação Básica.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRZEZINSKI, Iria. (Org.) LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 4ª e. São Paulo: Cortez. 2000.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. A nona lei da educação: LDB trajetória limites e perspectivas. 7º ed. Campinas, SP. Autores Associados. 2001.</p> <p>NICÉSIO, Guilherme Alves de Lima; ALMEIDA, Márcia Bastos de; CONCEIÇÃO, Lucy Mara da. Políticas públicas na educação básica. Londrina: Educacional S.A., 2015.</p>
<p>COMPLEMENTAR</p> <p>CORDIOLLI, Marcos. Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil. Curitiba: IBPEX, 2011.</p> <p>MORS, Paulo Machado. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação. Campinas: Autores Associados, 2014.</p> <p>SECADI. Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclus, 2013.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). As dimensões do projetopolítico pedagógico: novos desafios para a escola. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.</p>

DISCIPLINA: DIDÁTICA E ÉTICA PROFISSIONAL
Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária – 80h
EMENTA: Conceito de Didática. Histórico da Didática no mundo e no Brasil. Ressignificação da didática para as demandas contemporâneas. Aspectos cognitivos, cognoscitivo e sócio emocionais, para a aprendizagem. Introdução à Ética; a vida, o ser humano e seu agir; Fundamentos éticos indispensáveis à formação do Profissional de Educação; A profissão de Pedagogo, a ética e a prática profissional da Pedagogia.
BÁSICA:
CANDAU, V.M. A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2004.
LIBANEO, José Carlos. Didática : São Paulo: Cortez, 1994.
GALLO, Sílvio (Coord.). Ética e cidadania : caminhos da filosofia. Campinas: Papirus, 2003/2012.
COMPLEMENTAR:
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores . Campinas-SP: Papirus, 2012.
FAZENDA, Ivani. Práticas Interdisciplinares na Escola . 7 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
LIMA, Maria Nayde dos S; ROSAS, Rosas (Org.). Paulo Freire : quando as ideias e os afetos se cruzam. Recife: UFPE, 2001.
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2007.
VEIGA, I.P.A. Didática : O ensino e suas relações. 18 ed. Campinas: Papirus, 2012

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM
Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária 80h
EMENTA O desenvolvimento cognitivo, emocional, social e sexual da criança de zero a seis anos. As teorias da aprendizagem e do desenvolvimento da criança de zero a seis anos e as práticas pedagógicas. Estudo dos principais teóricos do desenvolvimento e da aprendizagem.
<p>BEE, Helen A Criança em Desenvolvimento. 12.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano. 7 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.</p> <p>PIAGET, Jean A Formação do Símbolo na Criança. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC,1990.</p>
COMPLEMENTAR:
<p>BEE, Helen O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>FREITAS, Márcia de Fátima R. Lovisi de; PINTO, Rosângela de Oliveira; FERRONATO, Raquel Franco. Psicologia da educação e da aprendizagem. Londrina: Educacional S.A., 2016.</p> <p>LAKOMY, Ana Maria. Teoria cognitivas da Aprendizagem. 2.ed. Ver. Atual. Curitiba: IBPEX, 2007/2008/2009.</p> <p>LEVIN, Diane E; KILBOURNE, Jean. A infância perdida: como orientar nossas crianças na era da sexualidade precoce. São Paulo; gente, 2009.</p>

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS
Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária 40h
EMENTA: Conceitos relevantes nos estudos e pesquisas sobre relações raciais. Lei n 10.639/2003 e a educação das relações étnico-raciais. A construção do preconceito social entre nações. O preconceito social e direitos humanos no Brasil. Reflexão sobre os conceitos de relações ético-raciais. A Educação e as relações étnico-raciais e as Leis brasileiras. A identidade, história e cultura dos afro-brasileiros nos setores sociais. A questão da identidade individual e de grupos. Música, cultura e valores étnico-raciais na formação do Brasil. Políticas de Ação Afirmativa.
BÁSICA:

BENTO, M.A.S. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo, Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. ed. 18 São Paulo: Paz e terra, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: 34, 2002/2012.

COMPLEMENTAR:

BARROS, José Fávio Pessoa de. **Todas as cores na educação**: contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: 34, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **História e cultura afro-brasileira e africana: a inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares**. Curitiba: SEED/PR, 2008.

SECADI. **Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SECADI, 2013.

PREVITALLI, Ivete Miranda; VIEIRA, Hamilton E. Santos. **Educação e diversidade**. Londrina: Educacional S.A., 2017.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS

Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária 80h

EMENTA: Fundamentos histórico-filosóficos da educação infantil como base para compreensão dos problemas e desafios que se colocam hoje à educação da criança na educação infantil. O profissional de educação infantil, o conhecimento efetivo das características do estágio de desenvolvimento da criança. Planejamento e avaliação na escola de educação infantil: articulação e determinação ideológica.

BÁSICA

BENTO, M.A.S. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo, Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. ed. 18 São Paulo: Paz e terra, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: 34, 2002/2012.

COMPLEMENTAR:

ARNAIZ SANCHEZ, Pilar ...[et al.]. **A psicomotricidade na educação infantil**: Na prática preventiva e educativa... Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susana. **Manual de educação infantil** 9. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SENNA, Luiz Antonio Gomes (Org.). **Letramento**: princípios e processos. Curitiba: IBPEX, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO II

Curso de Pedagogia - 2º Período - Carga Horária - 40h

EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Avaliação dos programas e projetos de extensão**. Curitiba: UFPR, 1997.

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Gisele do Rocio C.M. **Metodologia do ensino de projetos**. Curitiba: IBPEX

BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. Pesquisa: princípios científico e educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012/2015.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Curso de Pedagogia – 2º Período – Carga Horária 40h

EMENTA: Introdução à Pesquisa. Estudos que conduzam ao aprofundamento da “atitude investigativa” diante dos fenômenos educativos, escolares ou não. Métodos e técnicas investigação. Conhecimento dos principais paradigmas de abordagem da realidade que se quer investigar. ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERVO, A. L. E.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999/2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1991/2010.

COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000. 10v

3º PERÍODO

DISCIPLINA: IDENTIDADE E DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Curso de Pedagogia – 3º Período – Carga Horária: 80h

EMENTA: Identidade como construção gradativa e processo. A Educação da Saúde no contexto da educação brasileira e sua integração com os conteúdos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Manifestação da sexualidade/gênero e problemas de natureza psicossocial. Perspectivas contemporâneas da educação sexual, direitos humanos. Educação Sexual para pessoas com necessidades especiais. Prevenção à violência sexual, dos direitos humanos na prática pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALDEIRA, Alexandre Schubert; SERON, Bruna Barboza. **Educação física escolar e saúde**. Londrina: Educacional S.A., 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. de (org.). **Educação Infantil: múltiplos olhares**. 9 ed. São Paulo: Porto Alegre: Cortez, 2010

ROSSATO, Luciano Alves; CUNHA, Rogério Sanches; LEPORE, Paulo Eduardo. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, Munir. [et al] **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Malheiros, 1996/2003/2010.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória .. [et al.]. **Gestão e processos em educação, diversidade e inclusão**. Curitiba: UFPR, 2016.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de A. **Interdisciplinaridade na pré-escola: anotações de um educador "on the road"**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

KRAMER, Sonia (org.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2001.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar**: a humanização integrando educação e saúde. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DISCIPLINA: CURRÍCULOS, BNCC, PROGRAMAS E PROJETOS PEDAGÓGICOS

Curso Pedagogia – 3º Período - Carga Horária 80h

EMENTA Conceitos básicos. Contextualização histórica. Paradigmas/Enfoques curriculares. Experiências curriculares. Currículos e políticas públicas. Currículo e diversidade cultural. Currículo emancipatório. Planejamento curricular. Currículo e organização do tempo escolar. Currículo e organização do conhecimento: disciplinar e não disciplinar. Os níveis de formulação do currículo: nacional, estadual e municipal. Os parâmetros curriculares nacionais. Os níveis de formulação do currículo nacional, estadual, municipal DCN's, BNCC, como orientações curriculares

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. Professores **reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 1988.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Monteserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6 ed. Goiânia: Hecucus, 2015.

COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, c1993

EYNG, Ana Maria. **Currículo escolar**. Curitiba: IBPEX, 2007.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo no processo pedagógico. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2003

DISCIPLINA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
Curso Pedagogia – 3º Período - Carga Horária 80 h
EMENTA: O letramento como método de construção do conhecimento que estimula a cidadania. O histórico da trajetória dos métodos, técnicas e recursos de Alfabetização no Brasil; análise e crítica dos conceitos e teorias nas questões de fala linguagem escritas, a construção do texto e a leitura; maneiras de alfabetizar letrando. Uso da Brinquedoteca como instrumento de alfabetização e leitura
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, c1996. OLIVEIRA, Zilma Ramos Educação Infantil fundamentos e métodos. Cortez, 2002. SPODEK, Bernard e Saracho Ensinando Crianças de Três a Oito Anos. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.
COMPLEMENTAR: BAJARD, Elie. Caminhos da escrita: espaço de aprendizagem. 3 ed. S.P. Cortez, 2014. EDWARDS Carolyn e Gandini e Forman As Cem Linguagens da Criança. Porto Alegre: Artmed. FOUCAMBERT, Jean. Modos de ser leitor: aprendizagem e ensino da leitura no ensino fundamental. Curitiba: UFPR, 2008. SENNÁ, Luiz Antonio Gomes (Org.). Letramento: princípios e processos. Curitiba: IBPEX, 2009. VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 13. ed. São Paulo: Ícone, 2014.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS PRÁTICAS
Curso Pedagogia - 3º Período - Carga Horária 80h
EMENTA: Análise e reflexão sobre as práticas de ensino nas escolas públicas de Educação Básica, Formação e práticas pedagógicas do professor da Educação Básica: fundamental II e Ensino Médio.

BÁSICA

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares da educação básica**. Brasília: MEC, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GHEDINI, Cecília Maria; HOELLER, Silvana Cássia; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. **Um processo inovador na educação do campo: alguns olhares**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORDIOLLI, Marcos. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória .. [et al.] (Org.). **Projeto político pedagógico nas escolas do campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio**. São Paulo: Cortez, 2012.

HOELLER, Silvana Cássia; SILVA, Valentim (Org.). **Transição agroecológica**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA BÁSICA NA EDUCAÇÃO

Curso Pedagogia 3º Período Carga Horária 40h

EMENTA: Apresentação dos conceitos básicos da Matemática. Linguagem da matemática, sinais e operações. Fundamentos básicos e conhecimento lógico-matemático. Estudo e aplicação da estatística na educação. Ferramentas de comunicação de dados estatísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2005.

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VIEIRA, Sonia. **Estatística básica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CERQUETTI-ABERKANE, Françoise; BERDONNEAU, Catherine. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da matemática na pré-escola: por que, o que e como trabalhar as primeiras idéias matemáticas**. São Paulo: Ática, 1996.

FAYOL, M. **A criança e o número: da contagem à resolução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO III

Curso de Pedagogia - 3º Período - Carga Horária - 40h

EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Gisele do Rocio C.M. **Metodologia do ensino de projetos**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR

BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Avaliação dos programas e projetos de extensão**. Curitiba: UFPR, 1997.

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científico e educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

POZO, Juan Ignacio; GÓMEZ CRESPO, Miguel Ángel. **A aprendizagem e o ensino de ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Curso Pedagogia - 4º Período - Carga Horária 80h

EMENTA: Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais, como instrumentos para a prática docente. Utilização da Língua Brasileira de Sinais na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos seus direitos e competências como sujeito e cidadão.

BÁSICA:

GESSER, Audrei. **Libras que língua é essa**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha... [et al.]. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

ULBRA. **Libras**. Curitiba: IBPEX, 2013.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades ilustradas em sinais da libras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.

CAPOVILLA, Fernando César. Etall. Novo Deit-Libras, Dicionário Enciclopédico Ilustrado **Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas**. 02 Vol. São Paulo, Ed USP. 2013.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua de sinais:** desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 3.vls.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala:** a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

Curso Pedagogia - 4º Período - Carga Horária 40 h

EMENTA: Princípios e funções da avaliação educacional. Dimensões da avaliação no processo de ensino e aprendizagem, na Educação Infantil e Básica. Evolução histórica da avaliação. Relacionamento da avaliação escolar e a função social da escola. Avaliação escolar no contexto do Sistema Educacional Brasileiro e sua garantia na LDB. A importância das Inteligências Múltiplas para bem avaliar. O problema do fracasso escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOS GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LUCHESE, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COMPLEMENTAR:

ARCAS, Paulo Henrique. **Avaliação na educação.** Londrina: Educacional S.A., 2017.

BICUDO, M. Ap. V.; SILVA JUNIOR, Celestino A. (org.). **Formação do educador e avaliação educacional:** conferências mesas-redondas. 4.vols. São Paulo: Unesp, 1999.

HOFFMANN, Jussara Maria Lech. **Avaliação:** mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Petrópolis: Vozes, c1995.

SILVA, Audrey Debei da. **Didática:** planejamento e avaliação. Londrina: Educacional S.A., 2016

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO-JUVENIL
Curso Pedagogia - 4º Período - Carga Horária 80h
EMENTA: Atividade integrando língua e literatura no contexto socioeducacional. Texto literário e não literário. Conceituação, características e historicidade do gênero. Condições de produção, circulação, consumo, ideologia e recepção da literatura infantil e juvenil. Literatura infanto-juvenil e escola. Modalidades de literatura infantil e juvenil: a narrativa, a poesia, o teatro. Principais autores e obras da literatura infantil e juvenil. Leitura, análise e elaboração de projetos multidisciplinares tendo a literatura infanto-juvenil e o teatro como elo entre as diversas áreas do conhecimento. O professor como contador de histórias.
BÁSICA
BERALDO, Alda. Trabalhando com poesia. 5 ed. São Paulo: Ática, 2001.
CUNHA, M ^a Antonieta Antunes. Literatura Infantil: Teoria e Prática. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.
VIEIRA, Adriana Silene; FIUZA, Marina Miranda. Literatura infanto-juvenil. Londrina: Educacional S.A., 2017.
COMPLEMENTAR:
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.
COSTA, Marta Morais da. Metodologia do ensino da literatura infantil. Curitiba: InterSaberes/IBPEX, 2013.
FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004
SARAIVA, Juracy Assmann; MÜGGE, Ernani ... [et al.]. Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental. Porto Alegre: Artmed, 2006
SOUZA, Ana A. Arguelho. Literatura infantil na escola: a leitura em sala de aula. Campinas: Autores Associados, 2010.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Curso Pedagogia - 4º Período - Carga Horária 80h
EMENTA: Histórico dos meios e tecnologias de comunicação; Educação e a Sociedade do Conhecimento. Educação a Distância. Tecnologias Educacionais e o Trabalho Docente. Mídias visuais, sonoras e audiovisuais de comunicação. As tecnologias de

comunicação e informação no ambiente educativo. Jogos e aplicativos pedagógicos e gestão do conhecimento. Produção de projetos a partir da tecnologia educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONTIN, Ailton Alex; PINTO, Rosângela de Oliveira. **Educação e tecnologias**. Londrina: Educacional S.A., 2016.

MORAN, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos Tarciso. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

SORDI, José Osvaldo De. **Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMPLEMENTAR:

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: IBPEX, 2006.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2010.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHLEMMER, Eliane... [et al.]. **Comunidades de aprendizagem e de prática em metaverso**. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO I - EDUCAÇÃO INFANTIL

Curso Pedagogia - 4º Período - CH Teórico 40 Práticas 100h = 140h

EMENTA: Orientações básicas sobre a disciplina Estágio Supervisionado. Estudo da realidade política e educacional de uma creche ou escola de educação infantil. Levantamento de situações problemas e prioridades a serem trabalhadas. Envolvimento do estagiário no trabalho pedagógico da creche ou escola de educação infantil, oportunizando a análise do seu “fazer pedagógico”, bem como o exercício da função docente. Reflexão sobre o cotidiano de uma creche ou escola de educação infantil ide plano de trabalho (ação) para a intervenção nesta realidade numa perspectiva inovadora e reflexiva. Orientação e implantação das atividades a serem desenvolvidas no exercício da docência de forma articulada com a prática profissional e com as atividades pesquisa. Registro formal de todo o processo (elaboração do Relatório).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

JARDIM, Tatiane Mota Santos; PROSCÊNCIO, Patrícia Alzira. **Organização e didática da educação infantil**. Londrina: Educacional S.A., 2017.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**, 24 ed. Campinas: Papyrus, 2012.

COMPLEMENTAR:

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GHEDIN, Evandro; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação de professores**: caminhos e descaminhos da prática. Brasília: Liber Livro, 2008.

IRA, Marília Marques. **Estágio supervisionado na formação do pedagogo**. Curitiba: Appris, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **Estágio e relação de emprego**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IBPEX, 2011.

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO IV

Curso Pedagogia - 4º Período - Carga Horária 40h

EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Avaliação dos programas e projetos de extensão**. Curitiba: UFPR, 1997.

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Gisele do Rocio C.M. **Metodologia do ensino de projetos**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Pesquisa**: princípios científico e educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012/2015.

POZO, Juan Ignacio; GÓMEZ CRESPO, Miguel Ángel. **A aprendizagem e o ensino de ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009. NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012/2015.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Curso Pedagogia - 5º Período – CH Teóricas 60h Práticas 20h

EMENTA: Análise dos enfoques teóricos e metodológicos da educação especial na educação infantil e anos iniciais. Estudo e implicações dos conceitos e métodos que envolvem a educação do aluno com necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem de 0-10 anos. A importância das adaptações curriculares e do projeto político pedagógico na escola inclusiva. Flexibilização para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Diversidade e cultura. Alteridade. Organização de material didático e propostas pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COMPLEMENTAR

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação especial**: pesquisa e prática. Curitiba: IBPEX, 2010.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória .. [et al.]. **Gestão e processos em educação, diversidade e inclusão**. Curitiba: UFPR, 2016.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2009.

SILVA, Claudia Lopes da; GARCEZ, Liliane. **Educação inclusiva**. Londrina: Educacional S.A.,2019.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Curso Pedagogia - 5º Período – CH Teóricas 70h – Práticas 70h

EMENTA: A natureza e a especificidade do trabalho pedagógico na escola de tempo regular e tempo integral. Mecanismos de ação coletiva no interior da escola: conselho de classe; associação de pais; grêmio estudantil; conselho de escola; reunião pedagógica e de pais, entre outros. Diferentes formas de organização do ensino: ciclos e séries; organização curricular por temas, projetos, complexos temáticos e disciplinas. A Ética do trabalho pedagógico. A educação integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Hecuss, 2001/2015

LÜCK, Heloisa [et al]. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000/2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, c1997.

COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Organização escolar**: perspectivas e enfoques. Curitiba: InterSaberes, 2011/2014.

LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2001/2012.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, c1995.

DISCIPLINA: METODOLOGIA E PRÁTICA NO ENSINO DA ARTE

Curso Pedagogia - 5º Período - CH Teórica 50h Práticas 30h

EMENTA: O histórico do Ensino de Arte no Brasil e suas influências teórico-Pedagógicas na educação básica. Estudo das tendências pedagógicas na atualidade. A Arte na formação do Pedagogo. A produção artística da humanidade. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte: traços, sons, cores e formas; Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. Leitura e vivências estéticas das linguagens artísticas na educação básica. Estudo investigativo de uma prática e/ou tema da área ou atividade de extensão junto à comunidade. O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudo das diferentes concepções de arte. Conhecimento teórico- prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**: anos oitenta e novos tempos. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e; FERRAZ, Maria Feloisa C. de T. **Arte na Educação escolar**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 1997.

COMPLEMENTAR:

BUORO, Anamelia Bueno. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. **Metodologia do ensino de arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

JANSON, H.W. **História da Arte**. 4. Ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1989.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol. **Metodologia do ensino de arte**. Curitiba: IBPEX, 2006.

ZAGONEL, Bernadete. **Arte na educação escolar**. Curitiba: IBPEX, 2008

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PRÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Curso Pedagogia - 5º Período - CH 50h Teóricas – 30h Práticas

EMENTA: História da língua portuguesa. Língua e linguagem no ensino fundamental. Fonética/escrita da linguagem, reflexão e prática da aprendizagem em situações concretas de escolarização. Enfoques teóricos e metodológicos da Língua Portuguesa no ensino. Diretrizes nacionais e estaduais e a metodologia do ensino da língua portuguesa no ensino básico. Língua e Linguagem nos anos iniciais. Redação Oficial e da gestão escolar. A biblioteca escolar. Avaliação nas aulas de língua portuguesa. Organização de material didático e propostas pedagógicas a partir da Brinquedoteca e de projetos de cidadania e criticidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização:** características do sistema gráfico do português. São Paulo: Contexto, c1992.

SILVA, Ivaneide Dantas da et al. **Aprendizagem da língua portuguesa.** 2. ed. Londrina: Educacional S.A., 2019.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita:** A alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

COMPLEMENTAR:

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004

CURTO, Luís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Mirelles. **Escrever e ler:** como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FRANCHI, Eglê Pontes. **Pedagogia da alfabetização:** da oralidade à escrita. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001

KRAMER, Sonia. **Alfabetização leitura e escrita:** formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2001

SILVA, M. A. S. S **Construindo a leitura e a escrita:** Reflexões sobre uma prática alternativa em alfabetização. São Paulo: Atica, 2000/2003.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – ANOS INICIAIS (1º ao 5º)
Curso Pedagogia - 5º Período – CH Teórica 40h – Práticas 100h
EMENTA: Caracterização, análise e avaliação do trabalho pedagógico nos anos iniciais do ensino fundamental, envolvendo ações de observação, reflexão e diagnóstico das práticas educativas. Desenvolvimento de atuações junto à gestão e coordenação escolar e de ações relativas à regência de classe. Elaboração de Relatório de Estágio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001/2013. LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1992. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 13. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
COMPLEMENTAR: BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. IRA, Marília Marques. Estágio supervisionado na formação do pedagogo . Curitiba: Appris, 2015. JUSTINO, Marinice Natal. Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente . Curitiba: InterSaberes, 2013. LIBÂNIO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática . São Paulo: Cortez, 1994.

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSAO V
Curso Pedagogia - 5º Período - CH 40h
EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Avaliação dos programas e projetos de extensão . Curitiba: UFPR, 1997.
FAZENDA, Ivani. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
SANTOS, Gisele do Rocio C.M. Metodologia do ensino de projetos . Curitiba: IBPEX, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEMO, P. Pesquisa: princípios científico e educativo . 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.
FERRETTI, Celso João. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar . Petrópolis: Vozes, c1994.
GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório . 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012
LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

6º PERÍODO

<p>DISCIPLINA: METODOLOGIA E PRÁTICAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA</p> <p>Curso Pedagogia - 6º Período – CH: Teórico 50h – Práticas 30h</p>
<p>EMENTA: O conhecimento Histórico e Geográfico na Educação Infantil e anos iniciais. A construção do conceito de tempo e espaço. As relações sociais e o espaço da criança. História cultural e das representações no cotidiano. Elementos do saber histórico escolar. Metodologias do ensino da história e geografia: materiais, linguagens, atividades e estratégias de ensino para a Educação Infantil e anos iniciais. Procedimentos, atividades e projetos para o desenvolvimento do ensino da história e da Geografia.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>JESUS, Lilian Gavioli de; DIAZ, Natália Germano Geijão. Ensino de história e geografia. Londrina: Educacional S.A., 2018.</p> <p>MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; VASCONCELOS, José Antônio. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de história. Curitiba: Papyrus, 2007.</p> <p>PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 1994.</p>
<p>COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais - 5: história e geografia. Brasília: MEC, 1997.</p> <p>CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p> <p>FANTIN, Maria Eneida; NEVES, Diogo Labiak; TAUSCHECK, Neusa Maria. Metodologia do ensino de geografia. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2010.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.</p> <p>VASCONCELOS, José A. Metodologia do ensino de história. Curitiba: IBPEX, 2007.</p>

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS
Curso Pedagogia - 6º Período - CH: Teórico 30h Práticas 10h = 40h
EMENTA: Análise histórico-social do ensino de jovens e adultos, na realidade educacional brasileira. Dados de pesquisas nacionais e internacionais (IBGE, UNESCO e MEC; caracterização da clientela em face dos determinantes pedagógicos e sociais). O adulto e suas dificuldades de aprendizagem. Os métodos de alfabetização, técnicos recursos e os princípios pedagógicos de Paulo Freire.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido , 38ª edição, Paz e Terra, 2004. FUCK, Irene Terezinha. Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SOUZA, M ^a . Antonia. Educação de Jovens e adultos . Editora IBPEX, Curitiba, 2007/2011.
COMPLEMENTAR: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade , 27ª edição, Paz e Terra, 2006. GADOTTI, Romão, José (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria e prática . 12ª edição São Paulo. Cortez, 2011 PINTO, A.V. Sete lições sobre educação de adultos . 14 ^o ed. São Paulo, Cortez, 2010. SOARES, M. Alfabetização e letramento 6ª edição São Paulo, Contexto, 2011. SOUZA, Maria Antônia de. Educação de jovens e adultos . Curitiba: IBPEX, 2007.

<p>DISCIPLINA: METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE CIÊNCIAS</p>
<p>Curso Pedagogia - 6º Período - CH Teórico 50h – Práticas 30h = 80h</p>
<p>EMENTA: O ensino de Ciências como uma atividade com vinculações políticas, econômicas, sociais e culturais. As Ciências Naturais numa abordagem historicamente determinada e inacabada. A ciência como atividade humana e fruto da produção coletiva, que gera conhecimento para a compreensão do mundo e suas transformações. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Ambiental. Multiculturalismo. Estudo reflexivo das significações dos elementos do mundo natural para a criança na idade pré-escolar. As relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões e as formas de vida dos grupos sociais ali existentes.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? 2-ed. São Paulo, Ática, 2001</p> <p>BORGES, Regina Maria Rabello; MORAES, Roque. Educação em ciências nas séries iniciais. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.</p> <p>CAMPOS, M.C. da C. & NIGRO, R.G. Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. FTD, 1999.</p>
<p>COMPLEMENTAR:</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de Carvalho (Org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio, <i>et al.</i> Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2003.</p> <p>KINDEL, Eunice Aíta Isaia. A docência em ciências naturais: construindo um currículo para o aluno e para a vida. Erechim: EDELBRA, 2012.</p> <p>POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Ángel Gómez. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.</p> <p>SALLES, Gilsani Dalzoto. Metodologia do ensino de ciências biológicas e da natureza. Curitiba: IBPEX, 2007.</p>

<p>DISCIPLINA: ESCOLA MEDIAÇÃO: FAMÍLIA, TRABALHO, LAZER E SAÚDE</p>
<p>Curso Pedagogia - 6º Período - CH: Teórico 30h Práticas 10h = 40h</p>
<p>EMENTA: As relações humanas na sala de aula. A motivação de alunos e professores. As formas de articulação entre Escola, Família e Comunidade. A formação de lideranças em espaços escolares e não escolares. A mediação e resolução de conflitos interpessoais na escola. Processos básicos de interação social. Disciplina em espaços escolares e não escolares.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEVRIES, Retha e ZAN, Betty. A ética na educação infantil: o ambiente sócio moral na Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 1994. VIGOTSKY, L.S. et all. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - 5: história e geografia. Brasília: MEC, 1997</p> <p>CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. FANTIN, Maria Eneida; NEVES, Diogo Labiak; TAUSCHECK, Neusa Maria. Metodologia do ensino de geografia. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2010.</p> <p>FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHECK, Neusa Maria. Metodologia do ensino de geografia: questões atuais. Curitiba: IBPEX, 2005.</p> <p>VASCONCELOS, José A. Metodologia do ensino de história. Curitiba: IBPEX, 2007.</p>

DISCIPLINA: GESTÃO FINANCEIRA E TRABALHO PEDAGÓGICO
Curso Pedagogia - 6º Período - CH: Teórico 70h e Práticas 10h = 80h
Ementa: A disciplina Gestão Financeira da Educação visa, no contexto do curso, ser espaço teórico-prático para contribuir na formação do futuro professor/gestor, no desenvolvimento de uma sólida base teórica para fundamentar criticamente sua prática educacional/profissional, possibilitando-o compreender os princípios e conceitos fundamentais que norteiam a gestão financeira da educação e o seu controle social e público por meio dos colegiados; os orçamentos nas esferas federais, estaduais e municipais e as fontes financeiras que sustentam as escolas públicas, dentre elas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Todos esses aspectos permitem aos alunos conhecer e refletir sobre a importância de as decisões, principalmente as financeiras, serem feitas no âmbito coletivo, visando, dessa forma, a gestão democrática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Educação fiscal e financeira: prêmio ESAF: coletânea de monografias. Brasília: ESAF, 2011.
CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Cálculo aplicado à gestão e aos negócios. Curitiba: InterSaberes, 2016.
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, c1985.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória ... [et al.]. Gestão e processos em educação, diversidade e inclusão. Curitiba: UFPR, 2016.
SAVIANI, Dermeval. PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.
HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.
ZAINKO, Maria Amélia Sabbag; PINTO, Maria Lúcia Accioly T. Gestão da instituição de ensino e ação docente. Curitiba: IBPEX, 2008.

DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO III EDUCAÇÃO ESPECIAL/EJA
Curso Pedagogia - 6º Período - CH: Teórica 40 Práticas 100h=140h
EMENTA: Vivenciar a prática docente em curso de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e Inclusiva, envolvendo ações de observação, reflexão, diagnósticas e regência. Desenvolvimento de ações junto à gestão e coordenação envolvendo a caracterização do trabalho pedagógico. Reflexão da ação didática. Elaboração de Relatório de Estágio articulando o ensino e a pesquisa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FACÍON, José Raimundo (Org.). Inclusão escolar e suas implicações . 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2009.
FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial . 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2006/2011.
PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BERGAMO, Regiane Banzatto. Educação especial: pesquisa e prática . Curitiba: IBPEX, 2010.
BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
GADOTTI, Romão, José (Org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática . 12ª edição São Paulo. Cortez, 2011.
PINTO, A.V. Sete lições sobre educação de Adultos . São Paulo, Cortez, 2010.
SOARES, M. Alfabetização e Letramento 6ª edição São Paulo, Contexto, 2011.

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO VI
Curso Pedagogia - 6º Período - Carga Horária 40h
EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
SULZBACH, Mayra Taiza; DENARDIN, Valdir Frigo (Org.). A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: os in (s) da extensão no litoral do Paraná. Matinhos: UFPR, 2013.
FAZENDA, Ivani. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
SANTOS, Gisele do Rocio C.M. Metodologia do ensino de projetos. Curitiba: IBPEX, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Avaliação dos programas e projetos de extensão. Curitiba: UFPR, 1997.
DEMO, P. Pesquisa: princípios científico e educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.
LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
SULZBACH, Mayra Taiza; DENARDIN, Valdir Frigo (Org.). A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...: os in(s) da extensão no litoral do Paraná. Matinhos: UFPR, 2013.
VIANNA, Guaraci de Campos. Direito infanto-juvenil: teoria, prática e aspetos multidisciplinares. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO NO CAMPO E INDÍGENA
Curso Pedagogia - 7º Período - Carga Horária: 80h
EMENTA: Educação rural e indígena: problemas e propósitos. Políticas para a educação no campo e indígena. Diretrizes operacionais para as escolas do campo e indígena. O Estado, a sociedade e as políticas de integração. Modelos de educação escolar do campo e indígena. Regulamentação da educação do campo e indígena no Brasil, reflexões antropológicas sobre a formação de professores.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; BENITES, Andréa (Org.); NABARRO, Edilson. Estudantes Indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2013. GHEDINI, Cecília Maria; HOELLER, Silvana Cássia; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Um processo inovador na educação do campo: alguns olhares. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Uma política pública para a educação no campo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. CEARÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Educação rural integrada: a experiência de pesquisa e planejamento participativo no Ceará. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FAGUNDES, Mauricio Cesar Vitória... {et al.} (Org.). Projeto político pedagógico nas escolas do campo. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. GOMES, Mércio Pereira. Darcy Ribeiro. São Paulo: Ícone, 2000. PARANÁ. SEED. Educação escolar indígena. Curitiba: SEED/PR, 2006.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA MATEMÁTICA
Curso Pedagogia - 7º Período - CH: Teórico 50h Práticas 30h = 80h
EMENTA: A metodologia da resolução de problemas e a avaliação em matemática. Didática da matemática. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de matemática. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de matemática nos anos iniciais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da matemática . 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. CERQUETTI- ABERKANE, Françoise & BERDONNEAU, Catherine. O ensino da Matemática na educação infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. DANTE, Luiz Roberto. Didática da matemática na pré-escola . São Paulo, Ática, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FRANÇA, Iara da Silva. Formação matemática dos professores primários nos tempos da Primeira República . Curitiba: Appris, 2016. LOPES, Sergio Roberto. Metodologia do ensino da matemática . Curitiba: IBPEX, 2007 RIBEIRO, Flavia Dias, Jogos e modelagem na educação matemática . Curitiba: IBPEX, 2007 SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 2003. FAYOL. Michel. A criança e o número: da contagem à resolução de problemas . Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.

DISCIPLINA: PSICOPEDAGOGIA
Curso Pedagogia - 7º Período - Carga Horária: 80h
EMENTA: Definição de Psicopedagogia. Conceituando Dificuldade de Aprendizagem. Teorias, Modelos, causas e classificação atual das D.A. Caracterização das na área educacional: dificuldades na escrita, leitura e matemática. Prevenção, avaliação e intervenção pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <p>BALESTRA, Maria Marta Mazaro. A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade. Curitiba: InterSaberes, 2012</p> <p>BOSSA, Nádía A. Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.</p> <p>FONSECA, Vítor da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: <p>BARBOSA, Laura Monte Serrat. A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente, 2001.</p> <p>GARCIA, Jesus Nicasio. Manual de Dificuldades de Aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GRASSI, Tânia Mara. Oficinas psicopedagógicas. Curitiba: IBPEX, 2008.</p> <p>SCOZ, Beatriz Judith Lima (Org.). Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.</p> <p>WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>

<p>DISCIPLINA: ECA E DIREITOS EDUCACIONAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS</p>
<p>Curso Pedagogia - 7º Período - Carga Horária: 80h</p>
<p>EMENTA: Evolução histórico-sociológica da infância e da adolescência. Teoria da situação irregular à teoria da proteção da criança e do adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Relação entre a minoridade e a responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Tutela jurídica especial à criança e ao adolescente: condições peculiares de desenvolvimento. Medidas de proteção e medidas socioeducativas. Relação entre criança, adolescente e escola.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BOLONHINI JUNIOR, Roberto. Portadores de necessidades especiais: as principais necessidades especiais e a legislação brasileira. São Paulo: ARX, 2004.</p> <p>CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana (orgs.). Educação em direitos humanos: construir democracia. 2.ed. Rio de Janeiro: D& P, 2003.</p> <p>CURY, M.; GARRIDO, Paulo Afonso; MARÇURA, Jurandir N. Estatuto da criança e do Adolescente anotado. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>DAL PIZZOL, Alcebir (Org.). O serviço social no poder judiciário de Santa Catarina. Florianópolis: ACASPJ, 2012.</p> <p>ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva 1994/2010.</p> <p>OLIVEIRA, Siro Darlan de. Estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069/90. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Direitos humanos - v.4: grupos vulneráveis: afrodescendentes, povos indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiências, temas atuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 7 v</p> <p>RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.</p>

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – FORMAÇÃO DOCENTES
Curso Pedagogia - 7º Período - CH: Teórico 40 Práticas 100h = 140h
EMENTA: Vivenciar a prática docente em curso de Ensino Médio para Formação de Docentes, envolvendo ações de observação, reflexão, diagnósticas e regência. Desenvolvimento de ações junto à gestão e coordenação envolvendo a caracterização do trabalho pedagógico. Reflexão da ação didática. Elaboração de Relatório de Estágio articulando o ensino e a pesquisa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994/2013. PICONEZ, Stela C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. VASCONCELOS Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula . São Paulo. Libertad, 1993.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: IRA, Marília Marques. Estágio supervisionado na formação do pedagogo . Curitiba: Appris, 2015. JUSTINO, Marinice Natal. Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente . Curitiba: InterSaberes, 2013. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha (Org.). O estágio no curso de pedagogia . Curitiba: IBPEX, 2009. v. 2. UFPR. SISTEMA DE BIBLIOTECAS. Normas para apresentação de documentos científicos - v.5: relatórios . 2. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

DISCIPLINA: ATIVIDADE E PRÁTICAS DE EXTENSÃO VII
Curso Pedagogia - 7º Período - Carga Horária: 40h
EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAIBICH, Tânia Maria (Org.); ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Avaliação dos programas e projetos de extensão . Curitiba: UFPR, 1997.
FAZENDA, Ivani. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
SANTOS, Gisele do Rocio C.M. Metodologia do ensino de projetos . Curitiba: IBPEX
BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR
DEMO, P. Pesquisa: princípios científico e educativo . 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.
LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012/2015.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: ECO PEDAGOGIA E SUSTENTABILIDADE
Curso Pedagogia - 8º Período - Carga Horária: 80h
EMENTA: Princípios e conceitos ecológicos básicos. Educação e saber ambiental. Preservação ecológica ambiental. Comportamentos atitudinais adequados ao ambiente no cotidiano escolar e comunitário.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética e meio ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: InterSaberes, 2015.</p> <p>BERTÉ, Rodrigo. Gestão socioambiental no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2013.</p> <p>GRÜN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2004.</p>
<p>COMPLEMENTAR:</p> <p>BERTÉ, Rodrigo. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa nas organizações. Curitiba: Ed. do Autor, 2007.</p> <p>MILARÉ, Edis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). Direito ambiental: fundamentos do direito ambiental. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011</p> <p>PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>SEMA. Desperdício zero: comece não desperdiçando esta ideia. 2. ed. Curitiba: SEMA, 2009.</p> <p>SILVA, Romeu Faria Thomé da. Manual de direito ambiental. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2014/2016.</p>

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS EM ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES

Curso Pedagogia - 8º Período - CH: Teórica 70h – Práticas 10h = 80h

EMENTA: No contexto do curso de Pedagogia, a disciplina Gestão de Projetos Escolares e Não Escolares aborda a Educação não escolar: visão histórica e conceituação, assim como, contempla a Educação Comunitária, Organizações não Governamentais/ Terceiro Setor. Estuda a atuação do Pedagogo em espaços não escolares, tais como: Pedagogia Ambiental, Pedagogia em Abrigos, Pedagogia Empresarial, Pedagogia do Envelhecer e/ou Pedagogia do Idoso, Pedagogia Hospitalar, Pedagogia Social e/ou Pedagogia de Rua, etc. Contempla a Gestão de Instituições não-escolares, Gestão de Processos e Experiências Educativas não Escolares e por fim, destaca a importância da Gestão e Organização de Projetos Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de. **Gestão de projetos:** da academia à sociedade. Curitiba: InterSaberes, 2012

LOPES, Izolda (Org.); TRINDADE, Ana Beatriz; CADINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia empresarial:** formas e contextos de atuação. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar:** a humanização integrando educação e saúde. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Aida Maria Monteiro ...[et al.] (Coord.). **Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos:** desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Curso de direito do idoso.** São Paulo: Atlas, 2011.

GENTILI, Pablo A. A. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOHN, Maria da Gloria (Org.). **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez,

MOTA, Carlos Renato; BARTHOLO JR. (ORG.), Bartholo Jr. (Org.); DUARTE, Francisco José de Castro Moura. **Participação e gestão social.** Brasília: SESI, 2002.

ULBRA. **Elaboração de projetos sociais.** Curitiba: IBPEX, 2010.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO
Curso Pedagogia - 8º Período - Carga Horária: 40h
EMENTA: Empreendedorismo e o empreendedor: conceitos e definições. Panorama do empreendedorismo. O processo empreendedor. Construção da visão de negócio – trabalhando a ideia. Identificação de oportunidades. Análise de mercado. Construção da rede de relações. A inovação e os modelos de negócios. Estratégias empreendedoras. Elaboração e apresentação de um plano de negócios simplificado. Análise de indicadores de viabilidade econômica. Captação de recursos para o negócio. Educação Empreendedora. Ensino do Empreendedorismo com foco nas competências da Base Nacional Comum Curricular-BNCC
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura, 2008. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 SERTEK, Paulo. Empreendedorismo. 3. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GANEM, Carlos; SANTOS, Eliane Menezes dos (Coord.). Brasil inovador: o desafio empreendedor: 40 histórias de sucesso de empresas que investem em inovações. Brasília: Atlas, 2006. MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro; BERNARDES, Cyro. Criando empresas para o sucesso: empreendedorismo na prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004 PASTANA, Grace Irene Imbiriba. Economia solidária: educação e autonomia. Rio de Janeiro: Tecnoarte, 2011. LABIAK JR., Silvestre (Org.). SRI - Sistema Regional de Inovação v.1 - Litoral/PR: do conceito à aplicação. Curitiba: SEBRAE, 2020. LABIAK JR., Silvestre (Org.). SRI - Sistema Regional de Inovação v.2. - Litoral/PR: do conceito à aplicação. Curitiba: SEBRAE, 2020.

DISCIPLINA: PEDAGOGIA SOCIAL
Curso Pedagogia - 8º Período – CH: Teórico 60h Práticas 20h = 80h
EMENTA: Estudo, pesquisa, análise e reflexão das identidades comunitárias, dos perfis societários, das realidades multiculturais, dos dinamismos culturais do país e do mundo. Movimentos socioculturais e suas interlocuções educativas. Responsabilidades governamentais: ações e propostas. Trabalho Integrado e a rede de proteção; ações sócio educativas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KNECHTEL, Maria do Rosário. Multiculturalismo e processos educacionais . Curitiba: Campus, 2005. MELO, Alessandro de. Fundamentos socioculturais da educação . Curitiba: IBPEX, 2012. SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HOELLER, Silvana Cássia (Org.). Comunidade, família e escola : por uma educação do campo e no campo. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. MOTA, Carlos Renato; BARTHOLO JR. (ORG.), Bartholo Jr. (Org.); DUARTE, Francisco José de Castro Moura. Participação e gestão social . Brasília: SESI, 2002. PREVITALLI, Ivete Miranda; VIEIRA, Hamilton E. Santos. Educação e diversidade . Londrina: Educacional S.A., 2017. SILVA, Aida Maria Monteiro ...[et al.] (Coord.). Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos : desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006 ZAMBON, Rodrigo Eduardo; CARVALHO, Amanda Boza Gonçalves. Serviço social na educação . Londrina: Educacional S.A., 2016.

DISCIPLINA: RELATOS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIOS – TCC
Curso Pedagogia - 8º Período - Carga Horária: 40h
EMENTA: Elaborar Relatos de Experiências da prática da pesquisa e/ou da prática do estágio supervisionado que, consistirá da Análise, do Estudo e da Avaliação de situações-problema, representativas da área pedagógica educacional e afins, visando à identificação dos fatores críticos essenciais para a solução de problema ou melhoria de performance, bem como de proposta de alternativas solucionáveis e/ou Plano de Ação.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PICONEZ, Stela C. B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: JUSTINO, Marinice Natal. Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente. Curitiba: InterSaberes, 2013.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. Estágio e relação de emprego. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha (Org.). O estágio no curso de pedagogia. Curitiba: IBPEX, 2009. v. 2.</p>

DISCIPLINA: ATIVIDADES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO VIII
Curso Pedagogia - 8º Horário - Carga Horária:40h
EMENTA: Elaborar e desenvolver atividades e projetos de Extensão numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Práticas interdisciplinares na escola . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SANTOS, Gisele do Rocio C.M. Metodologia do ensino de projetos . Curitiba: IBPEX, 2006.
BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Prêmio qualidade na educação infantil, 2004: projetos premiados . Brasília: MEC, 2004. DEMO, P. Pesquisa: princípios científico e educativo . 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003. LUCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. WEBER, Otávio José. Ética, educação e trabalho . Curitiba: InterSaberes, 2013

CURSO DE PEDAGOGIA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES

COMPLEMENTARES I - DAS DISPOSIÇÕES

INICIAIS

Art. 1º - O presente regulamento constitui parte integrante do currículo pleno do Curso de Graduação em PEDAGOGIA do Instituto Superior de Educação de Guaratuba e visa à normatização da prática educacional como componente curricular e as atividades acadêmico-científico-culturais deste currículo, conforme as Resoluções 01 e 02/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo o seu cumprimento integral indispensável para a colação de grau dos graduandos.

II - DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Art. 2º - A **prática como componente curricular** é a dimensão prática do conhecimento desenvolvido no âmbito do espaço de aprendizagem visando à formação de habilidades voltadas para a atividade profissional, e que deve estar presente nas áreas ou disciplinas da matriz curricular desde o início do percurso acadêmico.

Parágrafo Único – A **prática como componente curricular** deverá integralizar uma carga horária de 200 horas constitutivas da matriz curricular do Curso.

III – DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Art. 3º - Conforme o Parecer 28/01 e a Resolução 02/02 do CNE (Conselho Nacional de Educação), atividades acadêmico-científico-culturais são: seminários, apresentação, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, produções coletivas, monitorias, aprendizagem de novas tecnologias de comunicação do ensino, relatórios de pesquisa, projetos de estudos, oficinas, tutorias, educação de jovens e adultos, estágios complementares (não obrigatórios e outros).

§ 1º - As atividades acadêmico-científico-culturais terão carga horária de 200 horas, devendo seu cumprimento distribuir-se, preferencialmente, ao longo de todo o curso;

§ 2º - Só terão validade as horas que forem comprovadas com certificados ou declarações e que se inserirem no contexto educacional do Curso de Pedagogia desta IES;

§ 3º - Quando completar as 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais, o acadêmico (a) deverá registrar através de protocolo as horas até o 8º Período na Secretária da IES mediante a entrega dos certificados ou declarações de participação nos eventos, para verificação das horas computadas, devendo receber obrigatoriamente declaração de que cumpriu as horas legalmente exigidas, pelo Curso.

§ 4º - Os certificados e declarações protocolados serão analisados pela Coordenação de Curso que

dará o deferimento ou não da validade dos mesmos e, conseqüentemente, a validade ou não das horas.

Art. 4º - Constitui-se em atividades acadêmico-científico-culturais do currículo do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba:

I - atividades acadêmicas com caráter de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo Único - É vedado o preenchimento da carga horária global das Atividades Complementares num só grupo de ações, devendo ser observado o disposto no artigo 8º do presente regulamento.

Art. 5º - São consideradas atividades acadêmico-científicos complementares ao currículo do Curso:

I - Atividades de pesquisa, Publicação de artigos científicos, capítulos de livros, Iniciação Científica; Participação em projetos e grupos de pesquisas. Desde que orientadas por docente do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba;

II – Participação em Programas de Pesquisa da Rede Municipal e outras Instituições.

III - Atividades de Extensão - Acolhimento Integrador; Semana Intercursos; JIFI's; Semana Sócio Ambiental; Mostra de Direitos Humanos; Feira das Profissões; Melhor Idade em Ação e ou Projetos de Extensão.

IV – Atividades Pedagógicas e Profissionais; seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos livres na área; práticas didáticas profissionais diversos.

V – Eventos Artísticos Culturais/esportivo: teatro, danças e outras práticas artísticas culturais; produções de vídeos culturais e materiais didáticos; oficinas pedagógicas; atividades sociais e Políticas; Participação em Jogos; Universidade Livre da Melhor Idade – ULMI.

VI – Participação em representações discente; reunião de Conselho; participação Comunidade; APMF; Conselho de Classe; participação em bancas e conselhos superiores.

VII – Aproveitamento de disciplinas cursadas em outras IES.

VIII – Atividades de Ensino – Monitoria em disciplinas do Curso de Pedagogia ou na Educação Infantil, Séries iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

IX – Visitas Técnica Programa.

X – Responsabilidade Social – Voluntariado, Atividades Sociais e Comunitárias; desenvolvimento de Projeto e Justiça Eleitoral.

Art. 6º - Todas as atividades acadêmico-científico-culturais podem ser cursadas e/ou desenvolvidas em qualquer fase do Curso, desde que cumpridos os pré-requisitos determinados pelo Colegiado do Curso

IV – DO COMPUTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Tipo de Atividade	Atividade	Carga Horária	Máximo Permitido
Atividades de Pesquisa	Publicação de artigos científicos. Capítulos de Livros e, ou Livros. Iniciação Científica; Participação em grupos e projetos de pesquisas.	30 horas por artigo em revista acadêmica ou livro de caráter científico. Jornais 05 horas; Grupos de Pesquisa – 10h Iniciação Científica – 30h	100 horas
	Participação em Programas de Pesquisa da Rede Municipal e outras Instituições.	10 horas por projeto	40 horas
Atividades de Extensão	Acolhimento Integrador; Semana Intercursos; JIFI's; Semana Sócio Ambiental; Mostra de Direitos Humanos; Feira das Profissões; Melhor Idade em Ação e ou Projetos Extensão Aprovados.	30 horas para organização 30 horas Participação.	320 horas
Atividades Pedagógicas E Profissionais	Seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos livres na área; cursos on-line, práticas didáticas profissionais diversas, línguas estrangeiras.	Equivale a carga horária do evento até...	100 horas
Eventos Artísticos	Teatro, dança e outras práticas artísticas culturais;	40 horas	150 horas
Culturais/ Esportivos	Produções de vídeos culturais, didáticos e materiais pedagógicos;	20 horas	
	Oficinas pedagógicas;		
	Atividades Sociais e	30 horas	
	Políticas; Participação em	20 horas	
	Jogos.	20 horas	
	Universidade Livre Melhor Idade -ULMI	20 horas	

	Participação em Representação Discente; Reunião de Conselho; Participação Comunidade; APMF; Conselho de Classe Participação em Bancas e Conselhos Superiores.	Equivalente à carga horária	80 horas
Atividades de Ensino	Aproveitamento de disciplinas cursadas em outra IES.	Equivalente à carga horária da disciplina/curso	40 horas
	Monitoria em Disciplinas do Curso de Pedagogia ou na Educação Infantil, Séries Iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.	30 horas por semestre.	120 horas
	Visita Técnica Programada	30 horas por semestre	90 horas
Responsabilidade Social	Voluntariado; Atividades Sociais e Comunitários; Desenvolvimento de Projetos. Justiça Eleitoral	Equivale a carga horária do evento até...	60 horas

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8 - É da exclusiva competência da Coordenadoria do Curso de Pedagogia, através da Comissão de Atividades Complementares, a atribuição das horas/atividades de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados no presente Regulamento.

Art. 10 - O presente regulamento somente poderá ser alterado através do NDE ou Colegiado do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba.

Art. 11 - Compete ao NDE/Colegiado do Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação do presente regulamento, bem como em relação aos casos omissos, sendo expedidos os atos normativos complementares que se fizerem necessários.

Art. 12 - O presente Regulamento entrará em vigor, a partir do primeiro semestre de 2016, após sua aprovação pelo NDE/ Colegiado, revogadas às disposições em contrário.

CURSO DE PEDAGOGIA

FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DAS ATIVIDADES CURRICULARES

ACADÊMICO (A) _____

PERÍODO _____ DATA _____ / _____ / _____

Tipo de Atividade	Atividade	Carga Horária	Máximo Permitido
Atividades de Pesquisa	Publicação de artigos científicos. Capítulos de Livros e, ou Livros. Iniciação Científica; Participação em grupos e projetos de pesquisas.		
	Participação em Programas de Pesquisa da Rede Municipal e outras Instituições.		
Atividades de Extensão	Acolhimento Integrador; Semana Intercursos; JIFI's; Semana Sócio Ambiental; Mostra de Direitos Humanos; Feira das Profissões; Melhor Idade em Ação e ou Projetos Extensão Aprovados.		
Atividades Pedagógicas E Profissionais	Seminários, simpósios, congressos, conferências, cursos livres na área; cursos on-line, práticas didáticas profissionais diversas, línguas estrangeiras.		

Eventos Artísticos	Teatro, dança e outras práticas artísticas culturais;		
Culturais/ Esportivos	Produções de vídeos culturais, didáticos e materiais pedagógicos; Oficinas pedagógicas; Atividades Sociais e Políticas; Participação em Jogos. Universidade Livre Melhor Idade -ULMI		
	Participação em Representação Discente; Reunião de Conselho; Participação Comunidade; APMF; Conselho de Classe Participação em Bancas e Conselhos Superiores.		
Atividades de Ensino	Aproveitamento de disciplinas cursadas em outra IES.		
	Monitoria em Disciplinas do Curso de Pedagogia ou na Educação Infantil, Séries Iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.		
	Visita Técnica Programada		
Responsabilidade Social	Voluntariado; Atividades Sociais e Comunitários; Desenvolvimento de Projetos. Justiça Eleitoral		

Guaratuba/PR, _____ de _____ de 20_____

Coordenador do Curso

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório para os cursos de Graduação, assim sendo O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Faculdade do Litoral Paranaense e do Instituto superior de Educação, no uso de suas atribuições legais, fundamentou e baixou as normas para o cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso para os cursos de graduação.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em uma atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, conforme descrições junto aos projetos pedagógicos específicos de cada curso.

Artigo 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) compõe a grade curricular do curso da seguinte forma: para o curso de Pedagogia TCC I e TCC (na forma de disciplina com 40 horas/aula totalizando 80 h/a).

Artigo 3º - Os temas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverão estar relacionados com a área de formação profissional proposta pelo curso, conforme perfil definido junto aos projetos pedagógicos. As áreas de pesquisa e sugestão de temas serão definidas pelos professores orientadores e alunos orientandos.

Artigo 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser apresentado em forma de análise de casos, de paradigmas educacionais, análise de desempenho, desenvolvimento de instrumentos, desenvolvimento de sistemas, processos, memorial descritivo de protótipos, entre outras, de acordo com a natureza e os fins do curso, acompanhado de uma monografia ou relatório técnico ou artigo científico, conforme orientação do professor orientador.

§ 1º - O TCC deverá ser elaborado de forma individual.

§ 2º - Casos específicos deverão ser aprovados pelo professor orientador e pela coordenação do respectivo curso.

Artigo 5º - A elaboração do TCC implicará em rigor teórico metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação.

DOS OBJETIVOS DO TCC

Artigo 6º - São objetivos do TCC:

- I- Oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa científica;
- II- Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso tendo como base a articulação entre a teoria e a prática;
- III- Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;
- IV- Incentivar os alunos no estudo de problemas locais, regionais, buscando apontar possíveis soluções no sentido de integrar a escola e a sociedade;
- V- Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo;
- VI – Documentar a pesquisa científica.

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA DO TCC

Artigo 7º - Ao Coordenador de Curso ou ao Coordenador de TCC será a responsabilidade pela elaboração e sistematização das atividades docentes e discentes relativas ao TCC.

§ 1º - O TCC será iniciado com o protocolo do Pré-projeto de Pesquisa, acompanhado de documento que indique o orientador e sua concordância com a orientação, feito no 7º período do Curso.

§ 2º - O aluno deverá respeitar o cronograma de atividades do TCC, definido pelas coordenações de curso.

§ 3º - Após a defesa pública do TCC, se assim ficar definido na defesa pública pelos membros da banca, o aluno deverá protocolar na Secretaria a versão definitiva e corrigida de seu trabalho e disponibilizado na nuvem), devidamente identificado.

§ 4º - Para os fins do parágrafo anterior, se o TCC for elaborado na forma de monografia, o aluno deverá protocolar uma cópia para as bancas e será disponibilizado no Drive da Instituição.

Artigo 8º - Compete à Coordenação do Curso ou ao Coordenador do TCC, quando existente:

- I- Articular-se com os docentes e envolvidos para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II- Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- III- Administrar o processo de substituição de orientadores, quando houver necessidade;
- IV- Organizar a listagem de alunos por Orientador e preparar os termos do compromisso de orientação a ser firmado entre Orientador e Orientando e recolher as assinaturas de ambos firmando

esse contrato, junto à Diretoria Acadêmica;

V- Coordenar o processo de constituição das Bancas Examinadoras e definir o cronograma de apresentação de trabalhos a cada semestre letivo;

VI- Divulgar, por meio de editais devidamente datados e assinados, a listagem de orientadores e orientandos e a data de realização da Banca.

VII- Cumprir os procedimentos administrativos referentes ao TCC perante a Diretoria Acadêmica;

VIII - Definir o calendário geral para a realização do TCC.

DA ORIENTAÇÃO

Artigo 9º - A orientação do TCC, aqui entendida como processo de acompanhamento didático-pedagógico, será de responsabilidade de docentes do Instituto Superior de Educação de Guaratuba.

§ 1º - Os docentes, pertencentes aos cursos oferecidos pelo Instituto Superior de Educação de Guaratuba, deverão orientar no máximo 5 (cinco) discentes, por semestre letivo, e compor, no mínimo, as Bancas Examinadoras de seus orientandos.

§ 2º - Cabe ao orientador sugerir o nome do coorientador (quando necessário) à Coordenação do Curso.

Artigo 10º - Cabe ao professor orientador do TCC:

I- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II- Estabelecer o plano e cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;

III- Registrar na folha individual de Acompanhamento de Orientação, a frequência e o acompanhamento das orientações;

IV - Avaliar o TCC, encaminhando-o se considerado em condições, para a sua apresentação à Banca Examinadora. Caso o orientador não encaminhe seu orientando para a Banca Examinadora, por falta de orientações, plágio ou mesmo entregue fora do prazo, este estará automaticamente reprovado no TCC;

V - Compor a Banca Examinadora do trabalho orientado e designar data para realização da Banca respeitando o calendário previamente definido pela Coordenação;

VI- Preencher a Ata de apresentação e defesa do TCC, anotar as sugestões dadas pela Banca Examinadora;

VII - Receber, depois da defesa e se for o caso, os trabalhos dos orientandos e conferir se as sugestões dadas pela Banca Examinadora foram ou não atendidas.

Parágrafo único - No caso do art.10, IV, avaliando positivamente o trabalho entregue, o orientador entregará a ata de defesa; avaliando negativamente, não entregará a ata e o orientando será reprovado.

Artigo 11º - Cabe ao Orientando:

- I- Definir a temática do TCC;
- II- Informar-se sobre as normas e regulamento do TCC;
- III- Cumprir as normas e o regulamento do TCC;
- IV- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- V- Verificar o horário de orientação e cumpri-lo;
- VI- Cumprir os prazos que constam no cronograma do TCC;
- VII- Preencher e rubricar a ficha individual de Acompanhamento das Orientações com a identificação de, no mínimo, três encontros;
- VIII- Apresentar ao seu orientador, com antecedência de no mínimo 20 (vinte) dias da apresentação do trabalho, a versão final de seu TCC, em 3 (três) vias;
- IX – Protocolar, na Secretaria do Curso, a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso, em 3 (três) vias encadernadas em espiral.

DA AVALIAÇÃO

Artigo 12º - A avaliação do TCC compreende:

I- Orientações e avaliações feitas pelo professor orientador (Pontuar as notas);

II- Avaliação final pela Banca Examinadora;

Artigo 13º - A aprovação do aluno estará condicionada às notas aferidas pelo orientador e pela Banca Examinadora na defesa pública do TCC.

Artigo 14º - O TCC será apresentado para a Banca Examinadora que fará a avaliação do trabalho escrito bem como da apresentação oral.

§ 1º - A apresentação oral será responsável por 40% da nota final do aluno, os outros 60% serão atribuídos pelo desenvolvimento da monografia e/ou projeto prático desenvolvido.

§ 2º - A avaliação será feita numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), em ficha específica, como resultado de consenso da Banca Examinadora, que avaliará os seguintes itens:

1. Avaliação da Monografia e/ou Artigo se utilizará dos seguintes critérios para pontuar de 0,0 a 4,0:

- a) Qualidade das referências bibliográficas
- b) Obediência as normas ABNT
- c) Domínio do conteúdo
- d) Redação e coerência do texto
- e) Procedimentos éticos para pesquisa

2. Avaliação das Fichas Individuais de Acompanhamento de Orientação se utilizará dos seguintes critérios para pontuar de 0,0 a 2,0:

- a) cumprimento pelo orientando dos prazos;
- b) realização dos ajustes determinados pelo orientador;
- c) interesse e diligência na pesquisa.

3. Avaliação da Apresentação Oral e Defesa se utilizará dos seguintes critérios para pontuar de 0,0 a 4,0:

- a) Desenvoltura do Aluno
- b) Respeito ao prazo para apresentação
- c) Domínio do Assunto
- d) Clareza e objetividade na apresentação e na réplica.

§ 3º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo nota 7.0 (sete) da Banca Examinadora na avaliação do trabalho escrito/prático e apresentação oral.

Artigo 15º - A composição das Bancas Examinadoras dos Projetos de Graduação obedecerá aos seguintes critérios:

I – O professor orientador fará a designação da Banca Examinadora;

II-Obrigatoriamente, o docente orientador deverá compor a banca em conjunto com dois docentes da IES, atuando em áreas afins;

III - O Presidente da Banca Examinadora deverá preencher a Ata de apresentação do TCC com as mudanças sugeridas, colhendo também as assinaturas dos outros participantes da Banca;

Artigo 16º - Ao final da realização da Banca, os membros definirão pela:

I - Aprovação do discente;

II - Suspensão da Banca para reapresentação do trabalho ao Orientador no prazo de até 60 dias;

III - Reprovação do discente.

Parágrafo primeiro - A Banca poderá sugerir que o trabalho com nota superior a 9,5 seja arquivado na biblioteca.

Parágrafo segundo - No caso da incidência do inciso II do presente artigo, ficará sob a responsabilidade do Orientador definir a nova data para a realização da Banca.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 17º - O aluno no quinto termo do curso deverá protocolar na Diretoria Acadêmica da Faculdade o pedido de orientação. Data do protocolo será estipulada pelo Coordenador do Curso.

Artigo 18º - A Monografia deverá conter no mínimo 35 (trinta e cinco) páginas e no máximo 80 (oitenta) páginas, excluídas as páginas de referências e anexos. O artigo deverá conter no mínimo 15 (dez) páginas e no máximo 25 (vinte e cinco) páginas.

Artigo 19º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.



FORMULÁRIO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____, Tendo conhecimento das normas que regulam a elaboração de monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia Do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, aprovado pelo Colegiado do curso, venho declarar que aceito ser o orientador de monografia do aluno

_____, período _____ ano _____ e-mail: _____ . Cujo projeto de pesquisa, a ser elaborado sob minha orientação, versará sobre o tema:

_____,
(título do projeto ou área de interesse).

De acordo com o Manual de Monografias Institucional, estou ciente da responsabilidade pela orientação de conteúdo e forma do trabalho de conclusão, supervisão do cumprimento dos prazos estabelecidos pela Coordenação Acadêmica, especialmente no tocante à data limite para a entrega do projeto de pesquisa. E que a atividade de orientação não poderá ser exercida em prejuízo das atividades docentes de graduação.

Guaratuba, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do professor orientador

Coordenação de Curso



FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO

Título da Monografia: _____

Nome do Prof. Orientador: _____

DIA: _____ / _____	ASSUNTO: _____ _____ _____
----------------------------------	--

DIA: _____ / _____	ASSUNTO: _____ _____ _____
----------------------------------	--

DIA: _____ / _____	ASSUNTO: _____ _____ _____
----------------------------------	--

Aluno _____

Orientador _____



FORMULÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR ORIENTADOR

Tendo conhecimento das normas que regulam a elaboração de monografia de TCC do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, aprovadas pelo Colegiado do curso, venho declarar que aceito ser o orientador de monografia dos (as) alunos (as):

_____,email: _____
 _____,email: _____
 _____,email: _____
 _____,email: _____
 _____,email: _____

Cujo projeto de pesquisa, a ser elaborado sob minha orientação, versará sobre o tema:
 _____ (título do projeto
 ou área de interesse).

De acordo com o Manual de Monografias Institucional, estou ciente da responsabilidade pela orientação de conteúdo e forma do trabalho de conclusão, supervisão do cumprimento dos prazos estabelecidos pela Coordenação Acadêmica, especialmente no tocante à data limite para a entrega do projeto de pesquisa, para a realização da pré-banca posteriormente. E que a atividade de orientação não poderá ser exercida em prejuízo das atividades docentes de graduação.

Guaratuba, _____ de _____ de 20 _____.

Ciente: Ex-Professor Orientador

Ciente: do Novo Professor Orientador

Mudou o Título do Projeto? () SIM () NÃO - Caso afirmativo, informar o novo tema (anexar o novo projeto com o "De Acordo" do orientador)

Assinatura dos (as) Alunos (as):



FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRÉ-PROJETO MONOGRAFIA

Título do Pré-Projeto de Monografia: _____

Professores Avaliadores:

Avaliação

Relevância do tema, coerência na argumentação, objetividade na defesa do ponto de vista, correção de linguagem, bibliografia atualizada, ineditismo do tema:

Com base na avaliação acima, este Pré-Projeto de monografia:

() está aprovada, com conceito _____ (A, B ou C) (nota: _____)*

() está reprovada, com conceito _____ (E)

() deverá ser refeita e reapresentada para reavaliação pelo professor orientador até o dia:

____ / ____ / ____

Observações:

Ass. do Orientador

Data _____ / _____ / _____

Ass. do Avaliador 1

Ass. do Avaliador 2

* A = 9,5 a 10,0	B = 8,5 a 9,0
C = 7,0 a 8,0	D = 5,0 a 6,5
E = abaixo de 5,0	



TERMO DE SOLICITAÇÃO DE BANCA

À Coordenação do Curso

Solicito a publicação da realização da Banca abaixo indicada:

Data: _____

Aluno: _____

Título: _____

Membro 1: _____

Membro 2: _____

Guaratuba, _____ de _____ de 20 _____.

Professor(a)



**TERMO DE RESPONSABILIDADE DA
APRESENTAÇÃO SEM A PRESENÇA DO
PROFESSOR-ORIENTADOR**

Sr. Presidente do Conselho Departamental

Pelo presente instrumento, eu,

_____, acadêmico do Curso de _____

_____, declaro que a monografia de tema _____
_____ por mim elaborada, concordo em ser submetido(a) a

avaliação pela Banca Examinadora, sem a presença do Orientador do Trabalho, Prof^o(a)

_____,'

que, por motivos de força maior, não estará presente; sendo assim, aceito sem questionamentos a
decisão da Banca Examinadora, a qual serei submetido.

Guaratuba, _____ de _____ de 20 ____.

Acadêmico

Regulamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO NDE

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina estrutura e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do respectivo Curso, responsáveis pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso ao qual estão vinculados e, ainda, têm por finalidade a implementação do mesmo.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NDE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I. Participar efetivamente da elaboração do Projeto Pedagógico do curso ao qual está vinculado, definindo sua concepção e fundamentos e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- II. Participar efetivamente da construção do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Participar da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso para análise a aprovação do Colegiado de Curso;
- IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VI. Promover a integração do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico e atentos ao cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação;
- VII. Acompanhar as atividades do corpo docente, encaminhando ao Colegiado de Curso sugestões para contratação e/ou substituição de docentes, quando necessário;
- VIII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas

relativas à área do conhecimento;

- IX. Produzir trabalhos científico-legais de interesse do curso;
- X. Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos no auto avaliação e na avaliação externa;
- XI. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando à formação continuada.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NDE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem como integrantes:

- I. O Coordenador do Curso, que funcionará como seu presidente;
- II. Pelo menos 5 (cinco) professores atuantes no respectivo curso.

Parágrafo único: Os docentes que constituem o NDE, preferencialmente, devem atuar no curso desde o último ato regulatório.

Art. 5º. A indicação dos membros do Núcleo Docente Estruturante será feita pelo Diretor Acadêmico da Faculdade, ouvido o Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV - DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NDE

Art. 6º. Os docentes que compõem o NDE deverão possuir, preferencialmente, a titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; caso não sejam todos, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

CAPÍTULO V - DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NDE

Art. 7º. Todos os membros deverão estar em regime de trabalho de tempo parcial, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.

- I. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Parágrafo único: Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada a estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE

Art. 8º. Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. Representar o NDE perante os demais órgãos da instituição;
- III. Encaminhar as deliberações do NDE;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um membro do mesmo para secretariar e lavrar as atas;
- V. Coordenar a integração com o colegiado de curso e outros setores da instituição.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por um docente por aquele indicado.

CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES

Art. 9º. O NDE deverá reunir-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, pelo menos 3 (três) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 10º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 11º. Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

Art. 12. Após cada reunião, lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

Art. 13. As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 14. O membro, que por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião, justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Parágrafo único. O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 16. Após aprovado pelo CEPE do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação pela Secretaria Acadêmica.

Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)

- Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010, homologado em 27/7/2010.
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010.
- Despacho do Ministro, em 26 de julho de 2010, DOU nº 142, de 27.07.2010, Seção 1, página 14

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - CONAES RESOLUÇÃO Nº 01, de 17 de junho de 2010.

Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 6.º da Lei N.º 10861 de 14 de abril de 2004, e o disposto no Parecer CONAES N.º 04, de 17 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 2º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Art. 3º. As Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE. Atendidos, no mínimo, os seguintes:

- I - ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação strico sensu;
- III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- IV - assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, Brasília, 17 de junho de 2010.

**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - CONAES Parecer
CONAES N.º 4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE**

O Núcleo Docente Estruturante NDE foi um conceito criado pela Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Neste instrumento legal, em seus artigos 2.º, inciso IV, referente à autorização de cursos de Medicina, e 3.º, inciso II, referente à autorização de cursos de Direito, o NDE é caracterizado por ser “responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso - PPC, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação strico sensu; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente”.

Do ponto de vista da avaliação, objeto desta CONAES, trata-se de um conceito que realmente poderá contribuir não só para a melhora do processo de concepção e implementação do projeto pedagógico de um curso de graduação, mas também no desenvolvimento permanente dele, com vista a sua consolidação.

A ideia surge da constatação de que um bom curso de graduação tem alguns membros do seu corpo docente que ajudam a construir a identidade do mesmo. Não se trata de personificar um curso, mas de reconhecer que educação se faz com pessoas e que há, em todo grupo social, um processo de liderança que está além dos cargos instituídos. Se a identidade de um curso depende dessas pessoas que são referências, tanto para os alunos como para a comunidade acadêmica em geral, é justo que se entenda e se incentive o reconhecimento delas, institucionalmente, para qualificar a concepção, a consolidação e, inclusive, a constante atualização de um projeto pedagógico de curso. Com isso se pode evitar que os PPCs sejam uma peça meramente documental.

Entende-se, então, que todo curso que tem qualidade possui (ainda que informalmente) um grupo de professores que, poder-se-ia dizer, é a alma do curso. Em outras palavras, trata-se de um núcleo docente estruturante.

É importante ainda observar que, dentro da tradição bastante burocratizante das instituições de ensino no Brasil, recomendar-se ou, mais ainda, exigir-se a existência de um NDE, tenderia a induzir a definição deste como um órgão deliberativo, o que pode significar a perda da eficácia de suas funções. O NDE deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo

docente e Projeto Pedagógico do Curso.

Já há na quase totalidade dos cursos superiores, um órgão colegiado que se ocupa das questões do curso, inclusive do PPC, coordenado pelo Coordenador do Curso.

É o que se convencionou chamar de Colegiado de Curso, ainda que receba nomes diversos em diferentes instituições. No entanto, o Colegiado de Curso tende a ter um papel administrativo muito forte, resolvendo questões que vão desde a definição das necessidades de professores para atenderem disciplinas até a simples emissão de atestados, passando pela administração ou acompanhamento do processo de matrícula. Tais funções são necessárias, mas, sem dúvida, normalmente se sobrepõem à necessária reflexão sobre a qualidade acadêmica do curso.

Sendo assim, ainda que muitas vezes o coordenador do curso seja um professor que ajuda a dar identidade ao curso, outras tantas vezes o coordenador é um professor que exerce a importante função de fazer os fluxos não serem interrompidos, ainda que não seja um dos líderes acadêmicos no sentido colocado acima. E nisso não há demérito algum.

Este raciocínio nos leva a entender que o trabalho do Colegiado de Curso (assim como da sua coordenação) não pode ser confundido com o papel de um núcleo docente estruturante. Ambos podem ser exercidos pelas mesmas pessoas, mas normalmente não o são, e isso até enriquece o processo.

Assim, esta CONAES entende que o NDE é um bom indicador da qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Constitui-se num grupo permanente de professores, com atribuições de formulação e acompanhamento do curso. Para isso, é necessário que o núcleo seja atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, e que esteja formalmente indicado pela instituição. Deve ser constituído por pelo menos 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, com liderança acadêmica e presença efetiva no seu desenvolvimento, percebidas na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição.

Como regra geral, não é necessária que se constitua em um percentual do corpo docente, pois poderia, em alguns casos, dar-lhe um tamanho desmesurado, que inviabilizaria suas ações e, em outros, ficar resumido a um ou dois professores.

Entre as atribuições do NDE, destacam-se as de contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do Curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Para a institucionalização do NDE, as IES, através dos seus colegiados superiores, devem definir sua constituição, de acordo com os critérios (composição, titulação dos membros, tempo de

dedicação e de permanência sem interrupção, etc.) estabelecidos nos instrumentos aplicados pelo INEP para avaliação de cursos de graduação. As IES deverão definir as atribuições do NDE, ficando claro que não podem ser confundidas com as do Colegiado do Curso.

Sendo um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por, no mínimo, 3 anos e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso. Parecer aprovado pela CONAES em reunião ordinária, ocorrida em 17 de junho de 2010.

Nadja Maria Valverde Viana

Presidente Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 26 de julho de 2010

Nos termos do inciso III do art. 4º do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010, exarado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE, e o Projeto de Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o respectivo Núcleo Docente Estruturante - NDE.

FERNANDO HADDAD

(Publicação no DOU n.º 142, de 27.07.2010, Seção 1, página 14)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, do art. 9º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo art. 7º, caput, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com as alterações da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, bem como o disposto no Parecer CNE/CES nº 261/2006, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 25 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste em a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.

Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.

Parágrafo único. Os cursos de graduação, bacharelados, cujas cargas horárias mínimas não estão fixadas no Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, devem, da mesma forma, atender ao que dispõe o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e esta Resolução.

Art. 6º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca

1 Resolução CNE/CES 3/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de julho de 2007, Seção 1, p. 56.



REGULAMENTO DE EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 03/2022 – CEPE/ISEPE Aprova o
Regulamento da Curricularização da Extensão
Da Faculdade do Litoral Paranaense – Isepe Guaratuba.

REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE e DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – ISEPE GUARATUBA

Art. 1º A Curricularização da Extensão no âmbito da Faculdade do Litoral Paranaense, em cumprimento à Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, acontecerá por meio da implementação de componente específico

nas matrizes curriculares dos cursos de Graduação, os quais são, no âmbito dessa IES, denominados “Atividades de Extensão (AtEx)”.

Art. 2º São consideradas Atividades de Extensão (AtEx) as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas com a IES de forma vinculada à formação acadêmica.

Art. 3º As caracterizações das AtEx no âmbito dessa IES seguem o contido na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, bem com as disposições constantes nos PPC's dos respectivos cursos, inserindo-se nas seguintes modalidades:

I Programas;

II Projetos;

III Cursos e oficinas;

IV Eventos;

V Prestação de serviços.

§ único. Para fins de atendimento ao contido nesse artigo incluem-se nas modalidades mencionadas nos incisos I a V, além das atividades institucionais, as de natureza governamental que atendam às diretrizes previstas na Resolução nº 7/2018 - MEC/CNE/CES e nos regulamentos internos da IES.

Art. 4º Para fins de Curricularização, a Extensão deverá ser inserida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), optando-se por uma das seguintes modalidades, a critério dos cursos de graduação:

I - Unidade Curricular de Extensão (UCE) é um componente curricular obrigatório, autônomo, constante da matriz curricular do curso de graduação, constituída de ações de extensão, ativas e devidamente cadastradas no sistema institucional e registrada no plano de ensino, com áreas temáticas a serem definidas nos currículos dos cursos de graduação; e

II - Parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo, ou projetos e ações.

§ 1º As modalidades descritas nos incisos I e II poderão, a critério dos cursos de graduação, ser combinadas desde que suas cargas-horárias estejam definidas no PPC.

§ 2º Compete aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Colegiados dos Cursos de Graduação definir e aprovar a combinação das modalidades descritas nos incisos I e II, a distribuição da carga horária para a Unidade Curricular de Extensão, bem como indicar os componentes curriculares compatíveis com a Extensão.

Art. 5º O reconhecimento e validação das AtEx será feito pelo departamento de extensão da IES e exigirá a demonstração de que a atividade foi realizada para um público-alvo constituído por integrantes da comunidade externa.

Art. 6º A integralização da carga horária das AtEx pela comunidade acadêmica deverá acontecer atendendo aos seguintes requisitos:

I Participação em programas sociais que tenham por objetivo promover o desenvolvimento social de uma comunidade ou grupo específico, tais como ações de capacitação profissional, inclusão digital, educação ambiental, combate à pobreza, entre outros, limitada a 100 horas, sendo ao menos 60 nessa IES;

II Participação em projetos que buscam atender às demandas e necessidades da comunidade por meio da prestação de serviços especializados (tais como ações nas áreas jurídica, social e econômica, administrativa, contábil, orientação jurídica, assistência social, consultorias técnicas, entre outros) ou pesquisas (onde a instituição e a comunidade trabalhem em conjunto para desenvolver pesquisas que tenham relevância e aplicação direta no contexto social), limitada a 100 horas, sendo ao menos 60 nessa IES;

III Participação em cursos de extensão oferecidos pela Faculdade para a comunidade em geral, abordando temas específicos e oferecendo oportunidades de aprendizado em áreas diversas, como idiomas, informática, artes, saúde, empreendedorismo, esporte, entre outros, limitada a 100 horas, sendo ao menos 60 nessa IES;

IV Participação em eventos e seminários tais como congressos, palestras, fóruns, workshops,

simpósios, encontros, debates, mesas-redondas e conferências, que tenham como objetivo disseminar conhecimento e promover a discussão de temas relevantes para a sociedade, limitada a 100 horas, sendo ao menos 60 nessa IES;

EVENTO INSTITUCIONAIS	CH
Acolhimento integrador	40
Semana intercursos	40
JIFI's (Jogos e atividades de lazer Integrativos da IES)	40
Semana Sócio Ambiental	40
Mutirão de Limpeza da Baía de Guaratuba	40
Dia da Responsabilidade Social da IES	40
Mostra de Direitos Humanos	40
Feira de Profissões	40
Melhor Idade em Ação	40
Quintal Cultural	40
Noites Temáticas – Noite Junina; Halloween , etc	40
Coral – ULMI e Comunidade da IES	40
Balaio de Memórias e Histórias de Guaratuba	40
Prêmio “Empreendendo seu Próprio Futuro”	40
Páginas da Liberdade	40
Práticas Extensionistas NPJ	40
Práticas Extensionistas Escritório Modelo e Empresa Júnior	40
Práticas Extensionistas na Brinquedoteca	40
Yoga	40
Inglês e Francês Instrumental	40
Inclusão Digital - Informática Básica – (Word, Excel e PPT)	40
Arara Solidária (arrecadação de roupas, calçados, doces, brinquedos, cobertores, alimentos e materiais de higiene e limpeza, etc)	40

Educação de Jovens e Adultos	40
Organização de Eventos de Extensão	40

V Participação em ações culturais e artísticas relacionadas à cultura, arte, música, teatro, dança, exposições e outras manifestações que tenham como objetivo estimular a produção cultural, valorizar o patrimônio artístico e envolver a comunidade em experiências culturais enriquecedoras, limitada a 100 horas, sendo ao menos 60 nessa IES;

§ 1º A soma da carga-horária integralizada pelo discente nas modalidades supracitadas deverá perfazer no mínimo 10% (dez por cento) da carga-horária total estipulada no PPC do curso, respeitando-se os limites mínimos semestrais estabelecidos na matriz curricular do respectivo curso.

§ 2º A participação de discentes como ouvintes em ações Extensionistas poderá ser computada como “Atividades Complementares”, não podendo ser contabilizada para fins da Curricularização da extensão.

Art. 7º Para atendimento da carga horária mínima a ser cumprida na IES foram definidas as seguintes modalidades para Eventos, Prestação de serviços, Cursos e ou Oficinas de Extensão Institucionais com a respectiva carga horária que poderão ser ofertados ao longo do curso.

Art. 8º Os registros de participação nas atividades de extensão ficarão sob responsabilidade dos acadêmicos, devendo os mesmos serem realizados através de abertura de protocolo específico no sistema acadêmico da IES, contendo anexo o documento comprobatório (certificado, declaração entre outros).

Art. 9º A avaliação e controle das atividades de extensão ficarão sob a responsabilidade da coordenação de cada curso e o registro acontecerá de forma digital pelo sistema de gestão acadêmica institucional.

Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Art. 11º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Antônio Michaliszyn

Filho Diretor

ANEXOS FICHAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



Guaratuba, _____ de 2024.

Ao Senhor (a): _____
Diretor(a) da Escola _____

Prezados(as) Senhores (as),

Apresentamos o(os) aluno (as) _____

do ___ período do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação – Isepe Guaratuba, que precisam do apoio e compreensão dessa conceituada Instituição, para que eles (elas) possam assistir às aulas no 1º ano (ou 2º ano) do Ensino Fundamental. **As alunas farão atividades de observações em duas etapas (6 horas e aplicação de uma atividade prática (4 horas) em uma etapa**, com o objetivo de conhecer na prática o processo de alfabetização. Este trabalho faz parte da

disciplina: _____, da Professor _____, do Curso de Pedagogia – Instituto Superior de Educação – Isepe - Guaratuba

Contamos com a sua colaboração para a permissão do (as) referido(as) alunos(as) para a atividade de observação das aulas e aplicação de uma atividade. Agradecemos sua atenção e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos de Freitas
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Professor da disciplina

ENTREVISTA – COM O(A) PROFESSOR(A) DA ESCOLA (3º, 4º, 5º ano) (ATIVIDADES PRÁTICAS – METODOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (30 horas))

Prezado(a) Professor(a),

Os alunos e alunas do 5º período do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação, da Faculdade ISEPE - sob a orientação da Professora _____, que ministra a disciplina de _____ buscam aprofundar o conhecimento que estão estudando na referida disciplina. Pedimos, por gentileza, sua participação respondendo às perguntas para que nossos alunos possam compreender a prática _____ no dia a dia da Escola. Agradecemos sua compreensão e colaboração.

1. Explique como você trabalha a linguagem (Língua Portuguesa) com seus alunos. Segue um método específico? Qual? ou Quais? Explique.

2. Os alunos leem com fluência e conseguem entender os textos com facilidade? Quais as dificuldades deles em relação à leitura e compreensão da diversidade de textos (letramentos e multiletramentos) que circulam na sociedade?

3. Os alunos produzem textos coerentes, com sentido? Apresentam dificuldades nessa atividade? Quais as dificuldades deles em relação à produção e reescrita de textos? Explique.

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES – ATIVIDADES PRÁTICAS – METODOLOGIA E PRÁTICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA**

1. Escreva o nome da Escola, a série / ano que você está observando e quantos alunos têm na sala?

2. Como a Professora desenvolve / trabalha as atividades de Língua Portuguesa? De forma lúdica? Com textos? Segue o livro didático? Explique com detalhes e cite exemplos.

3. A Professora segue um método específico? Segue a BNCC ou outras Diretrizes? Explique e cite exemplos

4. Os alunos interagem com as atividades? Participam? Como? Individual? Em grupo? Os dois? Explique.



Consultar Atos Regulatórios do Curso

(2202) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA - ISEPE Guaratuba
Luiz Antonio Michaliszyn Filho - Procurador Institucional



CURSO: (105409) PEDAGOGIA - Licenciatura
MODALIDADE: Educação Presencial

Tipo de Ato	Ato Retificado/Anulado	Nº Documento	Tipo Documento	Descrição	Data Documento	Publicação	Data de Cadastro	
Autorização	N/A	3.876 de 26/12/2002	Portaria	Portaria MEC		27/12/2002	02/09/2009	
Reconhecimento de Curso	N/A	316 de 30/01/2006*	Portaria	Portaria MEC		31/01/2006	02/09/2009	
Renovação de Reconhecimento de Curso	N/A	286 de 21/12/2012	Portaria		21/12/2012	27/12/2012	02/01/2013	
Alteração de Vaga	N/A	441/2016	Portaria		02/09/2016	05/09/2016	27/09/2016	
Renovação de Reconhecimento de Curso	N/A	794 de 14/12/2016	Portaria		14/12/2016	15/12/2016	03/01/2017	
Renovação de Reconhecimento de Curso	N/A	918	Portaria	Portaria MEC	27/12/2018	28/12/2018	23/01/2019	

Registro(s): 1 a 6 de 6

« 1 »

Página 1 de 1 30 ▾

Contatos: Regulação e Supervisão - 0800-616161, opção 07, seguida da opção 01, Segunda a Sexta-Feira das 08:00 às 20:00 (Horário de Brasília).
Taxas e Avaliações do INEP - 0800-616161, opção 03, Segunda a Sexta-Feira das 07:50 às 20:00 (Horário de Brasília).
Ministério da Educação - 2019